



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**REPRESENTAÇÃO SOCIOCULTURAL DO CONHECIMENTO: CONTRIBUIÇÃO
TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O CAMPO INFORMACIONAL**

SALE MÁRIO GAUDÊNCIO

JOÃO PESSOA
2020

SALE MÁRIO GAUDÊNCIO

**REPRESENTAÇÃO SOCIOCULTURAL DO CONHECIMENTO: CONTRIBUIÇÃO
TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O CAMPO INFORMACIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade

Linha de Pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação

Orientadora: Profa. D. Sc. Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque

Coorientadora: Profa. D. Sc. Gisele Rocha Côrtes

JOÃO PESSOA
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G266r Gaudêncio, Sale Mário.

Representação sociocultural do conhecimento:
contribuição teórico-metodológica para o campo
informacional / Sale Mário Gaudêncio. - João Pessoa,
2020.

196 f. : il.

Orientação: Maria Elizabeth Baltar Carneiro de
Albuquerque.

Coorientação: Gisele Rocha Côrtes.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Ciência da informação. 2. Representação do
conhecimento. 3. Sociologia do conhecimento. 4.
Bricolagem científica. 5. Objetos digitais de
informação. 6. Mídias Sociais - Análise de redes. 7.
Marcadores sociais. I. Albuquerque, Maria Elizabeth
Baltar Carneiro de. II. Côrtes, Gisele Rocha. III.
Título.

SALE MÁRIO GAUDÊNCIO

**REPRESENTAÇÃO SOCIOCULTURAL DO CONHECIMENTO:
CONTRIBUIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O CAMPO INFORMACIONAL**

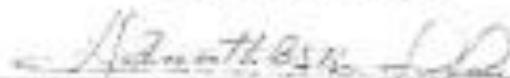
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade
Linha de Pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação

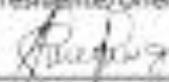
Orientadora: Profa. D. Sc. Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque
Coorientadora: Profa. D. Sc. Gisela Rocha Côrtes

Aprovado em:

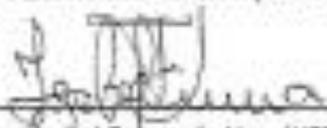
BANCA EXAMINADORA



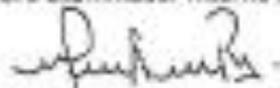
Profa. Dra. Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque (UFPB)
(Presidente/Orientadora)



Profa. Dra. Grazy Kelli Martins Gonçalves (UFPB)
Membro Examinador Interno (Titular)



Profa. Dra. Izabel França de Lima (UFPB)
Membro Examinador Interno (Titular)



Prof. Dr. Fábio Assis Pinho (UFPE)
Membro Examinador Externo (Titular)



Profa. Dra. Raimunda Ferreira dos Santos (UFRI)
Membro Examinador Externo (Titular)

Dedico aos poetas cordelistas, que revolucionam a Literatura de Cordel ao pensarem “fora da caixa”, adentrando o *ciberespaço*, e contribuindo para o fortalecimento da Desclassificação e Descolonização do Conhecimento, assim como, para configuração de uma alternativa Ecologia de Saberes.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me abençoado com saúde, perseverança e disciplina para conduzir esta tese.

Ao meu amor, minha esposa, Hiara, pelo seu doce e paciente companheirismo e por ser a minha grande motivadora do dia a dia.

Ao meu querido Benjamin, filho humano, que nasceu no período do doutorado, e Frodo, filho de quatro patas, que se tornaram meus fiéis companheiros de escrita da tese.

À minha família, especialmente minha mãe, Dona Azenete, por torcer e acompanhar, mesmo à distância, o primeiro doutorado familiar (parterno/materno).

À família de Hiara, especialmente minha sogra, Isa e minhas cunhadas, Hionne e Hianna, além de todos os seus parentes (destaque para “Teté”, “Biloca”, Elita), que foram presentes em nossa vida.

À minha dileta orientadora, professora Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, pelo companheirismo e sensibilidade a Vida e ao Objeto de Pesquisa.

À minha dileta coorientadora, professora Gisele Rocha Côrtes, que com sua generosidade, aceitou ao convite de se juntar a esta pesquisa.

Aos professores e as professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), que foram grandes influenciadores para que eu pudesse chegar a este resultado de pesquisa.

Ao PPGCI, por acreditar em meu potencial e permitir que eu tivesse a honra de fazer parte de seu grupo de doutorandos e doutorandas.

Ao Grupo de Grupo de Pesquisa Leitura, Organização, Representação, Produção e Uso da Informação (UFPB/CNPq).

À Banca examinadora, composta por Gracy Kelli Martins Gonçalves (UFPB), Izabel França de Lima (UFPB), Fábio Assis Pinho (UFPE), Raimunda Fernanda dos Santos (UFRJ), Edvaldo Carvalho Alves (UFPB) e Fábio Mascarenhas e Silva (UFPE), por agraciar esta pesquisa com suas análises e contribuições.

À Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), a Editora Universitária (EdUFERSA) e ao Sistema de Bibliotecas (SISBI), que permitiram o meu afastamento para cursar as disciplinas do doutorado.

Aos amigos e às amigas de trabalho, com os quais muitas vezes eu dividi os meus sonhos acadêmicos, em especial, Cleide, Natália, Ari e Marilene.

A todos e todas que fazem o Projeto da Revista Informação em Cultura (RIC/UFERSA) e do Grupo de Pesquisa em Conhecimento, Cultura e Inovação (UFERSA/CNPq).

Aos amigos e amigas de aula do PPGCI, em especial, Fernanda, Gláucio, Mayra, Meriane, Mônica e Nonato, cujos momentos divididos foram muito importantes para suavizar a alta carga de estudos.

Ao casal Bruno e a Alana, vizinho e vizinha, cuja amizade cresceu ao longo desse período e que tanto fez bem às nossas relações de amizade e apoio.

Ao padrinho e da madrinha do Ben (João e Ana Luiza), que torceram e ajudaram, sempre próximos ao longo deste período.

Aos amigos e as amigas de todos os cantos que mesmo longe, estavam presentes em pensamento, vibrações e orações.

Gramsci influencia todos aqueles que lutam por uma renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade (COUTINHO; KONDER, 1978, p. 7).

RESUMO

Contextualmente a tese emerge em um cenário onde o (a) “excluído (a) do conhecimento” precisa ser estudado à luz de teorias que visem a sua inclusão e favoreçam os lugares de fala. É preciso valorizar um Paradigma Emergente, que viabilize uma Ecologia de Saberes e que preze pelas distintas formas de conhecimentos dos campos socioculturais. Neste sentido, a tese tem por objetivo geral propor um método de Representação do Conhecimento à luz do paradigma sociocultural da Ciência da Informação que seja capaz de organizar e compreender *cibercordéis*, cujos Objetos Digitais de Informação (ODI) são híbridos e voláteis. Apresenta como problema a seguinte questão: Como representar ODI como os cordéis nas mídias sociais, valorizando, ao mesmo tempo, o seu viés sociocultural, sua volatilidade e o seu hibridismo? Propõe como hipótese que, a partir de uma ressignificação teórica e de um método combinado, é possível realizar a Representação Sociocultural do Conhecimento de ODI, híbridos e voláteis como os *cibercordéis*. Mostra como metodologia, o uso da Bricolagem Científica, acompanhada da inclusão da Análise de Redes em Mídias Sociais, dos Marcadores Sociais, da Semântica Discursiva e da Dialética do Conhecimento. Traz como resultados o que se denominou de Ecossistema da Representação Sociocultural do Conhecimento (ERSC), ancorada de princípios para orientar a replicação de um ODI no ERSC e de um roteiro para aplicação da Representação Sociocultural do Conhecimento (RSC) de ODI no ERSC. A investigação finaliza concluindo que a pesquisa se mostrou inédita, à medida que ressignificou a teoria e combinou metodologias a fim de contribuir e responder a novas demandas ao campo científico, permitindo apresentar caminhos para tratar ODI, considerados voláteis, assim como mostrou que existe uma íntima relação interdisciplinar da Representação do Conhecimento com a Sociologia do Conhecimento, da Cultura e a Linguística, colocando-as em patamar de disciplinas que podem permitir o diálogo por meio da Ciência da Informação e da Sociologia, favorecendo novas e futuras pesquisas em torno da Desclassificação do Conhecimento e da Descolonização do Saber.

Palavras-chave: Representação do Conhecimento. Sociologia do Conhecimento. Bricolagem Científica. Objetos Digitais de Informação. *Cibercordel*.

ABSTRACT

Contextually the thesis emerges in a scenario where the “excluded from knowledge” needs to be studied in the light of theories that aim at their inclusion and favor the places of speech. It is necessary to value an Emerging Paradigm, which enables an Ecology of Knowledge and which values the different forms of knowledge in the socio-cultural fields. In this sense, the thesis has the general objective of proposing a Knowledge Representation method in the light of the sociocultural paradigm of Information Science that can be able to organize and understand cybercordels, whose Digital Information Objects (ODI) are hybrid and volatile. It presents the following question as a problem: How to represent ODI as the strings in social media, while valuing its socio-cultural bias, its volatility and its hybridism? It proposes as a hypothesis that, based on a theoretical reframing and a combined method, it is possible to carry out the Sociocultural Knowledge Representation of ODI, hybrid and volatile, such as cybercordel. As a methodology, it shows the use of Scientific Bricolage, accompanied by the inclusion of Network Analysis in Social Media, Social Markers, Discursive Semantics and Dialectic of Knowledge. It brings as results what is called the Sociocultural Knowledge Representation Ecosystem (ERSC), anchored by principles to guide the replication of an ODI in the ERSC and a roadmap for the application of the Sociocultural Knowledge Representation (RSC) of ODI in the ERSC. The investigation finishes by concluding that the research was unprecedented as it reinterpreted the theory and combined methodologies in order to contribute and respond to new demands in the scientific field, allowing to present ways to treat ODI, considered volatile, as well as showing that there is an intimate interdisciplinary relationship between Knowledge Representation and the Sociology of Knowledge, Culture and Linguistics, placing them at the level of disciplines that can allow dialogue through Information Science and Sociology, favoring new and future researches around the Declassification of the Knowledge and the Decolonization of Knowledge.

Keywords: Knowledge Representation. Sociology of Knowledge. Scientific DIY. Digital Information Objects. Cybercordel.

RESUMEN

Contextualmente, la tesis surge en un escenario donde los “excluidos del conocimiento” deben ser estudiados a la luz de teorías que apuntan a su inclusión y favorecen los lugares de discurso. Es necesario valorar un Paradigma Emergente, que viabilice una Ecología del Conocimiento y que aprecie las diferentes formas de conocimiento en los campos socioculturales. En este sentido, la tesis tiene como objetivo general proponer un método de Representación del Conocimiento a la luz del paradigma sociocultural de la Ciencia de la Información, que sea capaz de organizar y comprender cibercordelos, cuyos Objetos de Información Digital (ODI) son híbridos y volátiles. Presenta la siguiente pregunta como problema: ¿Cómo representar el ODI como hilo conductor en las redes sociales, al tiempo que se valora su sesgo sociocultural, su volatilidad y su hibridación? Propone como hipótesis que, a partir de una resignificación teórica y un método combinado, es posible realizar la Representación del Conocimiento Sociocultural de ODI, híbridos y volátiles como los cibercordelos. Como metodología, muestra el uso del Bricolaje Científico, acompañado de la inclusión de Análisis de Redes en Social Media, Marcadores Sociales, Semántica Discursiva y Dialéctica del Conocimiento. Trae como resultado lo que se denomina Ecosistema de Representación del Conocimiento Sociocultural (ERSC), anclado en principios para orientar la replicación de un ODI en el ERSC y una hoja de ruta para la aplicación de la Representación del Conocimiento Sociocultural (RSC) de ODI en el ERSC. La investigación finaliza concluyendo que la investigación fue inédita ya que reinterpretó la teoría y las metodologías combinadas con el fin de contribuir y dar respuesta a nuevas demandas en el campo científico, permitiendo presentar formas de tratar las ODI, consideradas volátiles, además de mostrar que existe una íntima relación interdisciplinar entre la Representación del Conocimiento y la Sociología del Conocimiento, la Cultura y la Lingüística, ubicándolas al nivel de disciplinas que pueden permitir el diálogo a través de las Ciencias de la Información y la Sociología, favoreciendo nuevas y futuras investigaciones en torno a la Desclasificación de la Conocimiento y Descolonización del Conocimiento.

Palabras clave: Representación del conocimiento. Sociología del conocimiento. Bricolaje científico. Objetos de información digital. Cibercordel.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Circuito da cultura.....	36
Figura 2 – Figura 2 – Camadas para Representação Sociocultural do Conhecimento.....	44
Figura 3 – Aspectos do conhecimento.....	60
Figura 4 – Aspectos gerais da pesquisa, quanto às categorias gerais e aos marcadores sociais selecionados.....	120
Figura 5 – Marcadores Sociais prospectados nos Cibercordéis.....	122
Figura 6 – Aspectos gerais da pesquisa, quanto à coleta/análise dos dados.....	122
Figura 7 – Aspectos gerais da pesquisa, quanto ao gênero.....	123
Figura 8 – Grafo do Marcador “Classe Social”	126
Figura 9 – Grafo do Marcador Social “Étnico-racial”	128
Figura 10 – Grafo do Marcador Social “Gênero”	130
Figura 11 – Grafo do Marcador Social “Geração”	132
Figura 12 – Grafo do Marcador Social “Nacionalidade”	134
Figura 13 – Grafo do Marcador Social “Regionalidade”	136
Figura 14 – Grafo do Marcador Marcador Social “Religião”	140
Figura 15 - Grafo do Marcador Marcador Social “Sexualidade”	143
Figura 16 – Ecosistema da Representação Sociocultural do Conhecimento (ERSC).....	171
Figura 16 – Ecosistema da Representação Sociocultural do Conhecimento (ERSC).....	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Abordagens epistemológicas da Ciência da Informação.....	26
Quadro 2 – Organização do conhecimento: agendas sociopolíticas e seus conflitos históricos.....	31
Quadro 3 – Teorias da representação.....	38
Quadro 4 – Características conceituais das teorias da representação.....	39
Quadro 5 – Produção científica dos (as) pesquisadores (as) brasileiros (as) sobre a Literatura de Cordel aplicada a Ciência da Informação no século XXI....	92
Quadro 6 – Sobre as funcionalidades gerais do <i>Gephi</i> , versão 0.9.2.....	104
Quadro 7 – Abordagens teóricas sobre “diferença”.....	107
Quadro 8 - Categorias de <i>Cibercordéis</i> prospectados no <i>Facebook</i>	121
Quadro 9 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Classe Social”.....	127
Quadro 10 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Classe Social”.....	127
Quadro 11 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Étnico-racial”.....	129
Quadro 12 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Étnico-racial”.....	130
Quadro 13 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Gênero”.....	131
Quadro 14 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Gênero”....	131
Quadro 15 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Geração”....	133
Quadro 16 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Geração”...	133
Quadro 17 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Nacionalidade”.....	135
Quadro 18 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Nacionalidade”.....	135
Quadro 19 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Regionalidade”.....	137
Quadro 20 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social	

“Regionalidade”	137
Quadro 21 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Religião”	141
Quadro 22 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Religião”	141
Quadro 23 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Sexualidade”	144
Quadro 24 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Sexualidade”	144
Quadro 25 – Discursivização do Marcador Social “Classe Social”	155
Quadro 26 – Marcador Social “Étnico-racial”	156
Quadro 27 – Marcador Social “Gênero”	157
Quadro 28 – Marcador Social “Geração”	157
Quadro 29 – Marcador Social “Nacionalidade”	158
Quadro 30 – Marcador Social “Regionalidade”	158
Quadro 31 – Marcador Social “Religião”	160
Quadro 32 – Marcador Social “Sexualidade”	163
Quadro 33 – Proposição terminológica e conceitual por meio da Dialética do Conhecimento.....	165
Quadro 34 – Roteiro para aplicação da RSC de ODI no ERSC.....	173

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REPRESENTAÇÃO SOCIOCULTURAL DO CONHECIMENTO (RSC)	24
2.1 Direcionamento epistemológico	24
2.2 Norteamento sociocultural	36
2.3 (Re)posicionando o olhar sobre a Representação do Conhecimento.....	41
2.4 Implicações no processo de Representação do Conhecimento.....	47
2.5 Desclassificação do Conhecimento e a utopia da inclusão	53
3 SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO	59
3.1 Aspectos histórico-conceituais	59
3.2 Reconexão do saber com a vida	64
3.3 Descolonização do Saber: desafio de contar a história dos subalternizados	70
4 OBJETOS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO (ODI)	76
4.1 <i>Cibercultura</i>	76
4.2 Conceito de ODI.....	78
4.3 Os <i>Cibercordéis</i> e o seu ecossistema	80
4.4 Biblioteca líquida: busca pela preservação do volátil	93
5 METODOLOGIA	99
5.1 Abordagem metodológica	100
5.1.1 Análise de Redes em Mídias Sociais	102
5.1.2 Marcadores Sociais	105
5.1.3 Semântica Discursiva	109
5.1.4 Dialética do Conhecimento	111
5.2 Natureza da pesquisa	115
5.3 Fontes de informação.....	117
5.4 <i>Corpus</i>	117
5.5 Coleta dos dados	118
5.6 Tabulação dos dados	119
6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	120
6.1 Aspectos globais	120
6.2 Fase 1: <i>Grafos</i> em Mídias Sociais (<i>Facebook</i>).....	124

6.3 Fase 2: Interseccionalidade em Marcadores Sociais	145
6.4 Fase 3: Discursivização e Figurativização em Semântica Discursiva	155
6.5 Fase 4: Resignificação conceitual para uma Dialética da Representação do Conhecimento	165
6.6 Orientação didático-metodológica para investimentos investigativos.....	170
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS.....	180

1 INTRODUÇÃO

Estamos imersos a uma *cibercultura* que representa o aprofundamento da Revolução passada, adentrando em uma Quarta Revolução Industrial, mais densa e contraditória. Dicotomicamente ao que se prega com a utopia da Sociedade do Conhecimento, no mundo conectado, existem pessoas imersas nos mais diferentes e desiguais tipos de acesso ao conhecimento.

O fenômeno da desigualdade implica que alguns sujeitos enfrentam dificuldades para acessar e contribuir intelectualmente aos campos do saber e são excluídas por ausência de reconhecimento e oportunidade, em geral, porque o conhecimento canônico tende a não legitimar e reconhecer seus saberes.

Então, o que fazer diante desse dilema? Como incluir as comunidades tradicionais, a cultura popular, as periferias, os (as) camponeses (as), os povos indígenas, o movimento feminista, o movimento LGBTQI+, os afro-brasileiros, os imigrantes, a juventude suburbana, as pessoas em situação de rua, nesse debate? Todos esses grupos de domínio são vozes, têm suas próprias narrativas e demandam lugares de fala.

Estas pessoas também precisam ser investigadas. A questão é que elas não podem simplesmente ser meros objetos de estudo, tampouco instrumentos frios, objetos teórico-metodológicos de teorias cristalizadas.

Os excluídos do conhecimento precisam ser estudados à luz de teorias que visem a sua inclusão. É preciso de um Paradigma Emergente, de uma Ecologia de Saberes que preze pelos conhecimentos de campos sociais que são erroneamente conhecidos como de grupos subalternizados.

As Teorias da Descolonização do Saber e a Desclassificação do Conhecimento surgem visando trazer contribuições para visibilizar àqueles (as) que estão imersos (as) em um profundo *Apartheid* Sociocultural e Infoeconômico que contribui para segregação ou exclusão das formas como o conhecimento é valorizado e valorado. Elas se apresentam para informar que Teorias Dominantes não dão conta de campos de estudo que se encontram na marginalidade física, cognitiva e sociocultural do conhecimento.

É por esse motivo que no campo da Ciência da Informação, especificamente da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, pode-se perceber que, nos últimos anos, os debates eram efetivados prioritariamente à luz do paradigma físico e por

meio do paradigma cognitivo da área.

Isso ocorre porque de acordo com Tabosa, Tavares e Nunes (2016, p. 296), estamos imersos sob um modelo hegemônico que coloca o sociocultural no centro do debate como deveria ocorrer, especialmente porque os paradigmas dominantes “[...] já não se” mostram eficazes “para dar conta dos desafios de cunho social impetrados pela sociedade atual e apresentam, como possível solução, a consolidação do paradigma social, de forma efetiva”.

Esta ideia vai ao encontro do que pensa Nascimento (2006, p. 33), que, por meio de sua reflexão através do estudo sobre a abordagem sociocultural da informação, entendeu que é preciso abrir espaço “[...] para um fenômeno social de informação coletiva, estruturas de conhecimento e instituições de memória das comunidades discursivas”.

Observando estes aspectos e trazendo um posicionamento ao âmbito da Representação do Conhecimento, vê-se que este movimento ocorre em função de enfrentar-se

[...] hoje, na pesquisa em Organização e Representação do Conhecimento, dificuldades de tratar documentos em face à manifestação das diversidades sociais, culturais e políticas. Que ferramentas teremos de desenvolver para dar conta da produção do conhecimento e de sua recepção quando verificamos que as referências da documentação ainda estão assentadas nas hierarquias, no privilégio dos substantivos (as essências) e, muitas vezes, em parâmetros universais? (LARA, 2013, p. 238).

Nesta mesma linha de pensamento apresenta-se a provocação de Saldanha e Souza (2017, p. 16), onde:

A grande questão se coloca aqui: em que medida as teorias propriamente ditas e os métodos da OC problematizam o real em seu estatuto de formação culturalmente tecida, ou seja, qual a capacidade de refletir sobre a condição social e qual a propensão de lutar pelas mudanças (de seus construtos e daqueles imersos na complexidade do mundo social)?

Com isso, percebe-se que existe uma propensão a se adentrar em uma crise paradigmática, provocando a busca por modelos capazes de transpor os limites do que os autores compreendem como um soterramento do campo, ou seja, uma área restrita por uma “teoria barroca”, que reflete o espaço científico e o profissional da informação, o qual, por sua vez, se vê através de “espelhos turvos”, como asseveram Saldanha e Souza (2017).

O domínio ainda engatinha rumo a um repensar de suas práticas e teorias, que, até o

momento, ainda são norteadas e cristalizadas privilegiadamente pelos paradigmas físico e cognitivo da Ciência da Informação.

É possível constatar que a inclusão do paradigma social ainda se encontra em fase embrionária na Ciência da Informação, seja do ponto de vista quantitativo ou qualitativo. Por meio dos Anais da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), respectivamente, com os seus eventos anuais e bienais de pesquisadores, ainda se verifica um limitado número de pesquisas direcionadas ao pensamento social da Organização do Conhecimento.

Desde o início das edições dos capítulos brasileiro e ibérico, os efeitos e impactos socioculturais da informação e do conhecimento estão sendo investigados e difundidos de forma “aritmética” e não “geométrica”, ou seja, vê-se que, ano após ano, o interesse por abordagens dessa natureza tem aumentado, porém em uma escala com crescimento moderado.

Em virtude desta presença investigativa e da forma como o crescimento teórico e metodológico tem ocorrido, a ISKO Brasil criou a categoria “a dimensão social, cultural e política da organização e representação do conhecimento” para os volumes 1, 2 e 3 (ISKO BRASIL, 2012). Posteriormente, em 2017, essa categoria foi atualizada para “Dimensão política e social da organização do conhecimento”, constante no volume 4 (ISKO BRASIL, 2017).

Em diálogo com a ISKO ESPANHA/PORTUGAL, desde o seu início, se tem apresentado a categoria “igualdade e diversidade em organização do conhecimento”, caso do volume 1 (ISKO ESPANHA/PORTUGAL, 2013). Para o segundo volume, a ISKO fez uma primeira atualização, alterando a categoria para “igualdade, gênero e diversidade em organização do conhecimento” (ISKO ESPANHA/PORTUGAL, 2017). No terceiro volume, houve uma nova alteração, agora sendo denominado de “desafios à organização e acesso ao patrimônio cultural” (ISKO ESPANHA/PORTUGAL, 2017).

Apesar das atualizações e/ou mudanças terminológicas, percebe-se que determinados eixos temáticos vão sendo diluídos ou metamorfoseados nas categorias temáticas ao longo da sua história, cujas explicações não estão facilmente acessíveis nesses documentos.

Todavia, é possível perceber que há aspectos que unem as mais distintas discussões, especialmente quando se considera o fenômeno informação e conhecimento, na forma como se comporta o conhecimento registrado perante a dimensão sociocultural.

Percebe-se que um dos intuitos para adequar este olhar pela ISKO é porque a área vem passando por diversas transformações ao longo de sua história. Evidentemente que isso não ocorre apenas de maneira orgânica. É também um trabalho, concomitantemente, científico e de posicionamento político, que vai ocorrendo na tentativa de diminuir a morosidade e de acompanhar as transformações globais aos movimentos da construção do saber, que emergem e que demandam novas competências informacionais, tencionando o fortalecimento de um novo diálogo e pacto social, além de, evidentemente, buscar ampliar as suas práticas e posicionamentos informacionais.

Nesse sentido, a investigação se justifica por compreender que ela reflete inquietações teórico-metodológicas no domínio da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, visto que encontramos-nos imersos em uma hiper-realidade cultural, que nos provoca a rever a forma como o processo representacional tem sido feito ao longo da história, especialmente se pensarmos que novas demandas estão sendo lançadas a todo o momento e que as respostas apresentadas ainda são majoritariamente calcadas em métodos e técnicas tradicionais, que não respondem mais de maneira adequada à contemporaneidade.

Os estudos em torno dos impactos causados pelo fenômeno informação/conhecimento na contemporaneidade, especialmente no âmbito da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, precisam de uma *suspensão epistemológica*, de uma ressignificação teórica e de um realinhamento metodológico que sejam capazes de olhar o objeto de estudo sob múltiplos prismas, algo que os atuais recortes investigativos não permitem.

No domínio da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, são vistos *buracos negros informacionais*, ou seja, desigualdades socioinformacionais demonstrando que ainda há muito por construir, ressignificar, refletir e debater.

Portanto, é nesse sentido que se justifica discutir uma proposta de Representação do Conhecimento aplicada à cultura dos cordéis, especificamente dos cordéis digitais (*cibercordéis*).

Os *cibercordéis* são Objetos Digitais de Informação (ODI), híbridos e voláteis que permitem a mediação, disseminação da informação de conteúdos no âmbito da *internet* e que transcendem a lógica do modelo tradicional de organização, produção, distribuição e consumo cultural.

Sua investigação, por sua vez, só faz sentido caso se tenha uma forma combinatória e híbrida de Representação do Conhecimento, à luz do paradigma sociocultural da Ciência da Informação, que seja capaz de compreender a complexidade de ODI como os cordéis digitais.

Desta forma, esta pesquisa doutoral ocorre com o intuito de apresentar alternativas ao campo científico, a partir de um arcabouço teórico e metodológico entre o encontro da Organização com a Sociologia do Conhecimento, para tentar responder a problemas de cunho sociocultural ainda não elucidados pelo campo da Ciência da Informação brasileira.

Justificada esta tese, apresenta-se como **problema de pesquisa**, o seguinte: Como representar Objetos Digitais de Informação (ODI) como os cordéis nas mídias sociais, valorizando, ao mesmo tempo, o seu viés sociocultural, sua volatilidade e o seu hibridismo?

Adicionalmente, vê-se como **hipótese** que, a partir de uma ressignificação teórica e de um método combinado, é possível realizar a Representação Sociocultural do Conhecimento de ODI, híbridos e voláteis como os *cibercordéis*.

Estas questões foram respondidas pelo **objetivo geral**, que propôs um método de Representação do Conhecimento à luz do paradigma sociocultural da Ciência da Informação, que fosse capaz de organizar e compreender *cibercordéis*, cujos ODI são híbridos e voláteis.

De forma detalhada, foram apresentados como **objetivos específicos**, as seguintes alíneas:

- a) Prospectar *cibercordéis* na mídia social *Facebook*;
- b) Identificar e analisar figuras, temas e marcadores sociais no *Facebook*;
- c) Realizar processo de análise e síntese dos *cibercordéis* identificados nos Grupos do *Facebook*;
- d) Construir proposta de ressignificação conceitual dos termos selecionados e oriundos dos *Cibercordéis* presentes nos Grupos do *Facebook*.

Portanto, esta tese reflete inquietações pessoais que culminaram em indagações teóricas e metodológicas, ocorridas ao longo do período doutoral, até chegar nesses resultados, mas também ocorre por ter instigado análises que vêm de fora para dentro da academia, ao perceber que determinados debates que ocorrem em espaços interpessoais muitas vezes podem ser nocivos à ciência e à sociedade, das leituras de “cabeceira” e das

observações que se materializam cotidianamente, sobretudo no campo da Organização e Representação do Conhecimento.

A sociedade está soterrada por inúmeros questionamentos e práticas ambíguas, fazendo com que o pesquisador da Ciência da Informação seja um desbravador de modelos alternativos de conhecimentos (produção, representação, recepção e mediação), a partir do momento que tenta compreender como os impactos socioculturais e infoeconômicos influenciam e são influenciados pelos fenômenos informacionais e a nossa relação com a vida e as pessoas.

Tem-se nessa investigação a busca por contribuir para uma ciência mais equânime e plural, com vistas a um mundo menos injusto e mais solidário, de práticas menos desiguais e mais tolerantes. E isso começa por pensar uma Representação Sociocultural do Conhecimento, onde todas as pessoas são importantes no processo de construção do saber e organização do pensar informacional.

Contudo, para que esta tese se viabilize, o texto apresenta 5 seções capitulares, que se dão por meio do debate sobre a “Representação Sociocultural do Conhecimento (RSC)”, da “Sociologia do Conhecimento”, dos “Objetos Digitais de Informação (ODI)”, da “Metodologia”, e da “Análise e Interpretação dos Resultados”.

Ao que compete a **Representação Sociocultural do Conhecimento (RSC)**, a seção irá dispor de um direcionamento epistemológico, um norteamento sociocultural, refletirá sobre a busca de um (Re)posicionamento para o olhar da Representação do Conhecimento, buscará entender as implicações no processo de Representação do Conhecimento e tratará do debate sobre a ideia de Desclassificação do Conhecimento.

No que tange a seção **Sociologia do Conhecimento**, serão apresentados os seus aspectos histórico-conceituais, buscará refletir sobre uma possível busca de reconexão do saber com a vida, trazendo como cerne o debate sobre a Descolonização do Conhecimento.

Para tratar do assunto sobre **Objetos Digitais de Informação (ODI)**, serão reveladas questões como Cibercultura, os aspectos conceituais do termo ODI, sua relação e influência para configuração dos *Cibercordéis*, assim como a necessidade de pensar saídas de preservação e representação a partir do que é formulado na tese como Bibliotecas Líquidas.

Entrando para **Metodologia**, a mesma irá apresentar como caminho investigativo uma Bricolagem Científica, agregando de forma articulada a Análise de Redes em Mídias Sociais, os Marcadores Sociais, a Semântica Discursiva e a Dialética do Conhecimento.

Caminhando para o processo de **Análise e Interpretação dos Resultados**, a pesquisa será refletida a partir meios estabelecidos na metodologia, onde ver-se-á que o uso integrados dos *Grafos*, da Interseccionalidade, da Discursivização e da Resignificação Conceitual (contradição, totalidade, categorias-chave e singularidades) se apresentarão como caminhos que partirão compreender a complexidade do objeto de estudo.

Portanto, ao propor atuar nesse horizonte teórico-metodológico, se permitirá chegar ao que a pesquisa nominará de **Ecosistema da Representação Sociocultural do Conhecimento (ERSC)**, uma ferramenta metodológica capaz de permitir testes com ODI híbridos e voláteis presentes nas Mídias Sociais.

2 REPRESENTAÇÃO SOCIOCULTURAL DO CONHECIMENTO (RSC)

2.1 Direcionamento epistemológico

A história da Representação do Conhecimento sempre esteve associada à ideia de o sujeito observar um fenômeno no mundo natural para que, posteriormente, lhe fosse possível atribuir um significado enquanto objeto e, assim, este, passado pelas transformações culturais devidas, por posições universais, convenções institucionais, aceites sociais e marcos históricos, pudesse adquirir sentido e importância na humanidade.

Por esse motivo, emergem os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) tradicionais, com o intuito de traduzir a linguagem natural (senso comum) para linguagem artificial, ou seja, sistemas científicos que permitem a representação, organização e recuperação da informação em estruturas do conhecimento registrado. Seguindo esta linha de pensamento, compreende-se por SOC, àqueles que,

[...] abrangem todos os tipos de esquemas que organizam e representam o conhecimento, por exemplo, as classificações, taxonomias, tesouros e ontologias. SOC são sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos. Na organização e recuperação da informação, os SOC cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e os usuários. Quanto à estrutura variam de um esquema simples até o multidimensional, enquanto que (*sic*) suas funções incluem a eliminação da ambiguidade, controle de sinônimos ou equivalentes e estabelecimento de relacionamentos semânticos entre conceitos (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p. 54).

Dialogando com as autoras mencionadas, Lara e Mendes (2017, p. 375) observam que “os padrões dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) não surgem num vazio, mas estão intimamente relacionados às formas de organizar o mundo que são, sobretudo, culturais”.

Em virtude disso, ao longo da história, até por uma questão conjuntural, a Ciência da Informação pensou o fenômeno informacional a partir das dimensões físicas, cognitivas e sociais, todavia foram privilegiados alguns paradigmas como o físico e o cognitivo em detrimento do social.

Outrora, considerando as novas demandas informacionais, se requerem mudanças

paradigmáticas no sentido de potencializar abordagens alternativas para tratar, por exemplo, documentos voláteis, híbridos ou aqueles que foram silenciados, marginalizados ou esquecidos pelos principais SOCs tradicionais, como a Classificação Decimal Dewey (CDD), a Classificação Decimal Universal (CDU) e o *Anglo American Cataloguing Rules* (AACR2), cuja atuação privilegiou, ao longo da história, temáticas voltadas ao poder hegemônico dos países do Norte em detrimento dos países do Sul.

A exemplo disso está o caso de como a literatura de cordel é representada nos SOCs tradicionais. Ela não é incluída como uma subcategoria da classe da Literatura, mas está classificada como Folclore. A literatura, aqui, privilegia essencialmente a dita cultura erudita, com profunda ênfase aos países desenvolvidos. Para Albuquerque (2011, p. 43) “as classificações bibliográficas, até o presente momento, inserem a literatura de cordel no âmbito do folclore. Tal tratamento é inconsistente quando se trata de um instrumento de controle de vocabulário, que representa a expressão da cultura popular”.

Numa outra frente, mas com o mesmo nível de importância, está a pesquisa de Sousa e Tolentino (2017, p. 200), que estuda os “aspectos machistas na organização do conhecimento” a partir da “representação da mulher em instrumentos documentários”. Nela, observou-se

[...] como os instrumentos reforçam o sentido de superioridade do homem sobre a mulher, a dominação patriarcal e a afirmação do papel feminino único enquanto esposa, dona de casa e mãe. As relações apontadas não designam formas de libertação entre homens e mulheres, não reproduzem o idêntico, não está dada. As mulheres são dominadas coletivamente e individualmente pelo masculino, conforme foi possível constatar no recorte do Tesouro para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG), no Tesouro Jurídico do Superior Tribunal de Justiça (TJ STJ) e no *Anglo American Cataloguing Rules*, 2ª edição (AACR2r).

Percebendo tal cenário, esta investigação aborda a aplicação da Representação do Conhecimento a partir da dimensão sociocultural da Ciência da Informação, para que se permita construir um diálogo teórico capaz de incluir aqueles (as) que estão à margem, que são excluídos (as), os “favelados do conhecimento”.

O termo deriva do conceito de “favela”, cuja explicação dada por Valéria Grace Costa e José Antônio Sena do Nascimento (2005, p. 3800-3801) é: “O IBGE, para o Censo, utiliza a nomenclatura de aglomerado subnormal para designar os setores censitários do tipo

especial que formam as áreas de favelas e similares (mocambos, vilas, palafitas, invasões) [...] assentamentos ou aglomerados subnormais, bolsões de pobreza/ áreas de interesse social, áreas de subhabitação (favelas)".

Dito isso, e buscando sustentar este posicionamento, recorre-se aos postulados epistemológicos da Ciência da Informação descritos por Buckland (1991), González de Gómez (2000) e Capurro (2003).

De maneira independente, mas ao mesmo tempo complementar, os (as) pesquisadores (as) propuseram uma sistematização para o objeto da Ciência da Informação a partir do seguinte prisma:

Quadro 1 – Abordagens epistemológicas da Ciência da Informação

Buckland (1991)	González de Gómez (2000)	Capurro (2003)
Informação como coisa	Dimensão infraestrutura	Paradigma físico
Informação como processo	Dimensão semântico-discursiva	Paradigma cognitivo
Informação como conhecimento	Dimensão meta-informacional	Paradigma social

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

É possível visualizar no quadro 1 que os pressupostos epistemológicos apresentados podem ser usados como referências ao domínio da representação do conhecimento, especialmente se fizermos a opção de tomarmos como ponto de partida o paradigma social, assim como das suas correspondentes. Além disso, é possível observar que cada etapa paradigmática descrita pelos autores, se relaciona com as demais e dialogam de maneira interdisciplinar dentro do campo.

Pode-se dizer, nesse contexto, que o objeto físico, para chegar ao nível semântico-discursivo, deve considerar o seu espaço sociocultural, ou seja, o seu ambiente meta-informacional. Vê-se que temos didaticamente um ciclo informacional dinâmico onde todos os postulados epistemológicos dialogaram e permitiram uma abertura ao campo da Representação do Conhecimento¹.

A opção investigativa dada pela pesquisa é de atuar considerando as tríades

¹ Considerando o **conhecimento como informação em movimento**, articulamos e damos o delineamento da ideia de Representação para esta investigação a partir do que se estabeleceu terminologicamente pelo Grupo de Trabalho em Organização e Representação do Conhecimento (GT2), da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB) e pela *International Society for Knowledge Organization (ISKO)*. Assim, para fins de explicação didática, adotamos o termo Representação do Conhecimento.

epistemológicas apresentadas acima em sintonia com o debate sobre os estudos paradigmáticos, sempre com o olhar direcionado à perspectiva sociocultural.

Desse posicionamento, mas também tendo em vista o que se pretende tratar posteriormente, é possível ver uma busca em torno da reflexão do que é compreendido por mudança paradigmática (KUHN, 2017).

Guardadas as devidas proporções e considerando a busca por um novo debate epistemológico, a Organização do Conhecimento e suas variações terminológicas estão vivenciando tensões no campo, que seguramente poderão implicar em transformações teóricas e metodológicas. Isso pode levar a uma mudança paradigmática, no sentido de possibilitar novas práticas investigativas com vistas a tentar responder a questões abertas dentro do espaço científico.

Neste limiar, já é possível observar que, nos últimos anos, contribuições científicas que questionam o que Santos (2018) nomeia de paradigma dominante, abrem caminho ao que o mesmo autor conceitua de paradigma emergente, com a finalidade de dar voz a determinadas investigações, que historicamente foram silenciadas em nome de uma ciência normal (KUHN, 2017).

Tem-se um cânone científico oriundo de abordagens hegemônicas na Representação do Conhecimento, algo convencionado, aceito e institucionalizado por meio de políticas de informação que, em determinado grau, não conseguem visualizar a pluralidade sociocultural com a qual a Organização do Conhecimento deveria considerar.

Vê-se, historicamente, que as grandes narrativas da Organização do Conhecimento foram apoiadas pelo Positivismo, pelo Estruturalismo e pelo Determinismo, por exemplo, em suas concepções clássicas, que, na contramão disso, o debate do paradigma emergente sinaliza para reposicionamento científico. É preciso incluir a multiculturalidade, representada pela diversidade sociocultural.

Ao permitir isso, será possível favorecer o que Hall (2015) chama de reconhecimento de uma identidade cultural na pós-modernidade, com o objetivo de compreender as diversas maneiras de manifestações socioculturais que implicam diretamente na forma como são vistas e concebidas as memórias coletivas (HALBWACHS, 1990).

É notadamente em virtude disso que têm aumentado os estudos que permitem amplificar as forças de tensão para provocar novas possibilidades ao campo científico. Renomados pesquisadores já vêm apontando para uma emergência de revisão e

realinhamento epistemológico, frente às novas demandas sociais e condições culturais.

Varela e Barbosa (2012, p. 148), ao investigar a dimensão social e cognitiva na Organização e Representação do Conhecimento, perceberam que “compreender fenômenos significa ser competente para formular hipóteses ou idéias (*sic*) sobre as relações causais [...]”.

López-Huertas (2013, p. 234-235, tradução nossa), ao traçar o panorama da pesquisa em Organização do Conhecimento em sua dimensão social, cultural e política, considerando a formação profissional, ética, cultura e identidade, contextos e sustentabilidade, se mostra favorável à configuração de um novo desenho para construção dos SOCs. Para isso, quatro princípios precisam ser considerados, a saber:

1. As funções da OC² excedem em muito o escopo tradicional de recuperação de informação no sentido estrito e devemos nos preparar para responder a este e outros contextos [...].
2. A OC também é uma ótima fonte de informação e um método eficaz para avaliar contextos específicos que exigem a identificação de novos indicadores de qualidade [...].
3. [...] a transversalidade deve ser um imperativo no desenho de sistemas de informação fazendo com que este tema tenha uma grande importância [...].
4. [...] é preciso repensar os fundamentos que regem a construção de sistemas de organização do conhecimento. É necessário encontrar alternativas que passem por uma revisão criativa dos fundamentos que governam esses sistemas.

Seguindo essa perspectiva, rumo a um repensar teórico e metodológico, Lara (2013, p. 240), ao refletir sobre os problemas da Organização do Conhecimento na contemporaneidade, observa que,

[...] Conceitos-chave para a contemporaneidade – interculturalidade, heterogeneidade, diversidade, diferença, instabilidade – apontam para deslocamentos em relação à situação vivida desde o iluminismo e exigem novas práticas que considerem a negociação, os intercâmbios, os trabalhos colaborativos.

Não obstante a isso, “[...] as estruturas e categorias tradicionais não mais dão conta da complexidade contemporânea, o que leva a uma parafernália de conceitos que tentam dar nome e enquadramento àquilo que escapa à categorização” (LARA, 2013, p. 240). A isso é feito um adendo, observando que os SOCs precisam refletir “as expressões do que

² A sigla refere-se ao termo “Organização do Conhecimento”.

entendem como as categorias sociais e culturais de seu tempo, das quais derivam práticas e procedimentos para com a informação” (LARA; MENDES, 2017, p. 377).

Baseando-se nestes posicionamentos, tanto López-Huertas (2013, p. 26), quanto Lara (2013, p. 244), percebem que, os “conceitos binários” para primeira e a “classificação binária” para segunda, diminuem “a complexidade do real, reduzindo também a possibilidade do sentido” e do fator inclusivo do ator social, fazendo com que, qualquer iniciativa de inclusão da multiculturalidade e da transversalidade sejam potencializados em sua plenitude. Trivelato e Moura (2017, p. 397) notam que

[...] no campo da organização da informação e do conhecimento, ainda se faz necessário à incorporação de reflexões e práticas profissionais que oportunizem ao reconhecimento, a reciprocidade a conexão entre os sujeitos sociais a partir da consolidação de instrumentos que possam revelar a diversidade de atores sociais que constituem a sociedade e a produção do conhecimento.

Para contribuir com este debate, é salutar se distanciar do discurso retórico cristalizado e observar como Varela e Barbosa (2013, p. 281) tratam a Organização do Conhecimento associada à figura do sujeito social, no sentido de proporcionar ao mesmo, acesso pleno ao conhecimento, independentemente do seu grupo de pertença. É tendo em vista esses princípios que se consegue promover, de forma interconectada, “o caráter técnico, social e mediador da organização do conhecimento” (VARELA; BARBOSA, 2013, p. 281).

Isso se faz no sentido de buscar construir “[...] um contraponto aos limites impostos pelas estruturas de organização do conhecimento sob a forma de árvores, além de permitir organizar categorias e conceitos em sistemas transversais” (LARA; MENDES, 2017, p. 380).

Contudo, é possível perceber que na primeira fase do século XXI também se tem produzido avanços direcionados ao âmbito sociocultural da Organização do Conhecimento. Segundo Gomes, Evangelista, Martinez-Ávila e Grácio (2017, p. 384), em

[...] relação ao aspecto cultural da Organização do Conhecimento, avanços significativos vêm sendo alcançados em âmbito internacional, na medida em que se observam estudos dedicados a repensar as práticas, os valores, os contextos e os atores envolvidos na Organização do Conhecimento.

Mesmo havendo estudos direcionados ao campo, ainda é possível observar que este

debate se encontra em estágio indiciário. Observa-se que a Organização do Conhecimento aplicada à dimensão sociocultural da Ciência da Informação, ainda se encontra no estado da arte, seja em nível de Brasil ou Internacional. É preciso avançar em busca de uma *práxis* informacional, em que teoria e ação caminhem juntas em busca de uma complexidade social e da transversalidade cultural.

Dialogando com as pesquisas comunicadas na ISKO Brasil, estão as contribuições individuais ou coletivas por meio dos periódicos científicos da área. Têm-se produzido dossiês temáticos e números especiais direcionados ao campo científico da Ciência da Informação.

Vê-se que o campo da Representação do Conhecimento começou a perceber a importância de abrir espaço para pensar iniciativas investigativas com propósito de impulsionar a dimensão social da Ciência da Informação no contexto da Organização do Conhecimento.

Em virtude disso, é relevante considerar o pensamento de García-Gutiérrez (2006, p. 103). Segundo ele, é preciso caminhar em direção a um ecossistema informacional capaz de identificar os “cientificamente os favelados³”, ou seja, aqueles e aquelas que estão imersos em um profundo estágio de vulnerabilidade sociocultural.

Fazer isso significa “acolher o conhecimento excluído, devolvendo-lhe a legitimidade negada pelos processos convencionais de reconhecimento e ordenação” GARCÍA-GUTIÉRREZ (2006, p. 103).

Considerando estes aspectos, de maneira orgânica, tem ocorrido uma mobilização recente ao campo, proporcionando contribuições que vislumbram saídas teóricas e metodológicas a partir de importantes periódicos científicos brasileiros.

No âmbito da Revista Informação & Informação (2017) é produzido um número temático que traz como dossiê a relação entre “organização do conhecimento e gênero”.

Dele, é possível observar o posicionamento de Guimarães (2017, p. 92), onde é sinalizado que na

[...] dimensão cultural, os maiores desafios se colocam no sentido de se evitar o preconceito, o proselitismo e as dominações culturais de modo a promover a compatibilização entre a necessidade de uma comunicação global e o respeito às questões locais (ANDERSEN; SKOUVIG, 2017 *apud*

³ O conceito de “favelados” aqui é utilizado como sinônimo de “marginalizados” ou “excluídos”.

GUIMARÃES, 2017, p. 92).

O posicionamento de Saldanha e Souza (2017, p. 16), ao sugerirem uma Organização do Conhecimento por meio de uma reflexão que inclua a “categoria social”, permitindo que “por essa lente podemos reunir o grupo de questionamentos e de denúncias sobre a função histórica de uma Organização do Conhecimento para seu contexto social”, contribui para que o campo e o profissional da informação possam ver além de imagem autorreflexiva. Será permitido observar entre o explícito e o implícito.

No contexto do periódico Liinc em Revista (2018), é apresentado um número temático com um significativo volume de artigos para o campo da Organização do Conhecimento no âmbito da dimensão sociocultural da Ciência da Informação da atualidade.

A partir do dossiê “organização do conhecimento: agendas sociopolíticas e seus conflitos históricos”, oriundo do periódico Liinc em Revista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), tem-se a oportunidade de acessar 27 artigos sobre distintos contextos teóricos e metodológicos. O elo entre eles é justamente a sensibilidade que se tem a partir do paradigma sociocultural da Ciência da Informação.

Vê-se que estas contribuições apresentam concepções amplas e aplicadas em relação às pesquisas publicadas. Isso permite, ao mesmo tempo, uma visão mais didática, global e local das implicações da dimensão sociocultural da Ciência da Informação, conforme é mostrado:

Quadro 2 – Organização do conhecimento: agendas sociopolíticas e seus conflitos históricos

Item	Artigo	Autoria	Descritores
1	Por uma economia política da organização do conhecimento	Antonio García Gutiérrez	Não identificado
2	Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder	Maria Aparecida Moura	SOCs; Discurso; Interseccionalidade; Gênero; Performatividade de Gênero; Construção Social de Gênero.
3	A mulher como informe: uma maculatura desclassificada na tipografia do informar	Vinícius Souza de Menezes	Desclassificação; Informe; Mulher; Filosofia da Informação.
4	Representação do conceito de mulher na Classificação Decimal Dewey (CDD) a na Classificação Decimal Universal (CDU): duas perspectivas sobre o mesmo conceito?	Maria da Graça Simões, Blanca Rodríguez Bravo e Olivia Pestana	Mulher; Classificação Decimal Dewey (CDD); Classificação Decimal Universal (CDU).

5	Encenações e reescritas da memória no capitalismo global entre teorias e práticas culturais	Giulia Crippa	Memória; Capitalismo; Museu de Ustica; Memorial de Auschwitz.
6	Intercomunicação entre a organização da informação e do conhecimento, os estudos sobre memória e a produção de obras artísticas	Wagner Oliveira de Medeiros e Fabio Assis Pinho	Ciência da Informação; Organização da Informação e do Conhecimento; Memória; Produção de Arte; Informação em Artes.
7	La organización del conocimiento desde una perspectiva sistémica y la movilización del conocimiento	Ricardo Pérez Mora e Blanca Lizbeth Inguanzo Arias	Organización del Conocimiento; Movilización del Conocimiento; Pensamiento Complejo; Geopolítica del Conocimiento
8	Melvil Dewey – entre o dito e o não dito: sujeito e historicidade do campo informacional	Lídia Silva de Freitas e Rosana Portugal Tavares de Moraes	Melvil Dewey; História; Biblioteconomia; História.
9	O princípio da garantia semântica revisitado à luz dos estudos da linguagem	Roger de Miranda Guedes	Garantia Semântica; Sistemas de Organização do Conhecimento; Estudos da Linguagem; Significação; Conceitos Sensibilizantes.
10	Tratamento temático da informação (TTI): influência dos paradigmas físico, cognitivo e social em artigos de revisão de literatura no período de 1966-1995	Marisa Bräscher e José Augusto Chaves Guimarães	Tratamento Temático da Informação; Paradigma Físico; Paradigma Cognitivo; Paradigma Social.
11	Devir-rizoma: tumulto na organização e representação do conhecimento	Rodrigo de Sales	Organização do Conhecimento; Representação do Conhecimento; Rizoma; Devir; Sistemas de Organização do Conhecimento.
12	O contexto informacional dos núcleos de estudos afro-brasileiros: analisando o facebook como uma fonte de informação étnico-racial	Andréia Sousa da Silva e Cézar Karpinski	Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros; Fonte de Informação; Redes Sociais; Facebook.
13	Expandindo o cosmos da representação social do conhecimento por meio da categorização de marcadores sociais da diferença	Mário Gaudêncio, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque e Gisele Rocha Côrtes	Representação Social do Conhecimento; Marcadores Sociais da Diferença; Interseccionalidade; Conhecimento Social; Sociologia do Conhecimento.

14	A representação da autoria e o seu contexto social	Naira Christofoletti Silveira	Representação Descritiva; Autoria; Representação Bibliográfica; Movimentos Sociais.
15	Pseudônimos de autoras, aspectos contingenciais e o seu protagonismo social: FRAD, FRSAD e a representação temática em catálogos online	Suellen Oliveira Milani e Brisa Pozzi de Sousa	Modelo conceitual; FRAD; FRSAD; Pseudônimos; Representação Temática; Protagonismo Social.
16	A pesquisa em genética humana sob o prisma das redes: uma abordagem metodológica sobre campo científico e domínio de conhecimento	Lidiane dos Santos Carvalho e Regina Marteleto	Produção do Conhecimento Científico; Análise de Redes Sociais (ARS); Análise de Domínio; Genética Humana; Campo Científico
17	Rotulagem alimentar e organização do conhecimento: alegações nutricionais e de saúde em relação ao açúcar	Daniel Martínez-Ávila e Luciana Gomes	Rótulos de Alimentos; Alegações Nutricionais e de Saúde; Açúcar.
18	Indexação temática em textos de Rui Barbosa	Dilza Ramos Bastos, Ana Paula Lima dos Santos e Lourdes Maria dos Santos	Indexação Temática; Acervo Bibliográfico; Teoria do Conceito.
19	Produtores/usuários e profissionais de arquivo: colaboração para organização da informação – o caso do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	Emília Barroso Cruz e Júlio César Schroeder Queiroz	Documentos de Arquivo; Plano de Classificação; Profissional de informação; Usuários; Recuperação da Informação.
20	O design da informação na modelagem de ambientes digitais em saúde: políticas informacionais no transcurso da epidemia pelo zika vírus	Maria José Vicentini Jorente, Laís Alpi Landim e Anahi Rocha Silva	Design da Informação; Ambientes Digitais de Saúde; Alfabetização em Saúde; Políticas de Informação em Saúde; Epidemia de Zika Vírus e Microcefalia.
21	O dispositivo como unidade básica do conhecimento na web semântica	Rodrigo de Santis	Sistema de Organização do Conhecimento; Classificação; Recuperação; Conceito.
22	Entre a poesia e a ciência da informação: reapropriações do cinema found footage nos domínios digitais	Carlos Adriano Jeronimo de Rosa e Claudio Marcondes Castro Filho	Cinema Found Footage; Informação; Mediação; Reapropriação; YouTube.
23	The representation of knowledge by means of dynamic systems	Elaine Mandelli Arns, Janete Saldanha Bach Estevão, Christian Luiz da Silva e Faimara do Rocio Strauhs	Sistemas dinâmicos; Conhecimento Coletivo; Pescadoras de Guaraqueçaba; Teoria Ator-Rede; Redes.

24	Algoritmização da vida e organização da informação: Considerações sobre a tecnicidade no algoritmo a partir de Gilbert Simondon	Lorena Lucas Regattieri e Henrique Antoun	Algoritmo; Técnica; Simondon; Organização da Informação; Cibernética.
25	Classificação de objetos de fronteira na organização do conhecimento e o papel das ontologias	Linair Maria Campos	Objetos de Fronteira; Organização do Conhecimento; Ontologias.
26	Ressurgência das margens: o projeto Beiras D'Água e os povos e comunidades tradicionais da bacia do rio São Francisco	Bernardo Vaz, André Monteiro e Anderson Camargo Rodrigues Brito	Projeto Beiras d'Água; Povos e Comunidades Tradicionais; Bacia do Rio São Francisco; Organização dos Saberes; Documento Audiovisual.
27	A representação da produção artesanal indígena no tesouro de cultura material dos índios no Brasil	Dilza Fonseca da Motta	Tesouro Conceitual; Padronização Terminológica; Indexação; Recuperação da Informação.

Fonte: Adaptado do periódico Liinc em Revista (2018).

Pode-se notar, no quadro acima, que um primeiro aspecto integrador na quase totalidade dos textos é a busca por uma reflexão em torno de provocar, na Ciência da Informação, a partir da Organização do Conhecimento, agendas sociopolíticas diante dos seus conflitos históricos.

Neste sentido, retoma-se Antonio García-Gutiérrez para apresentar uma posição que nos leva a visualizar um cenário de crise paradigmática. Disso, tem-se: “Eu vou dizer na velha língua da rebelião: já que a ocupação cultural e digital já é um fato inevitável, vamos estabelecer uma barricada de consenso que possa permitir, na sua retaguarda, continuar desenvolvendo e retornando a dissidência” (GARCÍA-GUTIÉRREZ, 2018a, p. 112)⁴. Isso certamente levará a uma nova ecologia informacional, permitindo um ecossistema do conhecimento baseado na complexidade e transversalidade intelectual.

Moura (2018, p. 119) sinaliza que “ampliaram-se as abordagens que reivindicam uma virada transversal e interseccional na base dos dispositivos estruturados no contexto da organização do conhecimento”. Isso ocorre tendo em vista que nesta

[...] configuração do capitalismo global tornou-se mais visível à coexistência de diferentes formas de produção de conhecimento e a participação de

⁴ Tradução de Gustavo Silva Saldanha.

diferentes atores em sua produção. De forma complexa e diversificada, novas formas de organização do conhecimento são integradas em torno dos atores, como a sociedade, o mercado e a universidade (MORA; ARIAS, 2018, p. 204).

O campo da Organização do Conhecimento, através de seus profissionais “se vê na obrigação de compreender ou, ao menos, de aceitar os relativismos e as mobilidades culturais, é o princípio da contradição” (SALES, 2018, p. 263). Desse processo tem-se a possibilidade de viabilizar reflexões críticas, construtivistas, interseccionais e dialéticas, com vistas a buscar um diálogo e um entendimento coletivo, plural e horizontal.

É por este motivo que se busca uma Representação Sociocultural do Conhecimento, especialmente por considerar a sua importância como mediadora estratégica “e de significativa relevância para responder às demandas sociais e informacionais vigentes” (GAUDÊNCIO; ALBUQUERQUE; CÔRTEZ, 2018, p. 299) ao campo, dialogando diretamente com o que García-Gutiérrez (1998, tradução nossa) denomina de Epistemografia.

Para García-Gutiérrez (1998, p. 15, tradução nossa), o conceito de Epistemografia “foi cuidadosamente escolhido para representar todo esse mundo de confluências”. Ainda segundo o autor, o conceito de Epistemografia ou da Epistemografia Interativa, como prefere denominá-la, incorpora “uma dimensão sociocultural, ética e política, em suma, crítico-pós-moderna” (GARCÍA-GUTIÉRREZ, 2006, p. 104).

Portanto, este cenário de reflexão paradigmática, seja de crise ou em direção a uma mudança no âmbito do campo da Organização do Conhecimento, apenas ocorre por se perceber que a comunidade científica começa a compreender que existem hiatos que demandam questionamentos.

Por esse motivo, diante da contemporaneidade, é salutar questionar as distintas contradições e antíteses existentes, que para Olson⁵ (2018, p. 492, tradução nossa) “ao questionar os fundamentos, podemos revelar suposições não justificadas e mudar nossas práticas [...]”, elevando, assim, o nível de profundidade, maturidade e inclusão teórica e metodológica.

⁵ Entrevista realizada por Daniel Martínez-Ávila, Rosali Fernandez de Souza, Gustavo Silva Saldanha e Luana Sales em 31 ago. 2018 por meio do periódico Liinc em Revista.

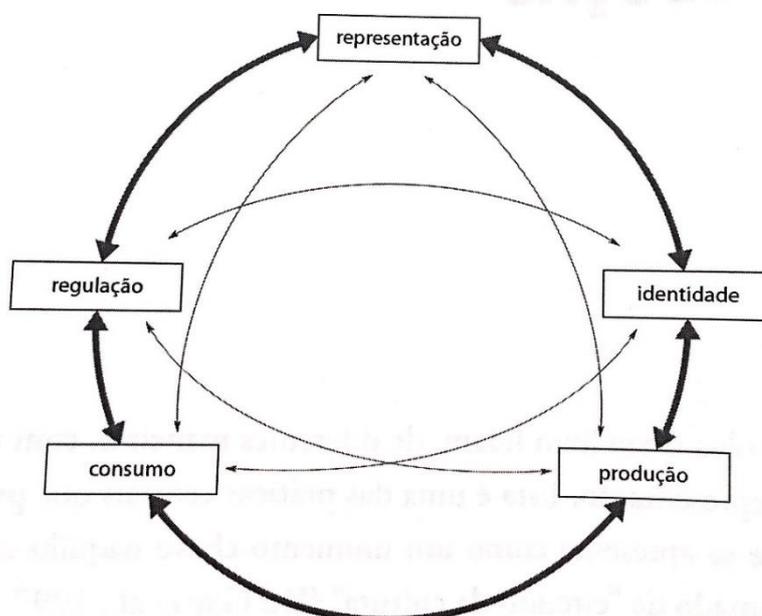
2.2 Norteamento sociocultural

Esta reflexão tem como ponto de partida o pensamento de Stuart Hall, na obra *Cultura e Representação* (HALL, 2016), e, a partir dele, os (as) teóricos (as) que interagem e dialogam com o seu pensamento, sejam eles em períodos anteriores ou posteriores.

Ituassu (2016) observa que para se pensar essa dupla relação entre cultura e representação, Stuart Hall considera em sua obra as epistemologias não positivistas. Stuart Hall caminha sua análise balizando-se pelo construtivismo e pela teoria crítica delineada pela Escola de Frankfurt. O teórico será levado como ponto de apoio, contudo, é dada ao texto a autonomia dialética necessária – teórica e metodológica – salvas as exceções, para dar suporte à tese investigativa em questão.

Partindo do ponto anterior, para que se possa pensar a Representação a partir de sua matriz sociocultural, é oportuno conceber este debate percebendo-a como um sistema, conforme sugere Hall (2016). Nesse mesmo entender, Hall sinaliza que essa compreensão ocorre em virtude de tomar como ponto de apoio o que Du Gay et al. (1997) denomina de “circuito da cultura”, fazendo da Representação uma potência central de interconexão e diálogo para um determinado grupo de domínio ou campo de atuação.

Figura 1 – Circuito da cultura



Fonte: Du Gay et al. (1997).

Ao dispor a figura a partir do termo Representação, é possível perceber que há um posicionamento estratégico, que ao mesmo tempo ela é cíclica e dialética, se colocando como um termo relevante e presente para entender como se dão as práticas socioculturais, seja numa perspectiva global ou na própria Ciência da Informação.

Vê-se uma Representação baseada em um modelo cíclico e de inter-relação, que se materializa a partir de um determinado contexto sociocultural e um momento histórico, que reflete convenções institucionais fortalecidas por processos identitários, que ocorrem por meio de grupos de domínios específicos. Estes traços identitários peculiares influenciam a cultura e a sociedade na forma de ver e conceber o mundo. Implicam, sucessivamente, na maneira como se dá o processo de produção, tenham eles característica simbólica ou física. Não obstante a isso, este processo de produção viabiliza um cenário de consumo, seja do capital intelectual ou do econômico, que, por sua vez, para que seja possível, vai à busca de uma atuação regulatória, que notadamente é uma equação *sine qua non*, ou seja, imprescindível do fazer da Representação.

É em virtude disso que Hall (2016, p. 31) compreende que o “conceito de representação passou a ocupar um novo e importante lugar no estudo da cultura”. Desse modo, representação pode ser compreendida como algo que

[...] conecta o sentido e a linguagem à cultura. [...] significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas. [...] é a parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. [...] *envolve* o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos (HALL, 2016, p. 31, grifo do autor).

Nesse limiar e considerando o conceito de Representação sob uma perspectiva sociocultural, vale salientar que este norteamto se caracteriza por considerar três abordagens apresentadas por Hall (2016, p. 32), por meio da abordagem reflexiva, intencional e construtivista.

De maneira detalhada, temos o seguinte quadro ilustrativo, onde se explicam essas três questões-chaves, a saber:

Quadro 3 – Teorias da representação

Abordagem Reflexiva	Abordagem Intencional	Abordagem Construtivista
A linguagem simplesmente reflete um significado que já existe no mundo dos objetos, pessoas ou eventos?	A linguagem expressa apenas o que o falante, o escritor ou pintor quer dizer, o significado intencional pretendido por ele ou ela?	O significado se constrói na linguagem e por meio dela?

Fonte: Hall (2016, p. 32).

Na forma como Stuart Hall (2016) emprega o seu pensamento, é possível verificar um engajamento aproximativo de sua sociologia da cultura com uma sociologia do conhecimento que valoriza a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt com o Construtivismo Social.

Do ponto de vista da Teoria Crítica, vê-se que no “debate sobre cultura, os frankfurtianos retomam ainda a diferença entre cultura e civilização, estabelecida pelo pensamento alemão. Eles associam o primeiro termo à dimensão espiritual, enquanto circunscrevem o significado da civilização ao mundo material” (ORTIZ, 2016, p. 212). Não obstante a isso é importante salientar que existem “no discurso frankfurtiano três elementos que desfrutam de uma posição marcadamente positiva. São eles, a arte, a cultura e a teoria crítica” (ORTIZ, 2016, p. 215).

Já quanto ao Construtivismo Social, observa-se que sua “reivindicação principal é a de que a ‘realidade’ é construída socialmente. Define a ‘realidade’ como a qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição, e conhecimento como a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas” (CASTAÑON, 2005, p. 43-44).

Com isso é possível perceber que um aspecto que une as teorias é a questão de procurar compreender a realidade sociocultural, algo intimamente buscado nesta investigação científica.

Adicionalmente, dá-se conta de que existe uma aproximação científica com o paradigma social da Ciência da Informação de Rafael Capurro (2013), pelo mesmo motivo que une as duas teorias supracitadas, ou seja, a de compreender a civilização e suas formas de representação por meio de uma perspectiva sociocultural.

O olhar de Stuart Hall ao objeto é “carregado” de um pensamento que tem como ponto de partida o contexto e a realidade social. O ato de ver para além do que está formalizado, convencionalizado ou institucionalizado, nos permite abrir o horizonte

investigativo, expandir o espírito intelectual e a alma do saber para ir em direção a um paradigma teórico e metodológico multidimensional.

Nessa linha de pensamento, é possível constatar que “convenções sociais e linguísticas mudam, [...] através do tempo”. Indo mais além, é possível compreender que “o principal ponto é que o sentido não é inerente às coisas, mundo. Ele é construído, produzido. É o resultado de uma prática significativa – uma prática que *produz* sentido, que *faz os objetos significarem*” (HALL, 2016, p. 46, grifos do autor).

Perceber o processo de Representação sob uma ótica sociocultural é se permitir, dar oportunidade aos outros e outras, ver fora de si e além de nós mesmos.

Com mais clareza, retomam-se as “teorias da representação” de Stuart Hall para aprofundar a sua posição em torno do que é importante considerar dentro deste processo, além de fortalecer o enlace da Sociologia da Cultura com a Ciência da Informação a partir dessa opção de norteamto epistemológico.

Na visão de Stuart Hall, a Representação, a partir de sua perspectiva sociocultural, se baseia em três princípios, que dialogam com o que é mostrado no Quadro 4, por meio das seguintes características conceituais:

Quadro 4 – Características conceituais das teorias da representação

Abordagem Reflexiva	Abordagem Intencional	Abordagem Construtivista
O sentido é pensado como repousando no objeto, pessoa, ideia ou evento no mundo real, e a linguagem funciona como espelho, para <i>refletir</i> o sentido verdadeiro como ele já existe no mundo. [...] espelham ou imitam a natureza. [...] não deve ser confundido com a [...] real (p. 47).	[...] usamos a linguagem para convencer ou comunicar coisas que são especiais ou únicas para nós, para o nosso modo de ver o mundo. [...] a abordagem intencional também é falha. Cada um de nós não pode ser a única fonte de significados na linguagem, [...] A essência da linguagem, entretanto, é a comunicação, e essa, por sua vez, depende de convenções linguísticas e códigos compartilhados. A linguagem nunca pode ser um jogo inteiramente privado (p. 48).	[...] reconhece o caráter público e social da linguagem. Ela atesta que nem as coisas nelas mesmas, nem os usuários individuais podem fixar os significados na linguagem. As coisas não <i>significam</i> : nós <i>construímos</i> sentido, usando sistemas representacionais – conceitos e signos. [...] Construtivistas não negam a existência do mundo material. No entanto, não é ele que transmite sentido, mas sim o sistema de linguagem, ou qualquer outro que usemos para representar nossos conceitos. São os atores sociais que usam os sistemas [...] representacionais de sua cultura para construir sentido, para fazer com que o mundo seja

		compreensível e para comunicar sobre esse mundo, inteligivelmente, para outros. [...] A representação é uma prática, um tipo de “trabalho”, que usa objetos materiais e efeitos. O <i>sentido</i> depende não da qualidade material do signo, mas de sua <i>função simbólica</i> (p. 48-49).
--	--	--

Fonte: Hall (2016, p. 47-49).

Vê-se nitidamente acima uma aproximação dialética ao que vem sendo preconizado na Ciência da Informação, conforme será visto detalhadamente mais adiante. Mesmo assim, percebe-se em Stuart Hall, que o pensador não refuta as duas primeiras abordagens, mas entende que o elemento primaz, aglutinador e de interconexão para se construir um pensamento em torno do processo de representação, parte da abordagem que se baseia no construtivismo social.

A abordagem construtivista, enquanto posicionamento social, estreita laços dialéticos, permitindo um diálogo potencial com o nosso horizonte epistemológico da Ciência da Informação, que também se posiciona no sentido de valorizar práticas investigativas socioculturais e socioinformacionais a partir da década de 1990, quando Buckland (1991), tratou da “informação como conhecimento”, González de Gómez (2000) da busca por uma “dimensão meta-informacional” e Capurro (2003), por “Paradigma social”.

Essa busca por um realinhamento teórico e metodológico, tem se dado especialmente em um momento onde se intensifica uma abertura expressiva em torno de novas visões científicas, na qual são buscadas alternativas de agendas informacionais que visam à inserção de temáticas outrora não evidenciadas, que, do ponto de vista das posições ideológicas das instituições, em certa medida, se sobrepõem umas às outras. Isso dá a tônica social do espaço com o qual estamos inseridos, fazendo entender que por posições ideológicas, ao longo da história, não se permitia em sua plenitude a correlação de força e de poder entre os espaços de atuação profissional, cristalizando apenas uma tipologia de discurso nas relações sociais e práticas informacionais.

Historicamente há, no processo de Representação do Conhecimento, um poder simbólico (BOURDIEU, 1989), institucionalizado na comunidade científica que tenta favorecer um discurso hegemônico calcado no que Boaventura de Sousa Santos chamará de paradigma

dominante (SANTOS, 2018a).

Em virtude disso, setores da Ciência da Informação têm visto a necessidade de abrir o debate do processo de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento propendendo a uma nova agenda política, social e cultural para minimizar a equação científica entre a visibilidade e a invisibilidade teórica e metodológica no campo.

Faz-se necessário refletir questões que até o momento eram silenciadas e/ou marginalizadas no campo científico. Segundo Albagli (2018, p. 104):

[...] a potência da Ciência da Informação – a brasileira em particular – no âmbito do debate que expõe a nova centralidade da produção do conhecimento e da pluralidade epistêmica no campo de disputas do político na contemporaneidade. [...] a *Liinc em Revista* mais uma vez se coloca como espaço transversal de encontro e visibilidade de temas e autores que propõem subverter as agendas e enfoques da pesquisa sobre informação e conhecimento. [...].

Portanto, em virtude do que vai sendo enunciado e anunciado, infere-se que pensar o processo de Representação do Conhecimento calcado no que Hall (2016) chama de uma relação dialética e dialógica entre cultura e representação, é oferecer à comunidade científica a possibilidade de transcender reflexões a partir de debates já cristalizados na ciência, em especial a brasileira. Assim, para melhorar o entendimento sobre esta ideia, se apresenta a seguir um (re)posicionamento na maneira de olhar a Representação do Conhecimento.

2.3 (Re)posicionando o olhar sobre a Representação do Conhecimento

Tomando como ponto de partida e apoio didático a forma como são representados determinados Sistemas de Organização do Conhecimento, esta subseção é aberta, considerando a assertiva de que

[...] o jogo de tensões daquilo que se posiciona no “entre”, e não na pretensa exatidão entre o significante e o significado. O esquema, a estrutura, a hierarquia e os nós da rede que aparentemente sustentam uma classificação são frágeis contornos de uma tormenta cognitiva e social (SALDANHA; SOUZA, 2017, p. 12).

Observa-se aqui aquela camada representacional que se situa entre os ditos e os não-

ditos (da informação registrada), a linguagem natural e a artificial, especialmente por entender que a camada que se encontra entre as fronteiras do conhecido e do estabelecido e convencionalizado pode ter força suficiente para influenciar na transformação e no resultado na forma de compreender e encarar um determinado fenômeno informacional.

Neste sentido, tratar-se-á aqui desta modalidade de Representação como uma *camada intermediária* inerente a este processo, que proporciona as condições necessárias para construção de uma Metarrepresentação, ou seja, de uma linguagem artificial.

Infere-se que esta camada pode potencializar e amplificar a qualidade do objeto informacional representado para que “do ponto de vista da Ciência da Informação, os princípios da teoria da representação do conhecimento” se tornem “válidos [...] para o conhecimento socializado e, sendo assim compartilhado”, e portanto, ele possua “uma dimensão cíclica, [...]” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 27).

Toma-se como base e tem-se como horizonte de trabalho a Representação do Conhecimento ou a Metarrepresentação, aqui utilizada como um sinônimo e conceituado por Dodebei (2002, p. 34) como sendo “uma cadeia necessária de redução que se inicia com a concepção indo até a representação da representação, metarrepresentação ou representação documentária”. Para Ferreira (2013, p. 8, grifos da autora), trata-se de “uma linguagem já construída socialmente e dita como natural”, que na prática é a materialização transposta, ou seja, a tradução a um contexto de linguagem artificial.

Todavia, a aceção desta pesquisa leva a discussão a um patamar mais complexo, por considerar o mundo natural e a linguagem documentária como maneira e necessidade de representar sem estar necessariamente atrelado à clássica forma de organizar o conhecimento. Para isso, é estratégico ter como ponto de partida uma Representação aplicada à dimensão sociocultural da Ciência da Informação, tendo como conexão o fato de tentar entender o que Hall (2016) chama de imitação do real, considerando cada momento e contexto.

Portanto, vai se percebendo a existência de um hiato informacional que limita a cobertura e/ou abrangência ao tratamento da informação como resultado potencial do processo intelectual de construção do saber, explícito pelo conhecimento, seja ele registrado ou simbólico. É preciso atuar para que os objetos informacionais, especialmente aqueles complexos, híbridos e voláteis, sejam compreendidos em sua plenitude, e isso, em certa medida, apenas será possível se houver um investimento naquilo que está entre o

convencionado na cultura e o que for institucionalizado para o campo, ou seja, na relação entre a linguagem natural e a documentária. Isso implica diretamente na forma de entender os conteúdos do *ciberespaço*, por exemplo.

Caminha-se em direção a uma Representação que parte da valorização da linguagem natural, com finalidade de compreender a necessidade de uma “interrepresentação”, ou seja, aquela que está *entre*, em uma *inter-relação* ou em uma *relação mútua*, até chegar ao que se conhece por linguagem documentária.

A intenção não é a de refutar o que já vinha sendo construído historicamente, mas avançar no debate e nas formas capazes de contribuir para um processo de Organização e Representação do Conhecimento articulador e plural e, para isso, se faz necessário entender todas as etapas, assim como retratar os ditos e os não-ditos da informação dentro do processo de tradução informacional.

É salutar considerar uma concepção redutora que se dá em camadas, que vai se posicionando a partir da linguagem natural, passando pela representação intermediária até chegar ao nível redutor de Representação do Conhecimento, ou seja, a Metarrepresentação enquanto prática de linguagem artificial.

A Representação Social do Conhecimento é potencializada a partir desse cenário. É uma categoria que efetivamente se viabiliza a partir de um *gap* informacional que ainda é pouco visualizado na contemporaneidade, influenciando e encobrendo diretamente a possibilidade de ver e representar o mundo.

Essa Representação Social do Conhecimento causará impactos significativos, inclusive nos espaços digitais, pois em grande medida, por mais que sejam feitas atividades de indexação considerando as técnicas tradicionais – no caso dos ODI, se isso não for olhado em sua plenitude, considerando a hiper-realidade, poderá ter um fim em si mesmo.

O objeto digital, no contexto da Representação Social do Conhecimento, não pode passar diretamente de estágio natural para o artificial sem considerar o que está no seu entremeio. E é justamente o que está sob a penumbra dos não-ditos (da informação registrada) que também precisamos atuar e considerar. Pensemos que esta penumbra é o contexto sociocultural do discurso, o *habitat* informacional. É dela que se têm os *links*, as *tags* e as categorias orgânicas (produzidos por perfis pessoais, corporativos, semiautomáticos e automáticos) que não passam por controle de vocabulário, entre outros.

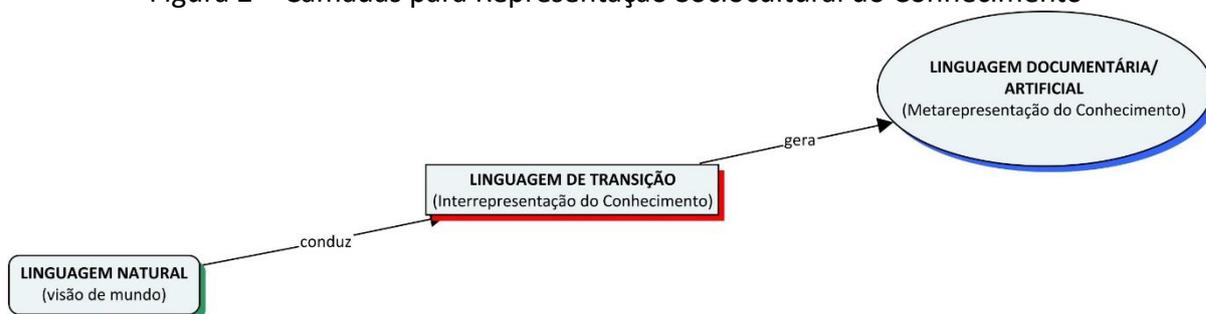
É preciso uma visão construtivista, crítica e plural, a fim de ver como o conhecimento

é estabelecido no vácuo entre os dois mundos cristalizados, ou seja, aquele que se estabelece entre o mundo simbólico e o conhecimento na condição de informação registrada e tratada, seja qual for o meio que o artefato informacional se apresente.

Sob este olhar, a Representação vai se viabilizando por meio de uma *práxis* informacional; vai se manifestando e ganhando desenhos que se dão da reflexão à prática, da teoria à ação. Sua materialidade ganha novos contornos e se estabelece como potência informacional frente aos não-ditos (da informação registrada), elevando a Ciência da Informação a um patamar de campo holístico e complexo, crítico e dialético, cognitivo e cultural.

Considerando este posicionamento, sugere-se à frente um modelo de “camadas da Representação Sociocultural do Conhecimento” com vistas a propor outra forma de engendramento e articulação ao processo de organização do campo.

Figura 2 – Camadas para Representação Sociocultural do Conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Veem-se aqui camadas redutoras que se direcionam do plano geral para o específico. No plano global, tem-se a linguagem natural da forma como é concebida, convencionalizada e institucionalizada nos mais diversos contextos socioculturais. Numa segunda camada, tem-se o que aqui está conceituado como a fase da Interrepresentação do Conhecimento, que remete a um momento do processo de Representação do Conhecimento onde são preparadas as bases necessárias a uma posterior Metarrepresentação. A linguagem artificial oriunda desta segunda fase é estratégica no fazer do profissional da informação.

É neste segundo momento que esta investigação se inclui no debate, propondo o uso de tecnologias, teorias e metodologias que levem a compreender e elucidar as condições, efeitos, impactos e desdobramentos do objeto informacional.

É preciso levar o campo científico e o profissional da informação a um novo pensar:

crítico, plural e articulado, onde as suas mais diversas facetas sejam consideradas. É deste ponto em diante, a partir deste tratamento transitório, que haverá condições e bases necessárias para elevar o processo de Representação ao nível de linguagem documentária.

Assim, esta tese também atua rumo à valorização desta camada intermediária, sem desconsiderar a importância da proposta clássica de Representação do Conhecimento. Vê-se que a Representação Social do Conhecimento não tem fim em si mesmo. Evidentemente, ela vai se concretizando a partir das duas bases preparatórias de atuação; vai sendo formatada por meio de um processo integrado e plural que coloca a Interrepresentação no centro do debate. Entretanto, apenas poderá ser considerada linguagem documentária ou Metarrepresentação caso esta esteja em ambiente controlado. Mesmo assim, isso passa necessariamente com a compreensão da plena importância da camada intermediária, ou seja, a Interrepresentação.

Para ilustrar esta exposição didaticamente, é *mister* a reflexão de que estas camadas são como uma obra de arte, que, para compor a imagem final, une diversos tons de cores, traços e texturas de tintas, pelos mais variados tipos de pincéis, somando as partes ao todo, compondo o que se conhecerá, por usuários (as) e receptores (as), na versão final da tela, ou seja, da obra de arte.

Este processo pode ser encarado de forma individual ou coletiva. Evidentemente que, se for incluso a este trabalho uma condição colaborativa, coletiva e interativa, será possível amplificar as múltiplas possibilidades de Ressignificação ou de Representação.

A Representação do Conhecimento, como se vê na atualidade, precisa dar espaço a múltiplas possibilidades reflexivas, onde as atuais proposições metodológicas precisam ser atualizadas ou melhoradas, no sentido de fazer entender a complexidade das distintas formas com as quais são conhecidas atualmente.

Em todo o momento vão surgindo objetos informacionais que precisam ser descritos por meio de uma Representação Social do Conhecimento no seu sentido pleno, pois, a todo instante, ela irá em busca do fenômeno informação, considerando o conhecimento em constante movimento.

O conhecimento registrado, especialmente aquele oriundo do *ciberespaço*, poderá vir a compor uma linguagem artificial, desde que seja criada e pautada a informação em todas as suas etapas e dimensões, considerando a sua multiplicidade criadora e articuladora, a partir das mais distintas categorias e diferenças socioculturais, desde que seja permitido um

olhar crítico e construtivista.

Com esta proposição, em princípio, não se vê a possibilidade de uma investigação positivista, tampouco determinista, pois se está indo em busca de uma dinâmica praxiológica, ou seja, de um conhecimento que se forja a partir das práticas informacionais, tendo em vista que é no mundo das nuances, mas também no seu oposto, que se encontram as atuais preocupações.

Para fortalecer esta ideia, recorre-se a Stuart Hall, quando ele observa que “sociedade, cultura e sujeito humano [...] não são suscetíveis a uma abordagem positivista”, considerando que “interpretações nunca produzem um momento final de absoluta verdade” (HALL, 2016, p. 77). O que na prática tem-se em mãos é o fato de que não se devem entregar friamente as práticas investigativas, com um horizonte sociocultural, ao paradigma dominante, especialmente porque, assim, haverá um limitador interpretativo ao fenômeno em análise.

Por outro lado, esta pesquisa também não está buscando um caminho em direção à Fenomenologia, por entender que a sua inerente carga de subjetividade pode limitar ou mascarar a possibilidade de uma tradução que remeta a uma distinta forma de representação a qual se tenta buscar aqui.

É nesse intuito que se busca uma alternativa reflexiva, no sentido de entender, com maior profundidade, os objetos informacionais na sociedade contemporânea, a fim de contribuir visando processos de Representação do Conhecimento mais ricos e diversos. Daí viu-se na Representação Social do Conhecimento uma forma propositiva e alternativa, crítica e construtivista, no sentido de encarar os objetos ou artefatos informacionais que a todo o momento são metamorfoseados, hibridizados e lançados à no universo diversificado das Tecnologias da Informação e do Conhecimento.

Nesta investigação, também se demanda entender não apenas a relação de sentido, mas, essencialmente, a relação de poder que é exercida na construção social do conhecimento. Motivado por isso, existe a preocupação de prospectar uma Representação que emerge considerando o discurso, a relação entre conhecimento e poder e o aspecto do sujeito (HALL, 2016).

Foucault, nas palavras de Hall (2016), usou o discurso como uma forma de representar o sentido discursivo em determinado contexto e momento. Nesse entendimento, há uma produção de sentido através do discurso, onde se prima por

“representar o conhecimento sobre” determinados “temas” (HALL, 1992, p. 291). É em virtude disso que o “discurso, argumenta Foucault, constrói o assunto” (HALL, 2016, p. 80).

Vale salientar, em primeiro lugar, que aqui o sentido do discurso ao tema e/ou ao assunto é momentâneo, tanto para quem analisa o assunto, quanto para quem estiver encarregado de realizar o tratamento do conhecimento registrado.

Em segundo lugar, temos nessas afirmações entre Stuart Hall e Michel Foucault, uma clara e irrefutável aproximação dialética da Representação enquanto pensamento sociológico com a Ciência da Informação, pois há, como aspecto de inter-relação, o conhecimento, seja em sua natureza natural ou artificial.

Esse conhecimento, expresso por Michel Foucault a partir do pensamento de Stuart Hall, remete ao resultado de um processo discursivo “carregado” de poder e ideologia, seja qual for o seu viés, muito provavelmente porque este discurso remete a um momento histórico e a uma determinada tônica sociocultural. Isso, em essência, influencia e causa distintas implicações no cotidiano do profissional da informação, conforme se vê na subseção a seguir.

2.4 Implicações no processo de Representação do Conhecimento

Historicamente, o ato de representar o conhecimento é uma ação de demonstrar o mundo real por meio de traduções e convenções simbolicamente construídas, especialmente pelos profissionais da informação. Isso sempre esteve associado a grandes desafios. Nesse mesmo período com o qual vêm se debruçando os estudos desse domínio, também se tem minimamente convencionado, em muitos discursos profissionais, que um dos grandes “gargalos”, se é que podemos dizer desta maneira, do processo de representação é o fato do profissional da informação justificar atos em nome da subjetividade.

Se debruçar sobre a subjetividade não é uma tarefa fácil, contudo, entendê-la é de extrema importância, especialmente porque se faz necessário mostrar que a subjetividade não pode ter fim em si mesma, tampouco deve levar a conotações depreciativas, conforme muitos profissionais afirmam.

Há algo por traz de tudo isso. Existe um interdiscurso que precisa ser suspenso e deixado, para que se fique visível, para que se permita a sua verificação e análise, a fim de que não se caia no tentador desejo simplista e imediatista de que determinadas narrativas se

justifiquem apenas pela via subjetividade.

Nesse ínterim, para Representação do Conhecimento sob uma perspectiva social, é necessário perceber que um ator social se constitui por um microcosmo de relações que estabelece ao longo da vida, e por isso precisa ser valorizado.

A relação entre o individual e o social ocorre “através dos indivíduos que se delineiam por meio de relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence” (QUEIROZ, 1988, p. 20).

No sentido de evitar distorções semânticas, trazemos a contribuição do pensamento de Marilena Chauí acerca do significado de subjetividade, no sentido de reduzir possíveis polissemias ou dúbios posicionamentos.

Segundo Chauí (2012, p. 171) a subjetividade se manifesta “plenamente como uma atividade que sabe de si mesma, isso não significa que a consciência esteja sempre inteiramente alerta e atenta”.

O nível de subjetividade é intrínseco, inerente a cada ser humano e, até certo ponto, saudável ao processo de Representação. Contudo, vale a pena mencionar que esta mesma carga de multiplicidade de pensamento ou sensibilidade frente ao processo de indexação, também pode ser um problema, pois existem limites ou fronteiras que precisam ser investigados. Por exemplo, não se pode incluir ao processo de Representação do Conhecimento qualquer tipo de preconceito, seja qual for sua natureza.

É em virtude disso que Albuquerque (2013) e Gaudêncio e Albuquerque (2017) entendem a importância de construir estratégias que permitam a redução subjetiva do conhecimento registrado nos objetos informacionais, sem estar necessariamente atrelado ao estruturalismo mecanicista tradicional, tampouco imerso na Fenomenologia clássica.

Hoje se percebe claramente que se faz necessário buscar um caminho alternativo e integrador. Neste sentido, pode-se caminhar em direção ao que Pierre Bourdieu, nas palavras de Sapiro (2017, p. 296), chama de “teoria da prática”.

Para tanto, se antevê necessário entender com mais profundidade os motivos pelos quais essa subjetividade implica diretamente no processo de tradução do conhecimento representado entre os níveis de linguagens. Vai-se dando conta de que as implicações no processo de tradução ocorrem essencialmente por posicionamentos e cargas socioculturais e

socioinformacionais, que remetem ao que se entende por: a) Verdade; b) Poder; c) Hegemonia e d) Ideologia.

Para Marilena Chauí, existem três grandes tipos de **verdades**, respectivamente, “a do ver-perceber, a do falar-dizer e a do crer-confiar” (CHAUÍ, 2012, p. 121). Para Michel Foucault, a noção de verdade,

[...] não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2015, p. 51-52).

Por esse motivo, é importante considerar modelos de verdades. Estes modelos, apesar de serem, em essência, transitórios e voláteis, respondem a dinâmicas institucionais de um determinado grupo social, que se consolida mediante posturas e práticas dogmáticas, as quais, na acepção de Chauí (2012, p. 117), referem-se a

[...] uma atitude natural e espontânea que temos desde muito crianças. É nossa crença de que o mundo existe e que é exatamente da forma como o percebemos. Temos essa crença porque somos seres práticos, isto é, nos relacionamos com a realidade como se ela fosse um conjunto de coisas, fatos e pessoas que são úteis ou inúteis para nossa sobrevivência.

Nesse entender, a noção de verdade, está diretamente atrelada à ideia de poder. A noção de verdade construída e convencionada institucionalmente tem sua razão de existir na ação de influenciar e reverberar um sentimento ideológico que é efetivado pelo senso comum, ou pela aceitação da relação de dominação cultural que existe entre aqueles que solidificam o poder simbólico e os que absorvem, seja de maneira natural, no sentido daquilo que está cristalizado socialmente, ou de forma impositiva.

É em virtude disso que Gadotti observa que “não há verdade objetiva. Só existem verdades”. São construções sociais definidas pelas relações de poder, onde o poder hegemônico define como a cultura de massa irá consumir e o senso comum irá absorver e repercutir entre os seus pares.

Então, ao que tange a concepção de **poder**, é importante considerar que:

O Poder, ao que parece, tem que ser entendido aqui não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira – dentro de um determinado “regime de representação”. Ele inclui o exercício do *poder simbólico* através das práticas representacionais [...]. (HALL, 2016, p. 193).

A partir da afirmação do Stuart Hall, encontra-se uma aproximação dialógica com o pensamento de Pierre Bourdieu, na medida em que ele vê o poder simbólico como:

[...] num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos a dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de ‘círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma’ – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

Sobre o conceito de **hegemonia**, tem-se, no entendimento de Stuart Hall (2016, p. 193), influenciado pelo pensamento de Antonio Gramsci, que “hegemonia é uma forma de poder baseada na liderança de um grupo em muitos campos de atividade de uma só vez, para que sua ascendência obrigue o consentimento generalizado e pareça natural e inevitável”.

Nesse mesmo limiar, Williams (2011, p. 51-53) amplifica esse olhar considerando que

[...] a hegemonia supõe algo de verdadeiramente total, não apenas secundário ou superestrutural, [...] mas que é vivido em tal profundidade, que satura a sociedade a tal ponto e que, como Gramsci coloca, constitui mesmo a substância e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência, de maneira que corresponde à realidade da experiência social muito mais nitidamente do que qualquer noção derivada da fórmula de base e superestrutura. [...] a hegemonia possui a vantagem de enfatizar, ao mesmo tempo, a realidade da dominação. [...] a hegemonia não é única; ao contrário, suas próprias estruturas internas são muito complexas e devem ser renovadas, recriadas e defendidas de forma contínua; pelo mesmo motivo, podem ser constantemente desafiadas e, em certos aspectos, modificadas. [...] A hegemonia constitui, então, um sentido de realidade para maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil

para maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas.

Trazendo para o contexto do processo de Representação do Conhecimento, é possível afirmar que sempre existiu uma relação “por força de concepções hegemônicas” (LARA; MENDES, 2017, p. 375) entre a Organização do Conhecimento e a cultura. Isso reflete diretamente, por exemplo, no fazer dos Sistemas de Organização do Conhecimento, onde pequenos grupos propõem construções ditas universais que podem perigosamente levar a um cenário de totalitarismo científico, a partir da homogeneização do pensamento e da forma de conceber as distintas formas de cultura humana em um mero traço ou faceta que condiciona a maioria populacional a grupos socialmente minorizados.

Por fim, o conceito de **ideologia**, assenta-se aqui por Althusser (1970, p. 77), onde o termo “[...] repousa em última análise na história das formações sociais, portanto na dos modos de produção combinados nas formações sociais e da história das lutas de classes que nelas se desenvolvem”.

Nesta mesma linha de pensamento, Williams (2011, p. 52) entende que o conceito de ideologia é apresentado a partir de uma reflexão que considera que

[...] se a ideologia for apenas um conjunto abstrato e imposto de noções, se as nossas ideias, pressupostos e hábitos sociais, políticos e culturais forem meramente o resultado de uma manipulação específica, de um tipo de formação aberta que pode ser simplesmente encerrado ou removido, então seria muito fácil mover ou alterar a sociedade do que na prática sempre foi ou é.

Na prática, ocorre na maneira como as pessoas pensam e se posicionam, refutando assim a ideia de neutralidade. Dito isso, Arboit (2018) por meio da investigação “representação do conhecimento como ato ideológico”, mostra a partir da percepção de Jensen (2006) que

[...] o esforço de neutralidade é, de fato, uma tomada de posição política camuflada que na prática serve apenas para reforçar a ideologia dominante, sendo a própria neutralidade uma ideologia que condiciona profissionais e cidadãos a não reconhecer a desigualdade social e, ao mesmo tempo, manter o *status quo* (JENSEN, 2006 *apud* ARBOIT, 2018, p. 164).

Cada cidadão traz consigo formações individuais que foram materializadas por meio

das suas formações culturais, identitárias, práticas políticas e posicionamentos sociais. A ideologia é o reflexo dos posicionamentos do Estado e da sociedade, onde o agente social tende a absorver e articular a sua forma de pensar a partir do que ele consome por meio da força simbólica das instituições, que se viabilizam através de um *modus operandi*, que é reflexo de uma hegemonia cultural, naturalizada por meio do Estado, da Indústria cultural e do Capital.

Portanto e considerando os aspectos levantados nesta seção, é possível constatar, em primeiro lugar, que o profissional da informação não encontra sustentação teórica e metodológica em afirmar que a Representação do Conhecimento se limite a uma técnica subjetiva. Em segundo, é simplista dizer que o processo de tradução do mundo natural em linguagem documentária ocorre apenas a partir da ideia cristalizada de subjetividade; subjetividade essa com fim em si mesma e com uma alta carga de preconceito subjacente.

Mesmo assim, é sabido que o profissional da informação é produtor do seu meio cultural e, por esse motivo, coloca à disposição do processo de tradução todo o *habitus* (BOURDIEU, 1989), ou seja, aquilo que é inerente a si, a sua cultura, onde ele indiscutivelmente irá reproduzir, no processo de indexação, seu capital intelectual, sua visão mediante suas próprias verdades, influenciado pelas relações de poder, de hegemonia e do discurso ideológico no qual está envolto e imerso, mesmo que tudo isso ocorra de maneira “velada”, no sentido de práticas simbólicas.

O discurso construído por meio dos mais distintos objetos informacionais, sempre implicará em cargas de posicionamentos individuais, que, muitas vezes, levam os (as) profissionais da informação a serem influenciados (as) pelos seus devidos contextos históricos e socioculturais e a se posicionarem de maneira equivocada ou limitada perante o que é apresentado pelos construtos do conhecimento.

Neste sentido, vale a pena refletir sobre os conceitos desses termos supracitados, que influenciam direta e indiretamente, consciente ou inconscientemente a forma de pensar, observar o mundo e a se posicionar diante de determinado espaço social.

2.5 Desclassificação do Conhecimento e a utopia da inclusão

Trata-se aqui da reflexão que tem como ponto de partida o conceito forjado por Antonio García-Gutiérrez, que é o de “Desclassificar” o conhecimento. Isso, no entender da pesquisa, ocorre de maneira ampla, para além do conceito fechado de classificar, pois o ser humano, em sua essência, é um ator classificador.

Esses valores, expressos nessa concepção classificatória, caminham na direção de refletir sobre a importância de uma *Reclassificação do Conhecimento*, ou seja, de incluir a diversidade e o pluralismo sociocultural na dinâmica classificatória. Antonio García-Gutiérrez observa que:

A desclassificação não deixa de classificar e organizar, [...]. Instâncias desclassificadas têm oportunidades iguais porque o sistema de desclassificação não prescreve ou proscreeve, mas sugere, não hierarquiza, mas complementa, não subordina, mas se aproxima, não fecha, mas abre significado, nunca termina instâncias, mas busca incessantemente posições e oposições para alimentá-las, não exclui, mas inclui, não apaga, mas acumula, não explica, mas mostra, nunca interrompe seu trânsito porque acompanha o trânsito do conhecimento (GARCÍA-GUTIERREZ, 2011, p. 202, tradução nossa).

Valorizando este entendimento e considerando que a ideia de Desclassificação passa por uma retomada reflexiva da forma como o conhecimento é historicamente efetivado e construído, García-Gutierrez (2020, p. 86, tradução nossa), direciona o pesquisador a perceber que

O que a desclassificação propõe é que, para construir o pensamento sobre qualquer assunto e especialmente sobre as próprias contradições, alguns ou muitos dos argumentos e procedimentos utilizados podem e devem ser contraditórios, ou seja, teríamos que abandonar a consistência (tomando uma posição paraconsciente) para alcançar o pensamento desclassificado do mundo organizado pela classificação.

Essa ideia transcende e pode perpassar e se aplicar a todo e qualquer SOC instituído ou que possa vir a ser configurado. Dito isso, a “desclassificação envolve basicamente a introdução do pluralismo na lógica central da classificação” (GARCÍA-GUTIÉRREZ, 2011, p. 10, tradução nossa).

Para esta investigação, em primeiro lugar, busca-se ressignificar para que se permita contribuir para um “significado alternativo” e, em segundo, para provocar um posicionamento derivado diante dos SOCs tradicionais. Tem-se a possibilidade de pensar o processo de Representação do Conhecimento para além do que está estabelecido pelos rígidos, morosos e centralizadores tipos de sistemas.

Vimos que a classificação convencional é baseada em uma lógica dicotômica subjacente da qual emergem hierarquias e associações, ancoradas a uma visão particular e indiferentes ao pluralismo cultural, ideológico e cognitivo. A dicotomia seria, portanto, uma frente aberta para a ação de desclassificação (GARCÍA-GUTIÉRREZ, 2014b, p. 20, tradução nossa).

Mas, com a Desclassificação, esse processo hierárquico é ressignificado e reengendrado, ganhando um novo papel. Ele passa a atuar para oportunizar a horizontalidade, a rede de conexões culturais e semânticas. Assim, é perdido o

[...] seu papel dominante na definição da estrutura para prevalecer como método de construção apenas em primeira instância, ou seja, para servir de andaime para o edifício horizontal. Uma vez construída na macroestrutura, a lógica hierárquica é transformada em uma microestrutura de qualquer outro relacionamento na linguagem e até se torna dependente da estrutura associativa (GARCÍA-GUTIÉRREZ, 1998, p. 14, tradução nossa).

Desclassificar é, aqui, sinônimo de *desordenar para reordenar*. De “suspender para ceder” as demandas latentes; é uma prática dialética de *desconstruir para construir* a partir das contradições instauradas; é o ato revolucionário de *questionar, criticar e propor saídas* ao conhecimento objetivado, institucionalizado. Portanto, “[...] a desclassificação não deve ser ativada a fim de quebrar identidade ou cultura, mas simplesmente para fornecer uma consciência de ruptura, uma opção de abrir, misturar, interromper, [...] subverter qualquer dominação simbólica ou fechamento conceitual [...]” (GARCÍA-GUTIÉRREZ, 2018b, p. 1553, tradução nossa).

Desclassificar é a possibilidade de realizar uma Representação Sociocultural do Conhecimento, capaz de incluir os marginalizados e a periferia dentro dos SOCs. É ainda um movimento de transformação da forma como se pode organizar a vida e a sociedade.

O conceito de “desclassificar” não surge como sinônimo para rechaçar, refutar ou negar o modelo clássico da Classificação enquanto disciplina do processo de Representação e

Organização do Conhecimento, mas é, em essência, um fenômeno investigativo alternativo e plural, de influência dialética, construtivista e crítica, que se manifesta para questionar e propor saídas à forma como são estabelecidos regimes dominantes dos SOCs tradicionais.

Segundo García-Gutiérrez nas palavras de Llorente (2008, p. 514)⁶ “Nós sabemos através de uma ação classificadora”. Mas “classificar” também significa “ocultar o conhecimento. Como é possível, então, que nosso conhecimento seja o alimento de nossa ignorância?” Na acepção de García-Gutiérrez (2014a, p. 2, tradução nossa):

Como arma de dominação, a classificação sempre acompanhou os projetos de colonização territorial e, sobretudo, cultural e cognitiva, e esteve na sala dos fundos de inúmeros atos de violência simbólica atingindo seu clímax paranoico na ideologia e nos arquivos classificados⁷ do nazismo.

Por isso, as “práticas sociais, políticas e discursivas levam a repensar a relação entre o social e as representações que o refletem ou o camuflam” (MORAES; ARCELLO, 2000, p. 8).

Se, por um lado, o profissional da informação tem o papel de representar com vistas a uma recuperação possível, por outro, também assume o perigoso papel de silenciar grupos sociais ou categorias do conhecimento da sociedade.

Partindo dessa tônica, é preciso valorizar o processo de Representação do Conhecimento, garantindo, no seu ato, o respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais inerentes a cada grupo social.

É por este motivo que Ben Christensen, ao escrever o texto intitulado *Minorization vs. Universalization: Lesbianism and Male Homosexuality in LCSH and LCC*⁸, chega à seguinte conclusão:

Embora a terminologia usada nos planejamentos de classificação não seja tão visível para o usuário final quanto os cabeçalhos dos assuntos, os preconceitos podem ser igualmente visíveis. Ao escolher essa terminologia e seu lugar na hierarquia, devemos ter em mente os diferentes grupos de pessoas que esses termos representam, sejam homossexuais ou heterossexuais, gays ou lésbicas. Também devemos ter em mente que as pessoas que compõem cada um desses grupos podem ter apenas mais do que orientação sexual em comum, o que significa que os indivíduos variarão

⁶ Da Resenha: GARCÍA-GUTIÉRREZ, A. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

⁷ Os arquivos classificados também assumem a função de arquivos secretos e sigilosos.

⁸ Cf. Christensen (2008, p. 237-238, tradução nossa).

muito na maneira como desejam ser representados - como partes invisíveis de um todo unificado ou tão visível. São minorias em uma multidão fraturada. Manter-se atualizado com as conotações atuais e o uso de vários termos não garantirá a satisfação de todos, pois não há como negar que é impossível, mas nos permitirá classificar e descrever conceitos de maneira consistente com o uso atual e com o maior respeito possível para as várias pessoas que esses termos descrevem (CHRISTENSEN, 2008, p. 237-238, tradução nossa).

Evidentemente que Ben Christensen faz uma opção ao recorte do seu objeto, mas é nítido que o debate irá se aplicar a toda e qualquer forma de grupos socioculturais minorizados, implicando nos mais distintos tipos de exclusão.

Basta olhar em volta: discriminação, injustiça, desigualdade, destruição, exploração desenfreada de recursos, [...], conformismo, não solidariedade, dissolução da ética, cinismo, egoísmo do egoísmo, egoísmo do altruísta, dogmatismo, relativismo, absolutismo, barbárie, barbárie do absolutista e barbárie do relativista. As misérias não param por aí. O catálogo [...], como você pode imaginar, é muito mais extenso (GARCÍA-GUTIÉRREZ, 2014a, p. 5, tradução nossa).

O processo de exclusão sociocultural do conhecimento pode se manifestar de diversas formas, uma delas é a de classificar o ser humano como inferior, como menor, como grupo minorizado. Notadamente, vale salientar que o ato de minorizar um grupo social é uma estratégia para inferiorizá-lo e deixá-lo fora dos limites estatísticos e estatais e, conseqüentemente, das suas políticas públicas informacionais.

Outrora, a “Desclassificação” vai caminhar justamente em sentido oposto ao da classificação, pois vai tentar entender como os (as) marginalizados (as) ficam de fora da Representação do Conhecimento, permitindo que dossiês terminológicos possam ser construídos para subsidiar a criação de Agendas de Políticas de Informação com intuito de atenuar os efeitos dos *Buracos Negros Informacionais* alicerçados pelas teorias e métodos dominantes.

Chegamos a esse conceito dos *Buracos Negros Informacionais* a partir do que estudou Las Casas (1999) sobre os “Buracos Negros”, discutidos por ela na Teoria da Relatividade, cujos princípios foram ressignificados por Manuel Castells (2020), para chegar ao conceito de “Buracos Negros do Capitalismo Informacional”. Segundo Las Casas (1999),

Buraco Negro é uma região do espaço onde o campo gravitacional é tão forte que nada sai dessa região, nem a luz; daí vemos negro naquela região. Matéria (massa) é que "produz" campo gravitacional a sua volta. Um campo gravitacional forte o suficiente para impedir que a luz escape pode ser produzido, teoricamente, por grandes quantidades de matéria ou matéria em altíssimas densidades.

Para Castells (2020, grifos do autor),

[...] o processo generalizado e multiforme de exclusão social leva à formação do que chamo, tomando a liberdade de uma metáfora cósmica, de buracos negros do capitalismo informacional. Referem-se a áreas da sociedade nas quais, do ponto de vista estatístico, não há escapatória da dor e da destruição infligida no elemento humano para aqueles que, de uma forma ou de outra, adentram esses cenários sociais.

Esses *Buracos Negros Informacionais*, aqui no sentido de revelar os hiatos, as fraturas, as cisões que ofuscam a forma como o conhecimento é representado, são evidentes e nitidamente visíveis nos SOCs tradicionais. Eles silenciam e escondem grupos sociais reveladores de conhecimento, tanto em grandes centros urbanos, periferias, como em áreas camponesas.

Um dos motivos para existência de *Buracos Negros Informacionais* nos SOCs tradicionais é o fato de que a “cultura, identidade, memória, racionalidade, informação, conhecimento e sua classificação seriam instâncias colonizadas que disseminam a colonização” (GARCÍA-GUTIÉRREZ, 2014b, p. 9, tradução nossa).

Os SOCs tradicionais são reguladores e responsáveis por constantes violências simbólicas, seja na construção dos próprios sistemas que são desenvolvidos pelas entidades de classe, ou pelos (as) operadores (as) da informação que os ratificam, gerenciam e consomem como verdade absoluta. No momento de realizar as suas tarefas de indexação em sistemas de informação, na construção da catalogação na fonte ou, ainda, na forma de entender quem deve e porque devem ser incluídos os termos por meio dos metadados dentro de uma determinada base de dados, também são nítidas as formas como profissionais se comprometem dogmaticamente para fazer valer as construções cristalizadas.

O profissional da informação está soterrado em meio a um poder simbólico, tendendo a reproduzir o senso comum da cultura dominante. Este cenário totalitário faz do

organizador do conhecimento um operário burocrático (GARCÍA-GUTIÉRREZ, 2014a, tradução nossa). Isso retira do profissional a possibilidade de um cenário de emancipação, empurrando-o, direta ou indiretamente, aos “porões” da alienação e da manipulação da informação.

Para suplantando cenários e marcas históricas é preciso evidenciar e investir em um cenário transcultural, onde sejam oportunizadas construções socioculturais alinhadas com a alteridade⁹, a horizontalidade e uma rede de saberes calcada na pluralidade. Nessa linha de pensamento, García-Gutiérrez (2013, p. 109, tradução nossa), entende que:

Transcultura é a própria troca acelerada e incessante de valores, categorias e universos simbólicos, cada vez mais desenraizados de suas matrizes culturais originais que supõe a quebra de visões de mundo e tradições verticais, já em dissolução. Remove as antigas classificações hierárquicas e as mitologias do mundo, impregnadas na linguagem que as cria e as mantém, mas estabelece uma estrutura horizontal unificadora que submete de forma igualitária aos sujeitos. A transcultura extingue valores práticos ancestrais, alguns de valor incalculável para a diversidade e outros baseados na infâmia, mas também deve ser visto como um novo espaço que nos permite repensar, abolir ou reverter conceitos, arranjos, fronteiras, hegemonias, dependências, essencialismos, anestésias.

Evidentemente que a investigação não caminha para excluir o estabelecido, mas para abrir novas frentes de atuação e de ocupação territorial na geografia informacional dos SOCs. Portanto, o interesse aqui se pauta na necessidade de reconexão com as formas de representar o conhecimento, sem a disposição anárquica de suplantando ou negar os modelos em vigência. É evidente que esta pesquisa assume o papel de promotora de um debate mais amplo em torno do campo, pois para que se possa construir algo efetivamente que inclua a sociedade nas suas mais complexas formatações, é *mister* trasladar a maneira como se pensa e se organiza o conhecimento da civilização por meio dos seus compêndios e sistemas de códigos pouco amigáveis.

⁹ Segundo o Portal Significados (2019), A Alteridade refere-se ao estudo das “diferenças entre várias culturas e etnias. Como a alteridade é o estudo das diferenças e o estudo do outro, ela assume um papel essencial [...]” na sociedade.

3 SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

3.1 Aspectos histórico-conceituais

É importante discorrer sobre a noção de conhecimento antes de adentrar a exposição propriamente dita sugerida por esta seção capitular. Para isso, a pesquisa se reporta ao Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia escrito por Murilo Bastos da Cunha e Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti. Os autores compreendem o conhecimento como sendo a “operação vital imanente que tem por efeito fazer um objeto presente ao sentido ou à inteligência” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 101).

Peter Burke, por sua vez, considera que o conceito de conhecimento deve “abarcara tudo aquilo que os indivíduos e os grupos-alvos de seus estudos consideram como conhecimento” (BURKE, 2016, p. 19).

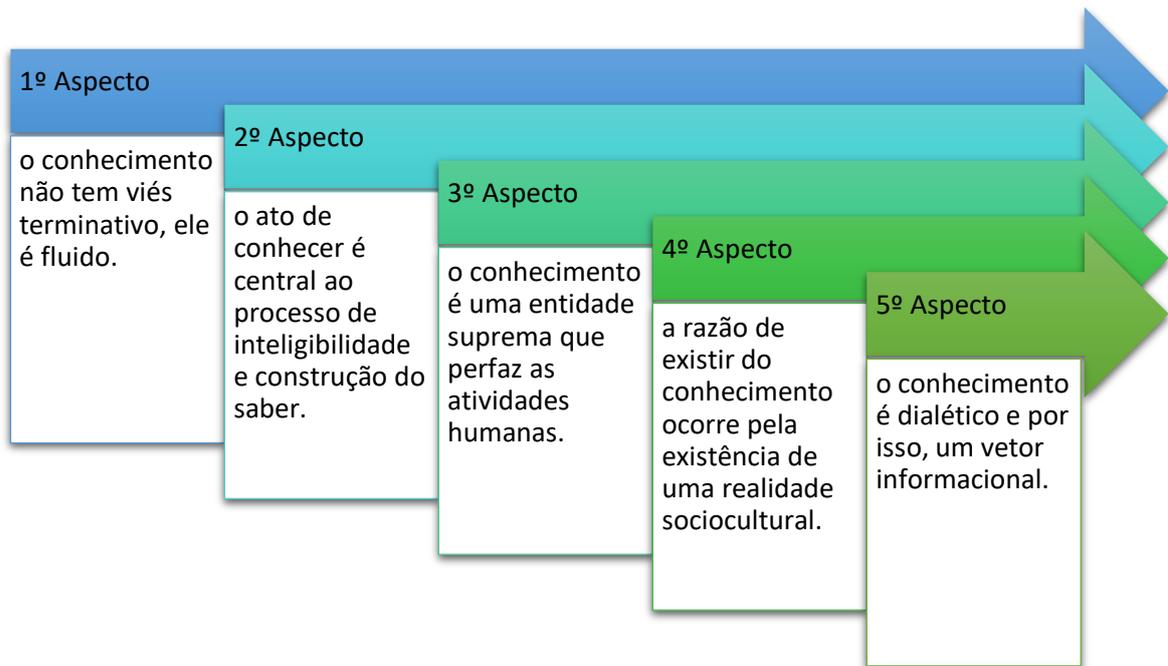
É preciso pensar um conhecimento como um fenômeno plural, e por isso Peter Burke sinaliza que “dentro de uma determinada cultura existem diferentes tipos de conhecimento: puro e aplicado, abstrato e concreto, explícito e implícito, adquirido e popular, masculino e feminino, local e universal, saber como fazer algo e saber que algo se aplica” (BURKE, 2016, p. 20).

Outrora, o “crescimento do conhecimento depende da interação crítica entre os cientistas. Ao que tudo indica, as oportunidades que um cientista tem de contribuir para a ciência depende de quão bem ele está integrado na comunidade científica” (SCHMAUS, 2014, p. 39), pois o “conhecimento sem reconhecimento nem a si mesmo se conhece” (SANTOS, 2013, p. 337). É por essa razão, que os

[...] filósofos, desde John Stuart Mill e Helen Longino, argumentam que nosso conhecimento pode ser aprimorado ao enriquecermos as discussões com uma grande variedade de pontos de vista, incluindo aqueles dos que foram marginalizados na sociedade [...] (SCHMAUS, 2014, p. 39).

Dito isso, esta tese conceitua que o *Conhecimento é Informação em Movimento* e que *todo ato pressupõe conhecimento*. Coloca-se desta forma por compreender, os seguintes aspectos:

Figura 3 – Aspectos do conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Assim, adentramos ao que é historicamente concebido como sendo o pensamento da Sociologia do Conhecimento. O termo Sociologia do Conhecimento foi idealizado por “Max Scheler na década de 1920 na Alemanha, [...]” (BERGER; LUCKMAN, 2013, p. 14).

Contudo, notadamente “a sociologia do conhecimento tem sua raiz na proposição de Marx que declara ser a consciência do homem determinada por seu ser social” (BERGER; LUCKMAN, 2013, p. 16).

Porém, a Sociologia do Conhecimento chegou “ao mundo de língua inglesa” através do pensamento de Karl Mannheim (BERGER; LUCKMAN, 2013, p. 20). Pode-se “afirmar com segurança que quando [...] hoje em dia pensam na sociologia do conhecimento, pró ou contra, em geral o fazem nos termos da formulação de Mannheim” (BERGER; LUCKMAN, 2013, p. 21).

É “[...] Karl Mannheim, em sua brilhante obra **Ideologia e Utopia** (1929), que vai fundar um novo ramo da ciência social universitária: a sociologia do conhecimento” (LOWY, 1978, p. 17, grifos do autor). De acordo com Miguel (2017, p. 69), “Karl Mannheim (1893-1947) foi o primeiro teórico a dedicar-se ao desenvolvimento de uma interpretação sociológica sistemática do processo de criação social do conhecimento”.

É inclusive Karl Mannheim, com uma visão particular, que formula e propõe o problema da sociologia do conhecimento na obra *Ensaio sobre a Sociologia do*

Conhecimento, cujo texto diz:

Portanto, a questão enfrentada por uma sociologia concreta do conhecimento é a seguinte: quais categorias, quais concepções sistemáticas são usadas pelos diferentes grupos em um dado estágio na contabilização de um e o mesmo fato descoberto no curso das operações práticas? E quais são as tensões que surgem na tentativa de encaixar esses novos fatos nessas categorias e concepções sistemáticas? (MANNHEIM, 1952, p. 147, tradução nossa).

Nesta caminhada evolutiva do campo, surgem vários pensadores que aplicam as suas visões à Sociologia do Conhecimento, conforme vemos a seguir:

O mais importante sociólogo americano que prestou seriamente atenção à sociologia do conhecimento foi **Robert Merton**; [...] **Talcott Parsons** fez também comentários sobre a sociologia do conhecimento; [...] **C. Wright Mills** tratou da sociologia do conhecimento em seus primeiros trabalhos; [...] Um interessante esforço para integrar a sociologia do conhecimento com o enfoque neopositivista é o de **Theodor Geiger**, que teve influência sobre a sociologia escandinava, depois que emigrou da Alemanha; [...] O enfoque neopositivista da análise ideológica foi, mais recentemente, continuado na sociologia da língua alemã na obra de **Ernst Topitsch**, que acentuou as raízes ideológicas de várias posições filosóficas; [...] Provavelmente a mais extensa tentativa de ir além de Mannheim na construção de uma ampla sociologia do conhecimento é a de **Werner Stark**, outro erudito continental emigrado, que ensinou na Inglaterra e nos Estados Unidos; [...] **Alfred Shutz** [...] em toda a sua obra, como filósofo e sociólogo, [...] concentrou-se sobre a estrutura do mundo do sentido comum da vida cotidiana (BERGER; LUCKMAN, 2013, grifo nosso, p. 23-29).

Ao perceber as influências históricas dos pensadores que contribuíram para a elaboração das bases necessárias para a construção do campo científico de uma abordagem teórica e metodológica que permite atuar em distintos espaços do saber, logo se constata que este campo, ao logo da história, vai evoluindo e perpassando por diversos outros que entendem o conhecimento como o produto primaz do fazer ciência, especialmente quando é aliado aos estudos socioculturais da realidade.

Inegavelmente, a Sociologia do Conhecimento, é influenciada ao passo que influencia distintos teóricos e abordagens de pensamento, contribuindo para o fortalecimento de escolas e correntes científicas.

Dito isto, o horizonte teórico dessa pesquisa se faz naquilo que Hall (2016) chama de pensamento crítico-constructivista, fazendo emergir reflexões que em certa medida estão

alicerçadas pela teoria crítica, pela dialética e pelo construtivismo social.

Trata-se aqui de um conhecimento em constante movimento (fluído, líquido ou fugaz), mas que faz parte e ajuda na construção e entendimento de uma determinada realidade social.

É pensando isso que se busca nesta investigação “uma ‘sociologia do conhecimento’” que trate “[...] não somente da multiplicidade empírica do ‘conhecimento’ nas sociedades humanas, mas também dos processos pelos quais *qualquer* corpo de ‘conhecimento’ chega a ser socialmente estabelecido *como ‘realidade’*” (BERGER; LUCKMAN, 2013, p. 13, grifos dos autores).

Segundo Peter Burke (2012, p. 231), é por esse motivo que a sociologia do conhecimento caminha no sentido de procurar entender a “dimensão social do conhecimento, [...] para analisar com mais precisão a relação entre o conhecimento e seu meio social [...]”. Partindo desse princípio, Norbert Elias (2008, p. 516, grifo nosso) alerta que

[...] as suposições teóricas comuns das teorias sociológicas do conhecimento são bastante simples. Elas podem ser condensadas na afirmação de que a estrutura da “consciência”, das ideias (sic), do conhecimento, do pensamento, da percepção ou de qualquer que seja o ângulo que possamos escolher é, primordialmente, determinada pela estrutura dos grupos humanos pelos quais são produzidas, não pelos “objetos” da consciência ou pela própria consciência, chamemos a isso “lógica”, “razão” ou o que quer que seja.

É preciso perceber a Sociologia do Conhecimento como uma dinâmica e diretamente atrelada às formas de perceber como o conhecimento se estabelece e é influenciado pela cultura para atuar na sociedade.

Por esse motivo, a ela vai tentando responder distintas dinâmicas socioculturais, dentre elas, aquelas que muitas vezes não fazem parte das agendas científicas de determinados campos, e isso leva, de certa forma, a um empobrecimento das potencialidades investigativas. Assim,

[...] a sociologia do conhecimento deve ocupar-se com tudo aquilo que passa por ‘conhecimento’ em uma sociedade, independentemente da validade ou invalidade última (por quaisquer critérios) desse ‘conhecimento’. E na medida em que todo ‘conhecimento’ humano desenvolve-se, transmite-se e mantém-se em situações sociais, a sociologia do conhecimento deve procurar compreender o processo pelo qual isto se

realiza, de tal maneira que uma 'realidade' admitida como certa solidifica-se para o homem da rua. Em outras palavras, defendemos o ponto de vista que a *sociologia do conhecimento diz respeito à análise da construção social da realidade*' (BERGER; LUCKMAN, 2013, p. 13, grifos dos autores).

Neste sentido, ao buscar interpretar os fenômenos a partir da lógica configurada pelos modelos de civilização, a

[...] sociologia do conhecimento tem por objetivo identificar os nexos que existem entre as condições sociais dentro da respectiva situação histórica, e os sujeitos individuais e coletivos junto com os elementos culturais de conteúdo [...] que foram criadas, elaboradas e expressas pelos mesmos sujeitos (CRESPI; FORNARI, 2000, p. 9).

Por esse motivo, a "sociologia do conhecimento [...] quer estudar a gênese social do saber, analisando as relações que há entre as estruturas da sociedade e as formas do conhecimento, como também tentar mostrar o modo como tais formas se influenciam mutuamente" (CRESPI; FORNARI, 2000, p. 9).

Nesta linha de pensamento se tem a compreensão de que "o homem de ciência deveria ser um homem de ação, sendo capaz de compreender as estruturas sociais, suas mudanças e permanências, como elaborar e implementar projetos para a reversão das desigualdades sociais" (BORTOLI; GALLON, 2015, p. 174). Todavia, é sabido que isso não é uma tarefa fácil. Requer profundas mudanças paradigmáticas.

Mesmo assim, tem-se demonstrado aqui, uma busca pelo enfrentamento entre o que está estabelecido e institucionalizado. Para isto, é vital fortalecer a ideia de senso comum construída por Gramsci (1978), pois ele lembra que o conhecimento não pode ser apenas absorvido de maneira passiva, ele precisa ser vivido e transformado à luz de cada realidade.

Este pensamento é constituído de maneira orgânica pelos diversos atores sociais que contribuem para o processo de construção do saber. E isso passa necessariamente pela formação de organização intelectual e cultural que tenha como primazia a formatação de uma inteligência que se viabilize em direção à totalidade social.

Ao observar este direcionamento, dá-se conta do quanto à Sociologia do Conhecimento pode ser estratégica, no sentido de elucidar questões teóricas e empíricas que até o momento não foram refletidas ou amadurecidas a partir de determinados grupos sociais e condições dos fenômenos científicos.

Por isso quando se diz que “[...] há um acordo geral em que a sociologia do conhecimento trata das relações entre o pensamento humano e o contexto social dentro do qual surge” (BERGER; LUCKMAN, 2013, p. 15), é porque se percebe o quão importante ela é como uma disciplina capaz de intercambiar reflexões e aproximar domínios.

Deste modo, segundo Miguel (2017, p. 69), “para Mannheim, compreender como ocorre à percepção dos diferentes objetos pelo sujeito que se encontra em diferentes contextos sociais é a tarefa da Sociologia do Conhecimento”.

A Sociologia do Conhecimento “ocupa-se com o que os homens ‘conhecem’ como ‘realidade’ em sua vida cotidiana [...] o ‘conhecimento’ do senso comum, [...] deve ser o foco central da sociologia do conhecimento” (BERGER; LUCKMAN, 2013, p. 29).

Por esse motivo, Ferreira e Britto (1994, p. 131), elencam “as principais tarefas teóricas e de pesquisa da sociologia do conhecimento”, a saber:

1. definir critérios para a descoberta da relação entre pensamento e ação; 2. desenvolver uma teoria da significação dos fatores não teóricos que condicionam o conhecimento; 3. especificar os vários pontos de vista intelectuais nos quais o pensamento se baseia e que são possíveis em vários períodos; 4. pôr a descoberto as premissas metafísicas ocultas; 5. encontrar os estratos sociais que compõem o estrato intelectual em questão¹⁰.

Portanto, o pensar a partir da Sociologia do Conhecimento nos leva a uma reconexão do saber com a vida, incluindo, no centro do debate, as relações que se estabelecem entre o ser humano e a forma como o conhecimento é concebido, representado, ressignificado e repercutido na sociedade.

3.2 Reconexão do saber com a vida

A Sociologia do Conhecimento possibilita reflexões conjunturais, experiências científicas e de vida, que aqui são iniciadas e orientadas pelos conceitos como os de *emancipação* e *utopia*, tratados por Santos (2013).

Esse duplo conceito parte de uma relação dialógica que é capaz de promover a liberdade e a autonomia necessárias para se pensar e sonhar (no sentido de idealizar) com um conhecimento vindouro diferente, libertador, reformador, alternativo e emergente, mas

¹⁰ Exclusivo à alínea 5. (HEKAMN, 1990, p. 101 apud FERREIRA; BRITTO, 1994, p. 131).

não menos importante daquele que está institucionalizado. Por esse motivo, a *emancipação*

[...] implica a criação de um *novo senso comum político*. Revaloriza o princípio da comunidade e, com ele, a ideia da igualdade sem mesmidade¹¹, a ideia de autonomia e a ideia de solidariedade. [...] criar utilidade social através de trabalho autovalorizado. [...] reivindicação da cidadania social, *para*¹² abrir caminhos próprios de emancipação e não se resignar à tarefa de colmatar as lacunas do Estado e, deste modo, particular, de forma benévola, na ocultação da opressão e do excesso de regulação (SANTOS, 2013, p. 279, grifo nosso).

Diante disso, o que fazer para superar o modelo dominante e hegemônico que limita a superação de determinadas formas de pensar e incluir o conhecimento no contexto das atuais pautas investigativas e dos debates socioculturais?

Penso que só há uma solução: A utopia é a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e por que merece a pena lutar. A utopia é, assim, duplamente relativa. Por um lado, é uma chamada de atenção para o que não existe como (contra)parte integrante, mas silenciada, do que existe. Por outro lado, a utopia é sempre desigualmente utópica, na medida em que a imaginação do novo é composta em parte por novas combinações e novas escalas do que existe (SANTOS, 2013, p. 335-336).

Apresentam-se aqui as motivações necessárias para que se almeje um conhecimento revolucionário a partir de um movimento com vistas a incluir, mediar, transmitir e amplificar as “ondas sonoras do conhecimento” por meio da atitude perante o ser humano e a ciência.

É fato que a sociedade tem vivenciado “conflitos paradigmáticos” (SANTOS, 2013, p. 334) que influenciam diretamente a forma de observar a macroestrutura por meio da modernidade instaurada. Por esse motivo, é requerido um repensar, um rearranjo, um realinhamento aproximativo dos campos científicos frente à civilização dos que os rodeiam.

Desta maneira, “penso, pois, que, perante isto, só há uma saída: reinventar o futuro, abrir um novo horizonte de possibilidades, cartografado por alternativas [...] às que deixaram de o ser” (SANTOS, 2013, p. 335).

¹¹ Segundo Botton (2014, p. 27), “a mesmidade é um conceito de relação e uma relação de relações entre diferentes critérios de permanência: identidade numérica, identidade qualitativa, continuidade e princípio de permanência no tempo”.

¹² Em substituição ao termo original “sabe”.

Esse processo de reinvenção pode ocorrer através de uma atuação praxiológica¹³, que na visão de Santis e Souza (2017, p. 154) é um movimento singular para compreender “a articulação dialética entre o ator e a estrutura social”. De acordo com os autores, Pierre Bourdieu “[...] sustenta a percepção de que o espaço social não é só uma estrutura objetiva das práticas individuais nem só uma apreensão subjetiva individual do mundo [...]” (SANTIS; SOUZA, 2017, p. 162).

Segundo Sapiro (2017), Bourdieu irá atuar para sistematizar o conhecimento em três níveis, a saber: conhecimento fenomenológico, conhecimento objetivista e o conhecimento praxiológico, porém é objeto de interesse da nossa investigação o último, por entender que o

[...] conhecimento “praxiológico” visa precisamente a reposicionar a prática no âmago do questionamento. Sem rejeitar a construção objetivista, como faz o humanismo ingênuo – que, aliás, a considera como um “anti-humanismo” -, Bourdieu pretende integrar as próprias reflexões ao modo de conhecimento praxiológico, superando-o: ele reintroduz o que o objetivismo foi obrigado a excluir, ou seja, a questão da experiência primeira do mundo como natural, como óbvia e, portanto, o ponto de vista dos atores como fazendo parte da realidade a ser observada. [...] O modo de conhecimento praxiológico adota, assim os meios de estudar as condições de possibilidade da percepção do mundo como óbvia. As práticas e representações não são apenas capturadas do lado de fora, mas no processo de interiorização – através da educação – sob a forma de estruturas estruturantes das disposições para agir e perceber o mundo. [...] a construção de uma teoria da prática, [...] é o lugar que Bourdieu atribui ao ponto de vista dos agentes, à sua visão do mundo, na construção do objeto e na metodologia de investigação – [...]. O modo de conhecimento praxiológico exige que se relacione o ponto de vista dos indivíduos, assim como suas crenças, com suas condições econômicas e sociais; nesse aspecto é que a sociologia do conhecimento é, “inseparavelmente uma sociologia da política” (SAPIRO, 2017, p. 127-128).

É preciso atuar para que a teoria se fortaleça a partir da prática cotidiana. Além disso, é importante compreender que não se pode desconsiderar a prática. Não é permissível tratá-la como um mero subterfúgio da teoria, algo acessório, uma indumentária, um penduricalho de pouca significância científica e sociocultural.

É fundamental compreender o processo de Representação Sociocultural Conhecimento a partir da construção social da realidade (BERGER; LUCKMAN, 2013) pretendendo criar uma teoria que se entrelaça com a prática, ou seja, um conhecimento

¹³ Conceito tratado por Pierre Bourdieu na obra “o poder simbólico” (1989).

praxiológico, conforme é pensado por Pierre Bourdieu nas palavras de Sapiro (2017). Cria-se, desta forma, um significativo conectivo com a Ciência da Informação e a Representação Sociocultural do Conhecimento, especialmente porque esta investigação busca entender a forma como é produzido o conhecimento de um determinado grupo social, neste caso, ligado a cultura dos cordéis.

Uma das formas aproximativas se dá a partir da importância dada ao processo de estratificação e de sistematização por meio de grupos sociais que produzem conhecimentos dentro de suas categorias de domínio. É a chance que se tem para permitir que as pessoas socioculturais minorizadas e mais vulneráveis sejam incluídas.

É em virtude disso que Falcão (2018, p. 19) mostra que é “tema unânime entre os teóricos da sociologia do conhecimento a percepção da estratificação [...] nas sociedades [...] em grupos”. Para Ciência da Informação, é uma maneira pela qual se busca realizar um “enfrentamento direto dos dilemas sociais sob a luz da experiência crítica da organização do conhecimento” (SALDANHA; SOUZA; SALES, 2018, p. 109).

Chega a hora de incluir no centro de debate os excluídos do conhecimento. Os pobres, os poetas de rua, os artistas populares, as pessoas de situação de vulnerabilidade, LGBTQI+, os negros, os imigrantes, os indígenas, os quilombolas, as comunidades ribeirinhas, enfim, todos aqueles que são socialmente considerados “minorizadas” e que apesar de serem dotados de alto grau cognitivo, são silenciados e marginalizados com o consentimento dos contratos sociais estabelecidos pela sociedade vigente.

Vale adicionar a este debate que por séculos os saberes tradicionais têm produzido importantes contribuições para sociedade. Inclusive muitas das grandes descobertas científicas presentes, como produtos do campo científico, só puderam ser legitimadas no âmbito da academia porque o substrato necessário para o seu estabelecimento se deu a partir do senso comum com as pesquisas etnográficas ou etnometodológicas, por exemplo. Mesmo assim, os saberes tradicionais continuam ficando esquecidos nos períodos que antecedem e sucedem as investigações científicas. Qual seria o percentual de retorno à comunidade pesquisada?

Outro aspecto relevante é que as linhas prioritárias para pesquisa e fomento no país não têm colocado na agenda investigativa do Brasil determinados campos do saber em áreas como Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Isso irá refletir diretamente para o aumento do esquecimento em pesquisas que valorizam a compressão dos impactos da

informação na sociedade do conhecimento, por exemplo.

Para ilustrar o que está sendo dito, temos uma investigação de Célio Silva Meira e Celeste Dias Amorim, sobre “Conservação das culturas de matrizes africanas e afro-brasileiras [...]”, que apresenta o seguinte cenário:

Os saberes oriundos desse universo afro vêm, nos últimos anos, sofrendo uma degradação, tanto por parte da sociedade judaico cristã, onde o preconceito ainda impera, como pelo próprio sistema capitalista que vem, paulatinamente, destruindo o meio ambiente na busca de lucros para satisfazer tal sistema (MEIRA; AMORIM, 2019, p. 25).

Esta realidade não se apresenta apenas a este nicho de investigação, mas a todos os outros que integram as culturas, comunidades e saberes tradicionais, inclusive a Literatura de Cordel.

Vê-se acima que os saberes tradicionais correm sérios riscos. Eles estão sendo cotidianamente suprimidos. O processo de reconhecimento quanto à sua importância e preservação sociocultural está sendo ameaçado, mesmo se entendendo que estas refletem riquezas imateriais do Estado brasileiro.

Um segundo caso que vale a pena salientar é o da investigação realizada por Oliveira, Fidélis, Costa Júnior, Silva e Luna (2019, p. 23), sobre as “Rezadeiras da Paraíba”. Nesta pesquisa, os autores perceberam que:

O universo das rezadeiras é rico em simbologias e ritos culturais arraigados, suas falas perpassaram o tempo e revelaram em gestos e súplicas a importância do ofício de rezadeira para a história e expressão cultural do povo brasileiro. Falar de benzedeadas/rezadeiras é se debruçar pelos saberes da tradição, pela cultura imaterial que vive e é atual em comunidades por todo o país.

Abre-se para a reflexão: de fato são preservados os saberes oriundos desses atores sociais e de dessa manifestação sociocultural? O que vem sendo feito para que sejam resgatados e transcritos os textos? Que política econômica tem sido pensada para ajudar na subsistência dessas pessoas? Se são importantes às culturas locais, não deveria existir um modelo de economia da informação voltado a esse fim?

Nos dois casos apresentados, como a Representação do Conhecimento por meio de seus profissionais tem tratado, indexado, classificado ou catalogado esses materiais? Será

que a Biblioteconomia tem conseguido trabalhar a gestão por competência nos profissionais da informação ao ponto em que uma pessoa de religião diferente tenha a capacidade de reconhecer a riqueza sociocultural das crenças africanas, ou das rezas e curas tradicionais, sem emitir juízo de valor preconceituoso e totalitário?

Torna-se possível adentrar no mundo digital e buscar entender aspectos de uma “poesia marginal”, conhecida como literatura de cordel, que ainda se coloca na condição de conhecimento “cinzento”, sem reflexão, análise ou validação necessária. Sabe-se, por exemplo, que a todo o momento as mídias sociais estão produzindo conteúdos e influenciando pessoas, mas não se tem ideia da real dimensão do *cibercordel*, independentemente de qual seja sua perspectiva.

Efetivamente abre-se um diálogo naquilo que Capurro (2013) cunhou de paradigma social, para provocar a compreensão de um conhecimento que se perfaz por meio de todo o processo civilizatório.

Portanto, essa relação refletida permite-nos o distanciamento de construções estritamente dogmáticas, ortodoxas e cristalizadas, partindo em busca de uma nova agenda socioinformacional que alie a dimensão física e cognitiva por meio da sociocultural, como algo necessário, crítico e estratégico, carregado de contradições e antíteses, mas que por este motivo essa nova agenda se torna passível de compreensão, por também ser rica, singular e diversa, seja no âmbito de seu nível integrador ou por perceber o seu viés reformador.

Para que seja possível reconectar o saber com a vida, é preciso ir além de entender os contextos históricos e teóricos; é necessário contribuir para uma transformação sociocultural e possibilitar a emergência de uma economia da informação que seja capaz de permitir que os saberes continuem existindo.

A Representação do Conhecimento depende disso! Sua razão de existir está na condição de representar o mundo, a sociedade, as pessoas, os objetos e os fenômenos que cotidianamente são apresentados de forma orgânica ou provocados por movimentos autônomos ou autoritários.

3.3 Descolonização do Saber: desafio de contar a história dos subalternizados

Para que seja favorecido um cenário de “reconexão do saber com a vida”, é oportuno que existam as condições de questionamento dos modelos dominantes do conhecimento e construir a crítica necessária para apresentar propostas alternativas ao que está estabelecido. É nesse limiar que se possibilita a ideia de promover a Descolonização do Saber com vista a contribuir para visibilizar, reconhecer a voz dos subalternizados.

A Descolonização surge como uma corrente de pensamento, que dentre suas reflexões está à busca de compreender para romper com a complexidade do Colonialismo e do Pós-colonialismo para, a partir daí, idealizar saídas contra-hegemônicas e emancipatórias que possam incluir as pessoas imersas na sociedade: os “subalternizados”, ou seja, aquelas pessoas que estão à margem da sociedade. Para Piza e Pansarelli (2012, p. 30-31), ao se tratar dos processos de Descolonização, se crê que estes

[...] se iniciaram, historicamente, como um processo de libertação das colônias e formação de Estados-nações independentes, hoje, devem continuar com a libertação de uma colonização epistêmica que, se efetivada, abriria espaço para a concepção de outra razão, de outra racionalidade. A descolonização colocaria fim a um processo histórico de implantação de dado tipo de poder.

Segundo o pensador português Boaventura de Sousa Santos, o debate sobre a Descolonização “carrega sobre os ombros um longo passado de relações desiguais entre as culturas metropolitanas e coloniais” (SANTOS, 2018b, p. 284). Ao buscar refletir os países do Sul (subdesenvolvidos) em relação aos do Norte (desenvolvidos), percebemos dois tipos de desigualdades: a externa – países pobres *versus* países ricos – e a interna – subalternizada *versus* classe alta. São abismos de fora para dentro e de dentro para fora.

Por esse motivo, uma das razões da Descolonização é ser uma potência do Paradigma Emergente (SANTOS, 2018a) para poder contribuir com uma revolução paradigmática e fazer com que o “excluído (a)” possa ser introduzido no processo de construção do conhecimento, e conseqüentemente colocar-se em posição de contar a sua própria narrativa.

É, portanto, preciso vislumbrar a Descolonização como “[...] uma segunda independência que finamente rompa com os vínculos eurocêtricos que condicionaram os processos de desenvolvimento [...]” (SANTOS, 2018c, p. 245). Diante disso, para se falar de

Descolonização, se faz necessário contar a história dos “vencidos”, das pessoas socialmente vulneráveis que sofrem altos índices de desigualdades sociais. Mas, quem está contando a história? Segundo Martins e Côrtez (2019, p. 174), é preciso questionar: Quem demarca o lugar de fala?

Esse questionamento vai levar a uma resposta possível, que na maioria das vezes, o lugar de fala estará atrelado ao poder simbólico institucionalizado e aos níveis de preconceitos que são estruturais (ALMEIRA, 2019) e foram historicamente estabelecidos pela classe dominante, que por sua vez, produz opressão e aprofunda a tônica dos subalternizados. Para romper com esta realidade é preciso “promover uma multiplicidade de vozes [...], acima de tudo, [...] quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal” (RIBEIRO, 2019, p. 48).

Em outra frente, mais complementar ao que fora mencionado, Boaventura de Sousa Santos, em entrevista ao Jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*¹⁴ (SANTOS, 2018d), dá o seguinte exemplo: quem tem feito a história dos “vencidos” no Brasil são os *rappers*. Eles contam o que não está nos livros de história. Boaventura vai além, dizendo que os “vencidos” não estão nos livros, e por quê? O currículo é feito por “vencedores”, é feito por brancos e para brancos. Eles são os protagonistas.

É preciso afirmar que o rap não é o único caso de expressão de resistência, mas o que se percebe é que as iniciativas que emergem vêm de pessoas que estão na “marginalidade” sociocultural, de grupos das periferias ou de estudiosos (as) que provocam a reflexão, mas que ainda são uma pequena parcela da população brasileira.

Trazendo essa observação para Ciência da Informação, surge a indagação: quem produz os SOCs? Como é feita a sua representação? Quem foi contemplado? Quem são os grupos de domínio que representam e são representados? De que forma grupos como os negros, mulheres, idosos, os povos tradicionais, os saberes populares, as pessoas em situação de rua, as pessoas com deficiências, a periferia, os jovens estão sendo representados? E estes grupos sociais, sujeitos de sua história, estão sendo chamados para discutir os SOCs? Os SOCs são feitos para quem?

Essas são algumas perguntas que precisam ser feitas diariamente, e mais, ações devem ser viabilizadas para incluir a sociedade que historicamente vive em situação de

¹⁴ Entrevista realizada por Guilherme Henrique e Cristiano Navarro em 14 de set. de 2018. Disponível em: <https://youtu.be/9MhE-OaBBs>. Acesso em: 16 jun. 2020.

vulnerabilidade sociocultural e infoeconômica, pois “há um patrimônio, que irradia os (*sic*) saberes de povos historicamente discriminados, que permanece, em muitos casos, intacto, inabordável e inencontrável nos bancos de dados materiais e digitais” (BORGES, 2015, p. 176).

Para romper com esse cenário de sufocamento pela “normalização hegemônica” (MARTINS; CÔRTEZ, 2019, p. 174) do saber às “minorias” que são desprestigiadas, é necessária uma profunda transformação do Estado. É preciso a configuração de um novo *senso comum*, cuja centralidade esteja em uma mudança de mentalidade que viabilize uma “virada cognitiva” e paradigmática.

Para aprofundar esta concepção, pode-se ilustrar com célebres casos de como o conhecimento é socialmente representado e legitimado a partir da visão dos “vencedores”, ou seja, do poder simbólico dominante que reverbera e é aceito como verdade.

As “verdades” contadas como “inquestionáveis”, apesar de continuarem hegemônicas, têm se mostrado frágeis ao longo da história, como é possível visualizar a frente:

- **Ponto de vista da Religiosidade:** Jesus Cristo, apesar de ter nascido em uma região geográfica que tipificava as pessoas como pardas ou negras, é “vendido” como um “produto” onde seu biotipo é branco, alto, de cabelos lisos e olhos azuis. Trata-se na verdade do típico perfil do aristocrata nobre da Europa.
- **Ponto de vista Econômico:** Os registros das navegações veem o Brasil como lugar exploração, mesmo havendo nela índios, que seriam os donos naturais da terra. Isso faz com que se perceba que o Brasil foi ocupado a fim de ser expropriado, não havendo, portanto, relação com uma acidental descoberta.
- **Ponto de Vista dos Direitos Humanos:** Vende-se o discurso de que os Direitos Humanos são “instrumentos de apoio à criminalidade”. É uma narrativa construída em “pacote fechado”, fazendo com que a massa populacional venha a acreditar “cegamente” neste discurso, quando na verdade, deveria se mostrar que se trata de um instrumento de proteção de bem estar social a disposição de todos (as). Ter direito a educação, saúde, moradia, emprego, saneamento, são Direitos Humanos, estipulados tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, quanto na Carta Magna Brasileira de 1988.

Em virtude disso, pode-se fazer outro questionamento, qual história é contada, registrada e aceita pela sociedade? Por esse e outros motivos que Gramsci (1982), na obra “Os Intelectuais e a organização da cultura”, apontava ser preciso construir um novo modelo de *senso comum* e de *intelectualidade*.

Na mesma linha de pensamento está Boaventura de Sousa Santos (2010a, p. 88), ao observar que dentre as formas de conhecimento, a “mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no quotidiano orientamos as nossas acções (*sic*) e damos sentido a nossa vida”.

Vale contemporizar, observando que ao tratar do *senso comum*, aqui, está se defendendo que ele seja aceito nas pautas da agenda científica e com isso a sociedade possa reverberar todos os modos de saberes, sem uma “verdade” incondicional e irrefutável, como legitimam o Positivismo e o Determinismo científico, por exemplo.

É no âmbito do *senso comum* que o conhecimento inicia e termina, por isso posições investigativas não deveriam pensar a pesquisa científica apenas na relação Sujeito/Objeto, mas sim Sujeito/Sujeito. O objeto, neste contexto de pensar a ciência de forma Descolonizada, é na verdade Sujeito de sua própria história.

Torna-se primaz uma virada paradigmática, uma revolução sociocultural e infoeconômica de longo prazo, caso contrário, será cada vez mais difícil romper com um Colonialismo estrutural, metamorfoseado na forma de Pós-colonialismo de “desenvolvimento”, que continua em vigência e se faz presente no Século XXI, aprofundando os mais altos níveis de violências simbólicas, como o preconceito racial, de regionalidade, de xenofobia, de padrão de beleza, de classe social e de gênero, entre outros.

Para tentar superar a realidade conjuntural centenária, é pertinente abrir espaço para uma Ecologia dos Saberes (SANTOS, 2006), onde as mais distintas especificidades da sociedade e tipos de saberes possam ser incluídos nos debates e nas políticas de Estado.

O cerne da Ecologia de Saberes é superar a lógica da monocultura do conhecimento dominante e fazer com que esse conhecimento aceito e oriundo exclusivamente do “rigor científico” seja questionado “pela identificação de outros conhecimentos e outros critérios de rigor que operem com credibilidade em contextos e práticas sociais declarados [...]” (SANTOS, 2006, p. 78-79).

Em linhas gerais, a Ecologia de Saberes, viabilizada pela Descolonização enquanto

potência epistemológica de empoderamento aos grupos marginalizados valorizará e provocará o debate de incluir na pauta científica e social o conhecimento que advém de pessoas, grupos ou movimentos, hoje considerados como “subalternizados” do saber, como: das Benzedeadas, das Rezadeiras, das Curandeiras, dos *Rappers*, dos Pescadores (Caiçaras), dos Quilombolas, dos Ribeirinhos, dos Cordelistas, dos Contadores de Histórias, dos Ritos Afro-brasileiros, do Feminismo, das Parteadas, dos Grafiteiros, dos Ciganos, dos Artistas de Rua, dos Idosos, dos Presidiários, das Pastorais Sociais Progressistas, dos Trabalhadores Assalariados, dos Desempregados, das Pessoas com Deficiências, do Movimento Negro, do Movimento LGBTQI+, dentre outros.

Ainda assim, é necessário questionar: Como estão sendo contadas as histórias que representam esse povo? Quando esses construtos do conhecimento, oriundos dessas pessoas, grupos ou movimentos sociais, estão sendo aceitos pela sociedade, legitimados pela academia e transformado em ações governamentais do Estado?

Por esse motivo, o conhecimento científico deve ser aglutinador de saberes e assumir um papel de resignificação e de um instrumento reformador. Para Boaventura de Sousa Santos (2010, 2013¹⁵), é preciso “des-pensar” para que se permita pensar, e pensando por meio de uma nova consciência, permitir incluir. É preciso pensar a universidade de fora para dentro, trazendo a pluralidade cultural e toda a sua complexidade para o “seio” da academia.

Com isso, se entende a importância de remodelar a sociedade para instituir uma forma alternativa de pensamento, onde as mais distintas possibilidades de saberes possam ser incorporadas, e assim facilitar a compreensão de que os “oprimidos” do saber deveriam ter a oportunidade de contar a sua própria história, escrever a sua narrativa. O Século XXI precisa caminhar para abrir as janelas do conhecimento a todos (as) que são produtores de conteúdos e assim, potenciar a verdade dos “marginalizados” do conhecimento. Os diversos rostos da multiculturalidade presente na sociedade precisam compor a tessitura do mundo do conhecimento.

Não havendo a inclusão das narrativas dos “vencidos” e oportunizando o “lugar de fala” (MARTINS; CÔRTEZ, 2019, p. 174), será impossível falar de identidade cultural nacional em sua totalidade. Se não há incorporação da academia e aceitação do Estado, dificilmente

¹⁵ Informações retiradas de vídeo publicado em 2014 em evento da Universidad Autónoma de la Ciudad de México (UACM), onde Boaventura de Sousa Santos é acompanhado pelo pesquisador Enrique Dussel. Este vídeo tem como tema: *Descolonización epistemológica desde el Sur*. Disponível em: <https://youtu.be/hb1yUnf8TQU>. Acesso em: 18 jun. 2020.

existirão políticas públicas inclusivas e conseqüentemente os casos supracitados continuarão invisíveis, podendo impactar no aprofundamento dos mais distintos níveis de preconceitos e desigualdades sociais.

Com isso, vê-se que o pensamento crítico e reflexivo por meio da Descolonização do Saber, não só é importante e benéfico para ciência, como também para a sociedade. Esse pensamento permite entender a ideia de *construção social da realidade* numa lógica mais aproximativa e interseccional. É, ainda, uma disciplina investigativa, intimamente próxima ao que se tem pensado e expressado sobre a proposta de Desclassificação do Conhecimento, demonstrando mais uma forte comunhão teórica entre os campos do saber.

Por fim, se compreende o quanto é importante a presença do (a) profissional da informação, como um sujeito socioinformacional privilegiado e capaz de contribuir com o papel de uma Ciência da Informação que busque reduzir os níveis de desigualdades sociais latentes e que ofuscam a promoção da equidade do saber a todas as pessoas, assim como de tornar público o conhecimento que é produzido pela sociedade, independentemente de quem seja o (a) produtor (a) de conteúdo.

4 OBJETOS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO (ODI)

4.1 *Cibercultura*

A *Cultura da internet* é uma expressão utilizada por Manuel Castells na obra intitulada: “A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade” (CASTELLS, 2003). Como esta pesquisa vem se dando a partir de relações entre a Ciência da Informação e a Sociologia, entende-se que é por este viés que devemos também tratar do nosso posicionamento ao que entendemos por *cibercultura*. Todavia, iniciamos a reflexão a partir de um olhar macroestrutural até chegarmos à ideia dos *cibercordéis* como ODI.

Objetivamente, a partir da revolução técnica, científica e informacional, também conhecida como a fase de emergência da sociedade pós-industrial, da modernidade tardia, da pós-modernidade ou da hipermodernidade, inicia-se um processo de mudança paradigmática, onde os modelos de produção e da cultura de massa iniciam um processo de busca pela homogeneidade por meio das tecnologias de transformação, inclusive das informacionais.

Tem-se como efeito ou resultado desse momento histórico o que conhecemos por *cibercultura* (LÉVY, 2014): um modelo cultural capaz de fazer emergir o que Castells (2011) definiu por sociedade em rede, influenciando a configuração de um momento onde as práticas são imbricadas, ressignificando novas formas de se perceber a cultura material e imaterial. Vemos isso de maneira muito clara quando Canclini (2015) trata da ideia de culturas híbridas, assim como Hall (2015), que sensibilizado por esta condição, passa a atuar para elucidar as questões inerentes a esse hibridismo cultural dentro do contexto identitário.

Na prática, a sociedade em rede transformará de todas as formas possíveis e imagináveis a maneira de ver e encarar o mundo, independentemente do nível de analfabetismo ou espaço geográfico. Todos serão influenciados – direta ou indiretamente – pelo cabedal tecnológico da *cibercultura*.

Considerando esse cenário, na segunda metade do século XX, inúmeras descobertas foram efetivadas e diversas tecnologias foram criadas no sentido de favorecer novas práticas e posicionamentos culturais nessa sociedade de efervescência.

Vale salientar que sempre o objetivo primaz e finalístico foi de evidenciar e favorecer

a sociedade de consumo, todavia muitas vezes isso se deu de maneira velada. Ao longo da história, ficou nítido que em nome do discurso da inclusão e sob a narrativa do desenvolvimentismo, fomos constantemente levados a absorver passivamente a *cibercultura* de maneira irrestrita.

A sociedade em rede permite melhorias das condições de vida em distintos aspectos, apesar de que absorvê-la sem critérios é algo que pode levar a ruína de um determinado grupo étnico, por exemplo. Isso fica evidente quando tratamos da questão identitária. Neste ponto a homogeneização tende a ser cada vez mais forte.

É preciso lembrar que isso ocorre em demasia por perceber que são fenômenos surgidos a partir do processo de crises e mudanças paradigmáticas, onde o campo do saber e da cultura tendem a tencionar direção a uma retração ou a uma expansão. Exemplo disso é a forma como o conhecimento fora instituído na modernidade, da maneira que ele foi transformado e da forma como ele se apresenta na contemporaneidade.

Se por um lado a modernidade propunha e se estabelecia por meio de um saber hegemônico, através do que Kuhn (2017), denominou de ciência normal, para Santos (2018), na atualidade, é preciso abrir espaço para o que ele chama de paradigma emergente por meio de uma nova ciência (SANTOS, 2013; MORIN, 2015). É preciso considerar a complexidade e dar voz e visibilidade a rostos sociais que outrora foram esquecidos.

Naquele momento tinha-se uma homogeneização da ciência, mas não da cultura. Agora, porém, temos o inverso, ou a tentativa disso. Indubitavelmente isso influencia a cultura, no sentido pleno do termo, refletindo e desencadeando na maneira das pessoas conceberem o mundo. Existe nitidamente uma hegemonia cultural que transcende qualquer poder Estatal. O resultado de uma economia da informação ditada pelo mercado emana e sobremaneira transborda inclusive na forma como se constrói e se manifesta a literatura de cordel.

Somos produtos de um ecossistema imerso de tensões, e para não ficarmos soterrados nos ditames hegemônicos da sociedade da informação e do conhecimento, é preciso romper com inúmeras amarras socioinformacionais e infoculturais.

Estes últimos aspectos são levantados para vermos nesse contexto como o cordel se dava e de onde pode ter nascido o *cibercordel*. Apesar deste texto não ter um caráter estruturalista em seu sentido clássico, damos conta de que a conjuntura sociocultural tem uma importância similar à da histórica e da linguística, difundidas no meio acadêmico e para

sociedade, e que para de fato o *cibercordel* seja investigável, é preciso que se compreenda essa complexidade com a qual a sociedade foi tragada.

A sociedade em rede por meio da *cibercultura* nos empurra para o momento com o qual estamos inseridos. E mesmo sem entrar ainda no mérito da antítese entre erudito e popular, é com a *cibercultura*, sob a alcunha de ODI que o *cibercordel* ganha espaço e visibilidade que outrora não tinha.

Se por um lado, o dito cânone literário não permite o acesso e o reconhecimento ao cordel na condição de gênero literário, é na *internet* que o mesmo encontrará guarida e meios necessários para a tão sonhada mediação cultural.

4.2 Conceito de ODI

Em linhas gerais, segundo Yamaoka e Gauthier (2013, p. 82), um “objeto digital é um objeto de informação, de qualquer tipo e formato, expressa sob a forma digital, [...]”. Frente a isso, os autores citados, tomando por base a investigação de Thibodeau (2002), cujos resultados foram apresentados na *Conference the state of digital preservation: an international perspective*, entendem que os objetos digitais podem ser definidos por meio de três camadas, a saber: 1) Objeto físico; 2) Objeto lógico; 3) Objeto conceitual.

Considerando essa configuração, com a escola brasileira de Ciência da Informação, vê-se de acordo com Silva e Siebra (2017), que os “objetos digitais podem ser simples ou complexos”. De maneiras mais detalhada, é entendido que os

[...] objetos digitais simples são itens digitais discretos; tais como arquivos textuais, imagens ou arquivos de som, acompanhado de seus identificadores e metadados relacionados. Objetos digitais complexos são objetos digitais discretos, combinados com vários outros objetos digitais, como sites (HIGGINS, 2008, p. 137, tradução nossa).

Avançando nessa ideia, nas vozes de Margaret Hedstrom e Christopher A. Lee expressas pelo texto, *Significant properties of digital objects: definitions, applications, implications*, vê-se que:

Com base nas definições do modelo de referência OAIS¹⁶, definimos um objeto digital como um objeto composto de um conjunto de seqüências (*sic*) de bits. Um objeto digital complexo é um objeto digital composto por mais de um tipo de componente [...], incluindo dados numéricos, texto, imagens, gráficos, áudio, vídeo e executáveis (HEDSTROM; LEE, 2002, p. 219, tradução nossa).

Não obstante a isso, se faz um adendo considerando que os “objetos digitais podem ter efeitos de formatação dinâmicos, em que as ações do usuário influenciam o comportamento ou a representação do conteúdo” (HEDSTROM; LEE, 2002, p. 223, tradução nossa). Avançando nesse construto, Dodebei (2017, p. 78) sinaliza para a preocupação de que a:

[...] qualidade dos dados a serem escolhidos vai levar em conta o modo como os objetos digitais foram criados: dados fluidos ou de caráter meramente comunicacional e, portanto, efêmeros; ou dados protegidos por camadas de informações que assegurem sua autenticidade com propósito memorial.

Isso é colocado dessa maneira por compreender que o objeto digital apresenta uma singular carga de materialidade cultural. Dito de maneira mais enfática, Dodebei (2014, p. 150), entende que “os objetos digitais possuem materialidade”, e por isso “eles vão fazer parte da chamada ‘cultura material’”.

Neste sentido, essa materialidade precisa considerar a necessidade de sua preservação visando um acesso perpétuo. É em virtude disso que se vê com os ODI a luta para atuar em direção a ações contínuas como as de “*backups* ou cópias digitais de segurança e pela aplicação de diversas estratégias, tais como: refrescamento, encapsulamento, migração, adesão de padrões, elaboração de manuais ou guias, formação de redes sociais e parcerias” (JESUS; KAFURE, 2010, p. 30).

Nessa linha de pensamento, Marcondes (2017, p. 2144), acrescenta que, frente aos acervos digitais, é necessário dispor de ferramentas que viabilizem a implantação e uso de “identificadores persistentes, metadados do objeto e metadados da(s) cópia(s) ou imagem(ns) do(s) objeto(s) digital(is)”.

Adicionalmente, Henning, Ribeiro, Santos e Santos (2019, p. 400-402), recomendam que é importante valorizar os princípios *FAIR* da Ciência Aberta, onde os ODI e o

¹⁶ *Open Archival Information System (OAIS)*.

conhecimento oriundo desses, precisam ser “localizáveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis”.

Em essência, essa realidade poderá ser viabilizada a partir de políticas e de *softwares* que permitem realizar a interoperabilidade e a curadoria dos conteúdos oriundos dos mais distintos espaços de produção. Ao pensar a partir dessa lógica, se torna possível contribuir estrategicamente para que se permita o acesso aos acervos (MARCONDES; SOUZA, 2018), seja em relação ao ODI ou aos próprios recursos conceituais.

Portanto, dado que os ODI são “criados em meio eletrônico, ou por meio da representação digitalizada de um objeto físico” (JESUS; KAFURE, 2010, p. 31-32), as autoras adicionam ainda a esta questão o fato de que na contemporaneidade já é percebida a extrema importância de se preservar os ODI em virtude de fazerem parte da história da humanidade.

4.3 Os *Cibercordéis* e o seu ecossistema

Antes de expor os aspectos que guiam o fenômeno dos *cibercordéis*, é importante trazer à tona algumas características basilares que configuram esse clássico cordel, assim como ele forneceu as bases necessárias para formatação do cordel digital. A este, é compreendido como sendo

[...] um livreto com dimensões 15 x 11 cm, geralmente em papel jornal ou outro tipo de papel de baixo custo. O número de páginas é variável, entre 8, 16, 32 e 48 páginas, mas sempre em múltiplo de oito, para aproveitar a dobra que se faz da folha de papel usada nos prelos manuais. Os folhetos mais curtos, de 8 e 16 páginas, são geralmente os folhetos que contam sobre algo acontecido na região, os chamados folhetos noticiosos ou circunstanciais, os mais longos de 32 e 48 páginas são os romances, que narram histórias de ficção (TAVARES, 2011, p. 45).

Entretanto, também é possível encontrar cordéis em outros formatos impressos, como os de livros, mas aí estamos tratando de outro objeto informacional que adentrou a cultura híbrida, mas que não é objeto central deste estudo.

Retomando os detalhes do modelo clássico, em relação ao formato e composição da capa dos cordéis, sabe-se que:

A Capa do folheto é uma das suas características mais marcantes. Também em papel barato, mas colorido, em cores claras nos tons verde, amarelo, rosa ou azul, traz geralmente uma xilogravura alusiva ao assunto de que trata o folheto. Nem sempre se usou a xilogravura. Antigamente, a capa do folheto trazia apenas o título e um ou outro ornamento gráfico. Depois, foi introduzido o costume de se ilustrar a capa com postais ou fotos de artistas de cinema e, mais recentemente, o uso da xilogravura” (TAVARES, 2011, p. 48).

Na contracapa existem distintos tipos de informações, como os contatos do autor, propagandas externas, chamadas para aquisição de novos folhetos escritos pelo cordelista ou ainda pela tipografia (gráfica ou editora) responsável pelos folhetos de outros autores de cordel.

Em se tratando das técnicas empregadas, se tem: “rima, métrica e oração”, além da adição de uma tipologia de “versos: Agudo, Grave, Esdrúxulo e Elisão” (NASCIMENTO, 2010, p. 34-35).

Considerando suas modalidades, Silva (2010, p. 43-51) explica que existem: 1) Parcela ou verso de quatro sílabas; 2) Verso de cinco sílabas; 3) Estrofes de quatro versos de sete sílabas; 4) Sextilhas; 5) Setilhas; 6) Oito pés de quadrão ou Oitavas; 7) Décimas; 8) Martelo Agalopado; 9) Galope à Beira Mar; 10) Meia Quadra. Sobre as propostas classificatórias, se percebe que

[...] os folhetos abordam assuntos tão diversos quão diversa é a realidade das pessoas a quem se destina. Tanto assim que o tema da classificação da literatura de cordel tem sido objeto de estudo de pesquisadores variados, provocando sempre novas abordagens” (TAVARES, 2011, p. 49).

Um possível exemplo disso é a pesquisa de Albuquerque (2011), que propõe uma “Representação temática da informação na literatura de cordel”, classificando o conhecimento produzido pela literatura de cordel por meio de 27 classes, estas categorizadas em: Agricultura; Biografias e Personalidades; Bravura e Valentia; Cidade e Vida Urbana; Ciência; Contos; Crime; Cultura; Educação; Esporte; Erotismo; Feitiçaria; Fenômeno Sobrenatural; História; Homossexualismo; Humor; Intempéries; Justiça; Meio Ambiente; Moralidade; Morte; Peleja; Poder; Político e Social; Religião; Romance; Saúde; Doença.

Todavia, a capacidade de representação do cordel, por mais rica que seja, traz à tona a necessidade de refleti-la aliada a um debate sociocultural e socioeconômico. Esses dois

contextos, por menos nítidos que sejam, influenciam no processo de construção do saber literário, pois não se faz cordel apenas por *hobby*. A grande parte das pessoas que escrevem cordéis, o fazem como "meio de subsistência" ou de complemento a ela.

Por mais que o clássico cordel tenha adquirido algum nível de respeito por setores da sociedade, a sua história tem sido marcada por diversos conflitos e lutas socioculturais para garantir o seu lugar de fala, a sua visibilidade e aceitação literária. Vê-se que seu modelo de literatura continua sendo considerado pela maior parte da população como uma poesia marginal ou subliteratura.

Percebendo a busca por reconhecimento, sobrevivência e visibilidade, o cordel tem tentado se metamorfosear, se tornando um ODI híbrido. Do resultado dessa metamorfose entre o analógico e o digital está um hibridismo cultural que se viabiliza por meio de uma *cibercultura* que favorece um texto que circulava inicialmente apenas em feiras populares, passando a emergir ao *ciberespaço* e permitindo chegar um número maior de pessoas e residências, em tempo real, rompendo a geografia nordestina e podendo passar a ser identificada em distintos espaços de produção de conteúdo.

Desta forma, os *cibercordéis* buscam transpor suas raízes no mundo analógico, e chegar ao *ciberespaço*, adaptando as suas características básicas do impresso às telas de dispositivos móveis e linguagens digitais, através do computador, *smartphone* e do *e-reader* com o auxílio da *internet*.

Com o que Jenkins (2009) chama de cultura da convergência, os conteúdos que se dão por meio do *ciberespaço* através desses dispositivos e de suas linguagens digitais, terão potência de hiper-realidade, podendo suprimir a relação tempo/espaço, então o mesmo conteúdo poderá estar em todos os lugares ao mesmo tempo, ou distintos conteúdos do mesmo escritor. Estes materiais serão viabilizados em diversos ambientes informacionais de forma remota, instantânea e desterritorializada.

Desempenhar tal atividade não é uma tarefa fácil. Mesmo com disposição e conhecimento técnico, o *cibercordel* encontra um desafio infinitamente maior do que o cordel: suplantando o conhecimento pós-colonial que o vê como um produto "subalternizado", mesmo compreendendo-o que, enquanto artefato da cultura digital, poderia ter um apelo sociocultural e Infoeconômico maior.

O *cibercordel* é um produto da sociedade em rede, oriundo da globalização informacional, mas começa adentrar a Quarta Revolução Industrial ou "Indústria 4.0", com

isso é também uma espécie de ODI, um nato digital, híbrido e volátil; é uma faceta da diversidade cultural representada por uma parcela da sociedade contemporânea que adentrou o *ciberespaço* e transformou a forma de representar, consumir e produzir conteúdo na literatura brasileira.

Vê-se então que o

[...] ciber-cordel (*sic*), [...], constitui-se como a sinergia entre as formas de narrar do cordel com a interatividade e conectividade desterritorializada e simultânea do ciberespaço. [...] O ciber-cordel (*sic*) não é, portanto, a simples transposição do cordel feito *off-line* (*sic*) para o nível *on-line* (*sic*). [...], é a efetivação de uma obra de literatura popular em verso sob as possibilidades de comunicação horizontal e simultânea que a plataforma comunicacional do ciberespaço oferece (SOUSA, 2007, p. 6, grifos nosso).

Vale observar que essa realidade posta não ocorre de forma “orquestrada” ou por uma política de valorização cultural do Estado. Os *cibercordéis*, enquanto ODI, vão surgindo de maneira orgânica, ou seja, de forma natural, e vão tentando responder aos desafios dos tempos atuais. Por isso, sobre os *cibercordéis*, pode-se dizer que são

[...] produções horizontais que se dão de dentro para fora e de fora para dentro (*input* e *output*), numa relação contínua e adaptável. O conhecimento humano produzido pela via do *cibercordel* se entrelaça naturalmente em teias complexas. [...] o *cibercordel* sob a perspectiva da Ciência da Informação é todo e qualquer objeto informacional amparado pelas regras poéticas construídas através do clássico cordel e produzido exclusivamente na *internet*. Sua construção, independente do momento, será materializada sob um esteio físico, cognitivo e social (GAUDÊNCIO; ALBUQUERQUE, 2017, p. 134-135).

É por esse motivo que os *cibercordéis* são *natos digitais* e que se apresentam por meio de características peculiares, espaços de atuação, meios de representação que se propagam de distintas formas. Isso se oportuniza na atualidade muito em virtude do potencial das novas mídias (via *internet*), que através das redes sociais virtuais, *blogs*, *sites*, portais, plataformas de *streaming*, de e-commerce, entre outros, permitem produções e divulgações de conteúdos institucionais e pessoais, em formatos que ganham vida a partir do vídeo (*YouTube*), do *podcast* (*SoundCloud*, *Spotify* e *Deezer*) do hipertexto e da hipermídia (*Sites*, *Portais*, *Blogs*, *Mídias Sociais*), mas com potencialidade até para projetos de realidade aumentada (similar ao *Pokémon GO*).

Em sintonia com o que fora dito, vê-se que os *cibercordéis* são ODI, que ao serem

[...] incorporados pela Internet, [...] adquirem característica de hipertexto, e passam a ser reconhecidos pelo nome de “cibercordel” que é uma forma de cordel que incorpora as mídias oferecidas pela web. Além de estar no ciberespaço, é um hipertexto que utiliza os recursos da web, como animações, podcasts, links, comércio on-line (sic), etc. (FONSECA; ALVES; CAVALCANTE, 2010, p. 7, grifo nosso).

A natureza flexível dos *cibercordéis* permite uma inserção ao mundo digital por meio de diversas formas de apresentação. Isso se torna um diferencial para cultura dos cordéis, conforme é observado na pesquisa de Gaudêncio e Albuquerque:

[...] sua exclusividade virtual permitirá produções poéticas através de postagens ou publicações que possibilitem comentários, imagens, áudios, vídeos ou qualquer outro tipo de manifestação pública, anônima ou identificada sob a estrutura do ciberespaço e aproveitando toda dinâmica e hibridismo (sic) da forma como a sociedade em rede se organiza (GAUDÊNCIO; ALBUQUERQUE, 2017, p. 135).

Adentrando com mais intensidade no ecossistema dos *cibercordéis*, é possível perceber novas facetas, ao contrário do cordel analógico. É possível observar a partir das mídias sociais que com o cordel digital se tem: textos integrais, trechos de textos, *posts* de estrofes, motes que chamam para pelejas virtuais, produções coletivas e colaborativas, ou ainda comentários de *posts* (em forma de cordel). Neste sentido, os *cibercordéis* permitem dentre suas potencialidades, favorecer uma diferencial economia criativa, cenário que já é pautado pela “Quarta Revolução Industrial”.

Mesmo com essa flexibilidade na maneira de escrever e representar o *cibercordel*, é importante enfatizar que aspectos como técnicas, modalidades e possibilidades classificatórias não mudam em relação à forma como é feita a versão analógica. É fundamental compreender isto nessa hibridização. A transformação é exclusivamente na dinâmica e potencialidades da relação entre o modelo clássico e o digital.

Portanto, não se tem como finalidade aqui tratar o *cibercordel* como uma linguagem que rompeu com o cordel tradicional, ao contrário, o objetivo é mostrar que em virtude do fenômeno da cultura híbrida, existe um formato alternativo de cordel, uma derivação do gênero literário clássico que é inerente do *ciberespaço*.

Não obstante a isso, e caminhando em uma frente complementar e dialética de discussão, a hibridação do cordel nasce e se torna, mesmo inconscientemente, um *Objeto Digital de Informação* de luta pela superação da invisibilidade sociocultural que é presente na cultura dos cordéis.

Os cordéis, independentemente de onde são produzidos e disseminados, estarão continuamente tentando incluir a sua agenda literária na pauta da cultura hegemônica, com vistas a ser ouvida, reconhecida e aceita como uma legítima faceta artística e gênero literário.

Vê-se que pelo fato de o cordel digital ser um objeto da *cibercultura*, poderia ter suavizado a sua narrativa de produto rústico e favorecido a sua inserção no espaço mercadológico do “mundo dos letrados”, mas não foi isso que ocorreu até o final da segunda década do século XXI.

Infere-se que um dos maiores motivos para justificar essa questão conjuntural é o da literatura de cordel ser considerada pela elite cultural um produto da cultura popular e conseqüentemente um “traço” da subcultura brasileira, assim como o cordel em si é considerado erroneamente por muitos apenas como um artefato folclórico. Por isso é possível levantar questões como: Por que não se tem *bestseller* de cordel? Por que não se tem cordelista na Academia Brasileira de Letras? Por que não se tem cordelista vencedor do Prêmio Jabuti?

O que é salutar nesses questionamentos é o fato de que correntes de pensamento, configuradas a partir da sociologia da cultura ou dos estudos culturais, têm se posicionado no sentido de rever academicamente conceitos construídos e estabelecidos em torno do que foi convencionado sobre a dicotomia entre erudito e popular, como também é salutar a influência da indústria cultural nesse processo de construção e Representação do Conhecimento.

Ressalta-se aqui a extrema preocupação para a busca por um enquadramento em torno dessa relação, especialmente se for considerado o uso da categoria “popular” para literatura de cordel, com fim em si mesmo ou como práticas informacionais dominantes.

Sempre que se atribuir o termo “popular” a um grupo sociocultural, existe uma grande possibilidade de este ser encarado como um instrumento de segregação sociocultural, pois é dado o tratamento de artesanato ao invés de arte, e de folclore ao invés de literatura. Esquece-se também que, antes mesmo de se tratar da arte, as pessoas

deveriam ser ouvidas e o ofício respeitado em sua integralidade.

Pierre Bourdieu (1996, p. 26) em seu artigo sob título “Você disse ‘popular’?”, levanta uma relevante preocupação em torno desse debate, chegando a concluir que

[...] parece que as produções lingüísticas e culturais dos dominados variam profundamente segundo sua inclinação e atitude para beneficiar-se das liberdades reguladas oferecidas pelos mercados livres, ou para aceitar as obrigações impostas pelos mercados dominantes. Isso explica que, na realidade polimorfa obtida ao se considerar todos os linguajares produzidos por todos os mercados para todas as categorias de produtores, cada um daqueles que se sente no direito ou no dever de falar do “povo” pode encontrar um suporte objetivo para seus interesses ou seus fantasmas.

Pierre Bourdieu dispõe de importantes lições. A primeira é que é visto o pleno exercício da dominação e violência simbólica. Muitos são explorados, mas por terem algum nível de representatividade e visibilidade, as pessoas podem se subjugar e aceitarem ser consideradas como “instrumentos da cultura popular” para obterem algum tipo de recompensa ou benefício, não importando esquecer os valores identitários da sua memória coletiva.

O fator identitário é uma “linha tênue” e, muitas vezes, está apenas atrelado ao fator mercadológico. A segunda lição de Bourdieu é de que é o mercado que define as fronteiras do que pode ser considerado aceitável e consumível. Nisso, muitos estão propensos a abdicarem dos princípios atribuídos às tradições para suplantarem um modo de vida secular. A terceira lição é de que os interesses populistas do Estado podem dar a oportunidade de incluir grupos sociais ou de promover um *apartheid* sociocultural. Uma quarta lição é que medidas profundas e indiscriminadas em nome da “modernização” de modelos culturais podem gerar perigo e contribuir para a diluição ou até extinção de toda uma forma de celebrar e demonstrar uma arte.

Dessas lições, tira-se de aprendizado que há interesses que são viabilizados pelas relações de poder, direta ou indiretamente. Isso leva o cordelista, quase que obrigatoriamente, a flutuar, adaptar-se e tentar ser absorvido conforme é convencionado pelos ditames da indústria cultural ou da cultura de elite.

É na cultura de massa que tende a tornar-se legítimo tudo aquilo que tem apelo mercadológico, sejam adaptações de produções cinematográficas ou livros que buscam se inspirar em cânones literários. O cordel muitas vezes submete-se a esta realidade a fim de

sobreviver, por isso, é extremamente perigoso afirmar que existe ou deve existir cultura popular em contraposição à elitista, pois são modelos diferentes, mas com alto grau de importância, cada uma com seu modo pensar e visualizar o mundo, mesmo sabendo que a cultura de elite tem o seu lugar de fala garantido no cenário nacional, ao contrário da cultura dos cordéis.

Nesse turbilhão de conflitos entre os campos, o cordel tem sofrido hibridismos para tentar alcançar importância simbólica, especialmente porque a cultura dos cordéis continua metamorfoseando suas práticas informacionais (produção, representação e mediação) e se fazendo presente em outros ambientes artísticos.

Os cordéis adentraram a um novo século com um papel crucial, o de hibridizar-se, não apenas do ponto de vista digital, mas também em relação ao “empacotamento” mercadológico para tentar serem aceitos em novas camadas socioculturais, ou continuarem sendo subjugados a uma tradição popular tipificada de forma pejorativa como produto da região nordeste do Brasil.

Uma saída é adentrar ao hibridismo cultural, valorizando o que é essencial e incorporando práticas alternativas que possam dar voz ao subjugado cordel. Para Néstor Garcia Canclini, “é possível construir uma nova perspectiva de análise do tradicional-popular levando em conta suas interações com a cultura de elite e com as indústrias culturais” (CANCLINI, 2015, p. 214-215).

A literatura de cordel precisa promover uma tensão literária organizada por meio de uma pauta de intenções; que seja propositiva e capaz de provocar um debate em torno do que lhe interessa e de onde ela quer chegar no futuro. Está sendo colocada para literatura de cordel a tarefa de não apenas tratar de sua construção histórica ou sua forma de fazer o ofício, até porque esse debate já está sedimentado, mas a possibilidade de se pensar em uma economia criativa da informação, onde se idealize toda a complexidade do que seja sua arte, abarcando os incluídos e os excluídos da própria literatura, como também, sua relação marginal com a indústria cultural e cultura de elite. O cordel precisa ampliar a sua fatia de mercado, pois existe a possibilidade de o mesmo deixar de ser apenas uma literatura de nicho.

Evidentemente não se trata de deturpar ou “profanar” a literatura de cordel em sua gênese, mas aproveitar o que existe de melhor no pensamento do hibridismo cultural, das Tecnologias de Informação e Comunicação e das boas práticas de Gestão Cultural e colocar à

disposição do cordelista, e ele destes campos.

Quantos cordelistas passaram a ser conhecidos em virtude do *ciberespaço*, por exemplo? Com a sociedade em rede, muitos passaram a obter públicos acompanhando-os, superando os seus limites territoriais. Mas também, quantos cordelistas não foram incluídos pela *cibercultura*?

É preciso ser vigilante a esse cenário, para que se possa superar essa realidade. É necessário incluir aqueles que estão separados pelos muros da alfabetização e da digitalidade, pois estes têm nas mãos um grupo de domínio, onde uma parcela dele sofre das mais básicas carências educacionais e econômicas.

Apesar de não existir pesquisas com esse intuito, é notório para os (as) pesquisadores (as) da literatura de cordel que muitos cordelistas vivem em meio a um alto grau de vulnerabilidade sociocultural e infoeconômica.

Ações precisam ser feitas para responder à segregação sofrida pela maioria dos cordelistas. É preciso que o Estado crie ações afirmativas, que a Educação Básica favoreça a alfabetização e o letramento e a Universidade a sua inclusão digital e competência informacional. Só assim será possível construir a utopia da emancipação do saber.

Mesmo assim, é evidente que a hiper-realidade pode impulsionar o surgimento de um novo público consumidor de literatura de cordel sem abdicar do atual, aos que têm, traspondo assim, o temor de seu silenciamento sociocultural.

A cultura da *internet* não é uma realidade de toda população brasileira, inclusive dos cordelistas. Mesmo assim, pode ser encarada como um fator de redução das barreiras sociotécnicas.

Vê-se que existem profundos desafios, internos e externos, de maior e menor grau de complexidade. É preciso pensar para além do ato de escrever o texto; é preciso visualizar e viabilizar uma cadeia produtiva proativa, pois o produto precisa ser refletido desde a sua concepção até a sua distribuição e relacionamento com o cliente.

Uma coisa é ter um texto digital disponível na internet, outra é fazer com esse texto gere renda ao poeta cordelista, sem contar aos que ainda estão submersos no mundo analógico.

Com isso, de uma forma ou de outra, o campo, o intelectual e a cultura dos cordéis, são constantemente influenciados nessa relação entre os grupos que tendem a dominar e aqueles a serem dominados. É uma relação que é estabelecida pelo poder simbólico

hegemônico nos mais diversos grupos de domínio, inclusive na literatura de cordel.

Todavia, caso esses grupos de domínio se adaptem ao ponto de gerar uma consonância com o que é estabelecido pela cultura de massa e a de elite, sem descartar seus princípios básicos, talvez seja possível minimizar impactos socioculturais e infoeconômicos.

A simples ação de converter o formato tradicional do cordel a um formato de livro 14x21cm; dispor de cordel em formato (.mobi) ou (e-pub), ou disseminar esses conteúdos em plataforma de e-commerce, por exemplo, pode fazer com que uma pessoa que não era consumidora de folhetos passe a adquirir cordéis a partir de uma ressignificação de projeto editorial ou mudança de prática mercadológica.

Um ato como este poderia implicar, em algum grau, na questão identitária e no sentido e sentimento de pertença, mas aí volta uma questão já levantada: é momento de adaptar para avançar, como já fora feito em outras décadas, ou de parar e viver sob o esteio cristalizado de fazer poesia de cordel?

Ao passo que se debruça sobre as referências do campo, dá-se conta de que essa relação entre erudito, cultura de massa e popular não deveria existir, ou ser minimizada, principalmente porque estes três são:

- I. Derivações que compõem a mesma categoria, ou seja, literatura;
- II. Na literatura brasileira, suas peculiaridades se encontram por meio do gênero literário, ou seja, se ao dito erudito pode haver uma poesia chamada de soneto ou concretista, por exemplo, ao dito popular, pode existir um poema definido como cordel. São facetas da mesma moeda. Ou seja, na literatura deveriam existir as categorias: poesia em soneto e poesia em cordel. Deveria ser partes do todo, incluídas dentro do mesmo escopo: literatura brasileira.
- III. Ressignificações de visões do mesmo mundo simbólico.
- IV. A poesia pode ascender o surgimento de um *bestseller* aclamado pela crítica, independentemente do estilo literário.

Considerando que termos como *vintage* e *old school* podem ser ressignificados e ser objetos de desejo de grande parte da população, por que o cordel não pode ascender e ter o mesmo nível de potência, física, cognitiva, sociocultural e comercial?

Com as transformações na contemporaneidade e a emergência da “indústria 4.0”, as

artes têm sofrido influências e transformações. Com o cordel não é diferente. O cordel já se mostrou ser inspiração a outros tipos de artes, inclusive a de elite. São duas potências que podem funcionar de forma complementar e com um alto grau de imbricação. Uma não precisa ser “usurpadora” da outra, ao contrário, podem se hibridizar, se reconectar e apresentar como uma nova possibilidade de tratar o mundo literário.

O que foi a Semana de Arte Moderna, se não um movimento e momento de ruptura sociocultural, que permitiu visualizar o Brasil de forma diferente, mesmo que inicialmente tenha se dado sob a ótica majoritária do “intelectual paulistano”?

São diversas as obras oriundas de cordéis que influenciaram ou derivaram obras dentro do que havia sido estabelecido como erudita. O cordel não influencia apenas a forma de pensar da sociedade, mas também contribui significativamente para o fortalecimento de uma cultura nacional composta por distintas maneiras de expressão.

Para ilustrar esta assertiva, tem-se como um singular exemplo o caso da obra “O Auto da Compadecida” de Ariano Suassuna (2018), que segundo Gaudêncio (2014, p. 66) “foi inspirada em quatro folhetos”, respectivamente: “‘O Cavalo que defecava dinheiro’ e ‘O testamento do cachorro’ de Leandro Gomes de Barros; ‘O castigo da Soberba’ de Silvino Pirauá de Lima; e ‘Proezas de João Grilo’ de João Ferreira de Lima”.

O cordel tem no multiculturalismo e na transversalidade a sua principal motivação, no sentido de ouvir e transfigurar através sensibilidade poética tudo o que é manifestado pela sociedade.

Assim, tomando como ponto de apoio os estudos construídos pela Ciência da Informação em diálogo com a sociologia da cultura, entende-se que o discurso que se constrói em torno da relação entre cultura erudita, sociedade de consumo e popular, nada mais é do que uma convenção do poder hegemônico transposto e formatado pela comunidade científica, transformado e legitimado como “verdade” em meio ao povo, da massa e transformado em *sensu comum* por meio das relações conflituosas de poder.

Para superar esse cenário, é preciso:

- I. Virada paradigmática: iniciando pela academia, por meio da ideia da Descolonização do Saber, no sentido de rever sua mentalidade e o seu posicionamento científico e cultural com vistas a construir novas práticas;
- II. Transformar o que é estabelecido por *sensu comum*, conforme questiona

- Gramsci (1978) na obra concepção dialética da história;
- III. Resignificar a ideia de intelectualismo cultural vigente para dar lugar a uma reconexão da diversidade onde os intelectuais e a organização da cultura (GRAMSCI, 1982) consigam romper barreiras historicamente cristalizadas;
 - IV. Desenvolver um Ecosistema de Saberes, que seja criativo com vistas a favorecer uma propositiva economia da informação.

Estas proposições se dão em virtude de compreender que o cordel, para o *senso comum*, em grande medida, apesar de ter sido reconhecido recentemente como “patrimônio cultural do Brasil” pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) através do Processo nº 01450.008598/2010-20 (BRASIL, 2018), continua infelizmente sendo visto como algo que carrega em seu “DNA” a marginalidade. Esse pejorativo cenário quando é bem visto é chamado de folclore.

A Literatura de cordel jamais foi considerada um gênero da literatura brasileira. Não havendo essa possibilidade, esse preconceito é levado do *senso comum* para academia, que também faz o movimento inverso.

Claramente há uma luta desigual. Mesmo assim, carece-se de iniciativas para colocar o cordel em condição de igualdade a outros campos do saber e da própria literatura. No contexto da academia, isso não é diferente. Se for feita uma rápida pesquisa em unidades de informação no Brasil, vai se perceber que a produção científica também é limitada quantitativamente (livros de pesquisa ou folhetos de cordel). O movimento de aceitação e legitimação do cordel dentro do campo científico e cultural também é doloroso, seja do ponto de vista linguístico, semiótico, sociológico ou informacional.

Todavia, mesmo considerando as distintas limitações conjunturais, é a academia que deve fazer esse movimento de legitimação, através de seus pesquisadores das mais distintas formas e áreas de domínio.

Nacionalmente, é possível visualizar e mencionar, segundo a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que até o momento foram depositadas 108 dissertações e 22 teses com o assunto “cordel” (BDTD, 2019).

Localmente, considerando o campo da Ciência da Informação temos as seguintes produções (Teses e Dissertações):

Quadro 5 – Produção científica dos (as) pesquisadores (as) brasileiros (as) sobre a Literatura de Cordel aplicada a Ciência da Informação no século XXI

Item	Autoria	Título	Ano	Tipo de material
1	Raimunda Fernanda dos Santos	Indexação de xilogravuras em versos: a representação entre o real e o imaginário coletivo	2019	Tese
2	Manuela Eugênio Maia	Práticas autorais do cordel no contexto da propriedade intelectual	2018	Tese
3	Charlene Maria dos Santos	Percurso temático e figurativo na literatura de cordel	2016	Dissertação
4	Gisele de Lima Teixeira	Maria de Araújo: a memória da beata Juazeiro do Norte na literatura de cordel	2015	Dissertação
5	Sale Mário Gaudêncio	Representação da informação de <i>cibercordéis</i> em <i>blogs</i> : uma análise sob a luz da semântica discursiva.	2014	Dissertação
6	Vania Ferreira da Silva	Informação e memória na literatura de cordel: produção e fluxo	2012	Dissertação

Fonte: Adaptado da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (2020).

São 4 dissertações e 2 teses, onde todas foram defendidas na região nordeste do Brasil, exclusivamente na segunda década do século XXI. Ainda há muito a trilhar nesse campo, mas os desbravadores da Ciência da Informação já começaram a dar os primeiros passos rumo a pensar um debate mais profundo e tirar o cordel do silenciamento acadêmico, especialmente porque é com o campo informacional que se pode realizar estudos sobre os impactos da informação na sociedade contemporânea.

Mesmo assim, vê-se que enquanto o campo científico não potencializar o campo cultural em sua plenitude, facetas culturais ou grupos de domínio continuarão marginalizados, seja no ambiente analógico ou no espaço digital.

Tratar o cordel como patrimônio imaterial e não concebê-lo como um gênero literário da cultura brasileira é um erro dicotômico e contraditório, que ao invés de contribuir para o seu fortalecimento, lhe permitirá continuar vivendo nos “porões” da cultura nacional, mas que diferentemente do momento pré-IPHAN, ou seja, antes do seu reconhecimento formal, agora se tem uma nova roupagem para esta narrativa.

Não obstante, vale alertar que sem ações estratégicas, esse reconhecimento como patrimônio imaterial em quase nada contribuirá para mudança da realidade social desses

(as) cordelistas, que constantemente têm feito das suas produções intelectuais seus instrumentos de democratização da informação, mediação do saber e subsistência pessoal e familiar. Até o momento, o que foi melhorado na vida do cordelista após o cordel ser reconhecido como patrimônio imaterial?

É preciso que sejam viabilizadas práticas transformadoras ao cordelista, como cooperativas, ONGs, a iniciativa de torná-los microempreendedores, ou outras soluções que venham a transformar positivamente suas vidas, caso contrário, ele continuará em risco. Essa é também uma importante contribuição que pode ser efetivada, caso se perceba o cordel nessa lógica do hibridismo cultural.

O reconhecimento do IPHAN é apenas uma etapa dos mais distintos passos que ainda são necessários para equacionar as demandas historicamente reprimidas e silenciadas da sua vida e profissão. Portanto, são necessárias iniciativas de impacto, fazendo com que a arte do (a) cordelista permita a sua sobrevivência em meio ao mundo da competitividade com algum tipo de dignidade. Isso seria plenamente diferente se o cordel fosse reconhecido enquanto um gênero literário da poesia brasileira, e se fossem criadas políticas públicas afirmativas direcionadas ao cordelista, que viabilizassem sua inserção na sociedade e na economia da informação do século XXI.

4.4 Biblioteca líquida: busca pela preservação do volátil

A construção do conceito de *biblioteca líquida* efetivado nesta pesquisa parte do contexto contemporâneo com o qual a civilização está diretamente envolvida, ou seja, da sociedade da informação e do conhecimento cujo processo de construção do saber, a cada dia que passa, é mais influenciado por um emaranhado de dados que torna o movimento de organização, gestão e mediação do conhecimento cada vez mais difícil e desafiador, fazendo emergirem espaços para atuarem como o “conhecimento líquido”, aquele que está disperso no *ciberespaço*, mas que precisa ser “curado”.

De maneira complementar, utiliza-se também nesta pesquisa, como inspirações fundantes, as contribuições teóricas de Bauman (2014) a partir da ideia de “pensamento líquido”, para dizer que as relações sociais, os formatos de acesso, uso, organização e recuperação estão sendo metamorfoseados a todo instante, fazendo com que aja, a partir da concepção de hiper-realidade, aqui explicitado por Baudrillard (1991), um estreitamento de

tempo e espaço.

As unidades de informação e seus profissionais mediadores do conhecimento registrado, independente da área de atuação, precisam compreender o atual momento e os impactos do fenômeno informacional. Por isso, a Ciência da Informação e os seus respectivos profissionais só podem exortar pelo fenômeno da digitalidade, se, e somente se, viverem este fenômeno.

Partindo dos princípios de modernidade líquida e hiper-realidade, a comunidade científica e a sociedade têm nas mãos um simulacro de instantaneidade que transcende tudo o que conhecemos por modelos de bibliotecas, profissionais e usuários, por exemplo.

Adicionado a isso, vê-se que existem inúmeras barreiras, espaços e maneiras de desigualdades e exclusões socioculturais, especialmente se for considerada a conjuntura pós-colonialista que ocorre nas relações de poder, seja por meio de questões unilaterais ou multilaterais, seja por uma questão global ou local.

Nesse âmbito, não se pode refletir suas questões sem incluir o profissional da informação e a sua realidade sociocultural, pois, em certa proporção, estes profissionais ainda não se deram conta de sua importância para contribuir com a redução das desigualdades sociais. Uma parcela profissional ainda está imersa nas mais distintas formas coloniais de pensamento. Mesmo assim, considero importante ressaltar que pesquisas e ações foram e estão sendo desenvolvidas na Ciência da Informação, objetivando incluir indivíduos excluídos.

Esta discussão é levantada por considerar que estes atores do conhecimento não estão dissociados, tampouco podem ficar desconexos do que ocorre em seu ecossistema informacional antagônico, que por um lado se mostra como um democratizador do conhecimento, mas por outro se revela como um promotor de desigualdades.

Estes aspectos levantados nos levam à outra questão relevante, que diz respeito à construção de hibridismo sociocultural, tão complexo que faz com que uma determinada unidade de informação e seus profissionais percebam que independente do seu modelo, a informação está em todo lugar e ao mesmo tempo.

O tempo também é líquido (BAUMAN, 2007), e sobre o tempo (ELIAS, 1998), é preciso se debruçar para compreender que da mesma maneira que um livro pode ter sua importância estratégica, isso também pode ocorrer de forma igualitária ou até superior com um *post* em uma determinada mídia social.

Chegou o momento de considerar o objeto digital em toda a sua complexidade. Não apenas o de cunho científico, mas também aquele que é oriundo de um grupo no *Facebook*, de um *post* no *Twitter*, de *stories* do *Instagram*, ou até mesmo de mensageiros como *WhatsApp* e *Telegram* por exemplo.

Se naturalmente o profissional da informação é considerado um curador de conteúdos de tudo o que está “emaranhado”, sob a alcunha pejorativa da “universalidade” e do “disperso” na *rede*, ele precisa encontrar maneiras de ser um mediador informacional, que diante deste turbilhão de informações relevantes e falsas seja capaz de promover o conhecimento daqueles que estão na marginalidade do saber.

Um classificador do conhecimento registrado, nesse contexto, recebe o chamamento simbólico para se ressignificar e perceber que se tem nas mãos uma *biblioteca líquida*, fluida, fugaz, onde a sua presença e o seu conteúdo estão em todos os lugares e sem restrição de tempo ou espaço. Ele pode objetivamente estar alicerçado ao mesmo momento com “os pés no chão” e o “espírito¹⁷ nas nuvens”.

A *biblioteca líquida* precisa ser, ao mesmo tempo, hiper-real e híbrida, democrática e plural, horizontal e incluyente, aberta e integradora. Ela deve ser fruto da cultura da convergência digital (JENKINS, 2009), que transforma limites em ambientes desterritorializados, contribuindo para garantir de uma Ciência Aberta.

Esta *biblioteca líquida* poderia ser a “MEMEX” do século XXI, mas com uma diferença, as tecnologias vigentes precisam permitir a transcendência da Utopia de outrora. Esta unidade informacional conseguiria estar ao mesmo tempo disposta no mesmo lugar, de distintos ODI, com atenção especial aos saberes que são negligenciados pelo poder dominante.

Com a ideia de *Biblioteca Líquida*, seria permitido um legítimo encontro entre a Biblioteca clássica e a biblioteca digital (incluindo a biblioteca *Second Life*). Todas as experiências estariam imbricadas, permitindo que o que outrora era inimaginável agora possa ser viabilizado.

Os Ambientes Digitais de Informação funcionariam 24 horas por dia, sete dias por semana. Seriam criados como polos avançados do saber. Isso poderia aproximar os grandes centros das periferias, o campo e a cidade. O diálogo seria mediado e possível.

¹⁷ No sentido de conhecimento.

Essa ideia passa necessariamente por um amplo e profundo processo de Descolonização do Saber, que refletiria em uma drástica Política de Desclassificação do Conhecimento no mundo e do Brasil. Quantas Instituições de Ensino, Unidades de Informação e dos Entes Federativos do Estado estariam dispostos a rever sua forma de construir os currículos e gerenciar suas Unidades do Conhecimento, para incluir os “subalternizados do saber”?

Pensar assim e constatar realidades como estas, facilitaria ao profissional da informação promover debates e ações sobre gerenciamento, curadoria digital, *marketing* social e de inclusão às pessoas das comunidades que se avizinham às unidades de informação.

É momento de ressignificar o debate dos processos de Representação do Conhecimento, especialmente quando consideramos os ODI, que são em essência voláteis e fluidos, mas que mesmo com esta realidade, se estudarmos a profundidade do *ciberespaço*, se constatará que os “excluídos do saber” também estão presentes nele, buscando espaço para serem ouvidos e ter o seu lugar de fala favorecido.

No contexto das *bibliotecas líquidas*, a Organização do Conhecimento precisa ser pensada de forma transversal e multicultural. Os documentos tradicionais e digitais precisam estar juntos e interligados. Não há mais espaço pra cisões entre formatos informacionais e os sujeitos do saber.

Lancemos um exemplo para ilustrar estas observações: imaginemos o cenário onde essa realidade dos ambientes tradicionais e dos digitais (incluindo os de *second life*) estivesse instaurada e em pleno funcionamento, que ao chegar ao ambiente tradicional, o usuário da informação procurasse, pela primeira vez, por um determinado livro físico e não soubesse como encontrar.

Para este ambiente, não seria problema, pois, em primeiro lugar, ele teria em suas mãos um repositório digital ou um dispositivo móvel, que integrasse Inteligência Artificial (IA), Realidade Aumentada e Georreferenciamento, com interface agradável e amigável de um Jogo Digital, onde, a cada Objeto Digital de Informação encontrado, o usuário da informação e a Unidade de Conhecimento (Biblioteca, Arquivo, Museu), pudessem produzir pontos.

Adicionado a isso, o usuário da informação, incluído dentro das práticas e metodologias ativas promovidas pelo Sistema, teria um papel de contribuir de forma

coletiva e colaborativa com soluções para a biblioteca, por exemplo.

Nessa lógica, o cordel (também o *cibercordel*), a composição do *rapper*, a moda de viola, o manifesto feminista, os livros sagrados orientais, dentre outros, poderiam estar disponíveis e visíveis a toda comunidade, sem distinção ideológica ou de direcionamento canônico.

O profissional da informação dará para o usuário a oportunidade de incluí-lo como parte integrante, construtora e necessária para a Organização do Conhecimento registrado e da mediação informacional.

A coleção passa a permitir classificações, catalogações e indexações horizontais, colaborativas e includentes, onde os conteúdos informacionais estarão na palma da sua mão e sob o seu instigante olhar. Em função disso, Santos (2016, p. 17), observa que

[...] modelos que delineiam atividades colaborativas de indexação a serem executadas pelos usuários - como estratégias de descrição dos conteúdos dos recursos em um sistema - e servem de referência para o desenvolvimento de sistemas colaborativos de indexação, podendo ser adaptados ou aperfeiçoados em diversos contextos. Tais modelos delineiam a interação e comunicação entre os seus usuários na realização de atividades que compõem o processo de indexação colaborativa, que podem ocorrer em diferentes cardinalidades: de um para um; um para muitos; muitos para um; ou de muitos para muitos.

Tudo pode passar a ser viabilizado mediante um processo de *Gamificação Informacional*, que conceitualmente, para Cattivelli, Monsani e Juliani (2016, p. 71), a “gamificação ou do inglês *gamification* consiste em trazer os métodos utilizados nos jogos para o ambiente organizacional, educacional ou qualquer área que se proponha a envolver um público-alvo com determinada tarefa”.

Nesta mesma linha de pensamento, Vasconcelos (2016), observa que o

[...] principal objetivo é aumentar o engajamento e despertar a curiosidade dos usuários e, além dos desafios propostos nos jogos, na *Gamification* as recompensas também são itens cruciais para o sucesso. Embora não seja necessário criar um jogo em si, a prática tem ganhado muito espaço na sociedade, e vem sendo inserida até em aplicativos e livros.

Disso, se tira como lição que se envolvermos o processo de Representação do Conhecimento com a prática de reconhecimento da realidade social e dinâmicas inovadoras,

não só os modelos de Organização do Conhecimento passarão a ser vistos com outros olhares, como também serão permitidas ações que gerem desdobramentos com impactos socioculturais, criando um novo nível de relacionamento e fidelidade.

Permite-se aí um *marketing* social capaz de dar densidade e profundidade às ações idealizadas pelas Unidades de Informação e seus profissionais, fazendo com que o produto informacional passe a ser pensado desde a concepção até a saída do material do ambiente informacional.

Portanto, *Biblioteca Líquida* é o ambiente, cuja função é curar, gerir, organizar, mediar e dispor ao interagente o ODI oriundo do conhecimento volátil, disperso e não legitimado (pelo caos informacional e pelo conhecimento hegemônico), mas que tem potencial para que seja uma fonte de informação de alto valor agregado.

Se a Organização do Conhecimento reconhecer e se apropriar desse cenário, todos os outros os processos e etapas organizacionais ficarão mais fáceis. A Organização do Conhecimento através da RSC, nessa conjuntura de *biblioteca líquida*, tem a oportunidade de dar ao fugaz e ao “marginalizado do conhecimento” a oportunidade do respeito à diferença, à medida que congrega as diversas formas de conhecimento no mesmo ambiente organizacional.

5 METODOLOGIA

O percurso metodológico buscará reduzir incertezas referentes e inerentes ao processo de investigação científica. Caminharemos rumo a uma vigilância metodológica frente ao que é preconizado no campo da Ciência da Informação.

A escolha da metodologia mais adequada a um projeto de tese é certamente um momento de incerteza para o estudante das ciências sociais e em especial da Ciência da Informação. [...] não há, na Ciência da Informação, métodos preferenciais ou abordagens teóricas exclusivas, possibilitando ao pesquisador ampla escolha de métodos e estratégias. Talvez refletindo e reforçando a sua condição de disciplina em constante expansão, sem limites definidos (MUELLER, 2007, p. 9).

Observando esses apontamentos, caminharemos em busca de mostrar estratégias metodológicas que dialoguem com o referencial teórico e o direcionamento epistemológico apresentados até o momento.

É nesse entender que Gonsalves (2011, p. 63-64) sinaliza para uma “questão metodológica” que

[...] indica um processo de construção, um movimento que o pensamento humano realiza para compreender a realidade social. Isso significa que, ao registrar o seu percurso metodológico, você estará evidenciando a sua postura epistemológica como pesquisador, ou seja, você deixará pistas de como está concebendo a relação sujeito-objeto do conhecimento (GONSALVES, 2011, p. 63-64).

Para esta investigação é feita uma opção que busca “constatar a necessidade de procurar por um instrumental metodológico que faça frente, convenientemente, à possibilidade de organização híbrida, além de escolher a diversidade e a possibilidade da instabilidade conceitual” (LARA; MENDES, 2017, p. 380).

5.1 Abordagem metodológica

Em linhas gerais, o meio usado para dar conta da inerente complexidade do **Objetivo Geral**¹⁸ foi a **Bricolagem Científica**, que ocorre por meio de um direcionamento metodológico capaz de permitir uma possibilidade de análise e interpretação à luz do paradigma social da Ciência da Informação, tendo como fontes aglutinadoras e de interconexão os Marcadores Sociais, a Semântica Discursiva, a Análise de Redes em Mídias Sociais e a Dialética do Conhecimento, agindo numa Bricolagem Científica e metodológica capaz de permitir uma relação dialógica, crítica e interseccional.

A princípio, pode parecer que temos múltiplos domínios com atuações díspares, porém na verdade essas distintas visões se apresentam como complementares – intrínsecas e dialéticas, pois suas possibilidades teóricas e metodológicas vão se acomodando em camadas como se fosse um “tear”, em busca de uma unicidade para dar conta de uma discussão que até o momento não fora investigada da forma como está sendo apresentada.

Ressalvadas as suas particularidades, a visão integradora vai se colocando de maneira a cumprir o seu papel dialético, articulador e, em certa medida, transgressor, à medida que o conhecimento vai se materializando enquanto potência transformadora. Assim apresenta-se a bricolagem enquanto abordagem metodológica.

Segundo Rampazo e Ichikawa (2009, p. 4), através da investigação *Bricolage*: a busca pela compreensão de novas perspectivas em pesquisa social, “em pesquisa em ciências humanas e sociais também se fala em *bricolage*, para denotar as características de criatividade e interdisciplinaridade na construção das investigações”. Na “pesquisa *bricolage*, o cientista está presente, pois é ele quem desenha a pesquisa; é ele quem decide o que é ou não relevante para o projeto; é ele quem cria seu modelo conforme o objeto de pesquisa, [...]” (RAMPAZO; ICHIKAWA, 2009, p. 6).

À metodologia da bricolagem é possível mostrar que “ao respeitar os diversos olhares e experiências que permeiam a sociedade multicultural contemporânea, a bricolagem altera a lógica dominante na produção de conhecimentos” (NEIRA; LIPPI, 2012, p. 610).

¹⁸ Propor um método de Representação do Conhecimento à luz do paradigma sociocultural da Ciência da Informação, que seja capaz de organizar e compreender *cibercordéis*, cujos ODI são híbridos e voláteis.

Rodrigues, Therrien, Falcão e Grangeiro (2016, p. 974) entendem que “a bricolagem científica constitui (*sic*) alternativa reflexiva de concepção do mundo e do homem, considerando as múltiplas determinações do ser [...], tanto como produto e produtor dialético do meio social em que está inserido, quanto como sujeito da história”. Neste sentido, de acordo com a metodologia da bricolagem

[...] abrem-se portas para visualizar o objeto de investigação sob olhares diversos. [...] A abordagem em foco entende que o diálogo crítico entre áreas disciplinares diversas, ao mesmo tempo que amplia a compreensão do objeto, produz igualmente a possibilidade de contradições, dúvidas e questionamentos importantes (RODRIGUES; THERRIEN; FALCÃO; GRANGEIRO, 2016, p. 975).

O pesquisador amplia o seu foco investigativo em relação ao observável, e permite que o escopo seja capaz de apresentar uma investigação mais robusta no tocante aos olhares que se tornam possíveis. Assim, o

[...] *bricoleur* não é ingênuo. Consciente que seu objeto de pesquisa, ele está fortemente ligado a si e a sua constituição enquanto indivíduo; ele não nega essa relação intrínseca, mas amplia suas possibilidades de pesquisa sabendo que a multiplicidade de abordagens irá gerar resultados sob perspectivas diversas. Sendo assim, não aceita os resultados enquanto verdade absoluta, mas como aproximações temporais, limitadas e provisórias da realidade (CAMPOS; RIBEIRO, 2018, p. 5).

Vê-se, então, a bricolagem como uma abordagem plural e integradora, que valoriza o reconhecimento da multiculturalidade com intuito de desvendar os seus fenômenos a partir de seus dilemas e prismas, que por um lado sugere um olhar à diferença e por outro para alteridade.

A bricolagem pode congrega distintas maneiras de pensar em direção a um objetivo comum: desvendar as minúcias do objeto científico. Desta maneira, esta tese sugere fazer uso das respectivas abordagens metodológicas, a saber: a) Análise de Redes em Mídias Sociais; b) Marcadores sociais; c) Semântica Discursiva; d) Dialética do Conhecimento.

Desta maneira, para responder ao **Objetivo Específico 1**¹⁹, foi feito o uso da **Análise de Redes em Mídias Sociais** por meio do *software Gephi*.

¹⁹ Prospectar *cibercordéis* na mídia social *Facebook*.

No intuito de responder aos objetivos, respectivamente, **Objetivo Específico 2²⁰** e **Objetivo Específico 3²¹**, a investigação fez uso combinado da **Semântica Discursiva** com a **Categorização de Marcadores Sociais**.

Todavia, conforme será visto na seção de Análise e Interpretação dos Resultados, a **Semântica Discursiva** será analisada à luz do processo de **Discursivização e Figurativização**, enquanto os **Marcadores Sociais** serão face ao conceito de **Interseccionalidade**.

Propondo-se a responder o **Objetivo Específico 4²²**, foi feito uso de princípios da **Dialética do Conhecimento**, com análises feitas mediante os princípios da **Contradição** e da **Totalidade**.

Portanto, de forma específica, são apresentadas na sequência as metodologias integradoras da Bricolagem Científica que viabilizaram a pesquisa:

5.1.1 Análise de Redes em Mídias Sociais

Frente ao contexto das mídias sociais, o nível de intensidade é tão voraz que a “linha do tempo” parece ter sido “estreitada” ou diluída, fruto das rápidas atividades de produção de informação, geração do conhecimento e “interação da rede” (PRIMO, 2016) que ocorre através da cibercultura (LÉVY, 2014; LEMOS, 2015) e no contexto da sociedade em rede (CASTELLS, 2011). É em virtude disso que as mídias sociais promovem segundo Ferreira (2011, p. 214) um “padrão de contatos ou interações, entre as quais se estabelecem diversos tipos de relações e, por meio delas, circulam diversos fluxos de informação”.

É nesse limiar que expressões como “Comunidades Virtuais, Sociedade em Rede e Tribos Urbanas tem surgimento e se popularizado como aspectos que atestam para o reconhecimento das rápidas e profundas alterações nas formas como nos relacionamos uns com os outros” (FRAGOSO, 2014, p. 14). Tão importante quanto entender as mudanças em curso, é compreender a forma como nos comportamos e vivemos esses territórios mediados por computadores através de sua rede pujante de conexões.

²⁰ Identificar e analisar figuras, temas e marcadores sociais no *Facebook* e Realizar processo de análise e síntese dos *cibercordéis* identificados nos Grupos do *Facebook*.

²¹ Idem.

²² Construir uma proposta de ressignificação conceitual dos termos selecionados e oriundos dos *Cibercordéis* presentes nos Grupos do *Facebook*.

No contexto da forma de se apresentar, didaticamente, é possível dizer que as mídias sociais são compostas pelos mais diversos modelos de sites ou plataformas digitais de interação social. Por exemplo: *facebook*, *twitter*, *snapchat*, *instagram*, *whatsapp*, *linkedin* e *tumblr*, para dizer as mídias mais conhecidas.

Cada uma tem a sua própria lógica, concepção e público alvo, contudo, as suas finalidades são as mesmas, ou seja, a interação através de suas redes sociais virtuais (CRUZ, 2010), conforme topologia específica (RECUERO, 2014), seja por meio de texto, imagem, vídeo ou símbolos.

Nesse contexto, e tomando o *facebook* como referência, cada mídia social se organiza por meio de redes sociais virtuais, o que a princípio se dá através de uma rede pessoal (perfil pessoal ou de uma *fanpages*) e seus amigos ou seguidores, ou de forma coletiva, por exemplo. Simbolicamente, uma rede se configura por de meio *nós (nodos)* e *arestas*, conforme explicita Recuero (2015) ao tratar dos postulados das análises de redes para mídias sociais.

Observando as redes sociais virtuais com características coletivas, haverá os grupos ou comunidades virtuais, que se estruturam e organizam por meio de áreas de domínio com interesses comuns, seja qual for a sua motivação. Assim, sistematiza-se essa posição considerando sequencialmente: a) Mídia Social; b) Rede Social Virtual; c) Grupo/ Comunidade Virtual. Ao realizar este delineamento, chega-se à intenção desejada, ou seja, a de refletir a natureza das microestruturas, por meio das comunidades virtuais.

Na visão de Recuero (2014), o surgimento das comunidades virtuais, em certa medida, se dá em virtude das pessoas em seu mundo *offline* não terem mais tempo para destinar àquelas atividades tradicionais, tenham elas caráter doméstico, social, profissional ou de entretenimento. Estes atores preferem destinar o seu tempo livre a ambientes virtuais de troca de experiências que são mediadas por máquinas e que, de alguma maneira, contribuem para interação de informação e comunicação.

Considerando os aspectos anteriores e relacionando-os ao que propõe esta investigação, se faz necessário entender as motivações da presença do *cibercordel* no contexto da sociedade em rede, especialmente das suas comunidades virtuais de mídias sociais.

Desta maneira, ao que tange a análise de redes sociais, ela deve levar em consideração dois aspectos centrais, que são os *nodos* ou *nós* e as conexões. Quanto aos

nodos “[...] são os atores sociais, representados através de seus perfis na rede”, sejam eles “[...] indivíduos, grupos de indivíduos ou instituições. Também é possível estudar a relação entre conteúdos em um site de rede social [...]. Nesse caso, os *nós* podem ser as mensagens compartilhadas entre os usuários. Cada mensagem pode representar um *nó*” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 90-91, grifo nosso). De forma complementar, a coleta também foi feita sob a perspectiva das conexões, estas por sua vez “[...] podem representar relações variadas e mudar em cada tipo de site de rede social” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 91).

No *facebook*, por exemplo, “[...] as conexões podem ser estabelecidas entre os amigos – ter alguém em sua lista de contatos significa possuir uma conexão com essa pessoa. Além disso, é possível analisar, [...] a pertença a grupos comuns ou o fato de curtir páginas em comum como uma relação de conexão entre dois ou mais atores” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 91).

Para esta abordagem, será feito o uso do *software Gephi*, que segundo a desenvolvedora é uma ferramenta de “[...] visualização e exploração para todos os tipos de gráficos e redes” (GEPHI, 2016). Coadunando com esta assertiva, Bastian, Heymann e Jacomy (2009, tradução nossa) sinalizam que através dele será possível “[...] explorar e manipular redes”.

Com o *Gephi* tem-se “[...] ferramentas que permitem a visualização de dados gerados por usuários preexistentes que são usados para analisar dados existentes disponíveis para os usuários. Eles são simples de usar com funcionalidades intuitivas [...]” (KUZ; FALCO; GIANDINI, 2016, p. 95, tradução nossa).

Adicionalmente, o *Gephi* na sua versão 0.9.2, apresenta como principais funcionalidades:

Quadro 6 – Sobre as funcionalidades gerais do *Gephi*, versão 0.9.2

a) Menu principal	<ul style="list-style-type: none"> • arquivo • área de trabalho • exibir • ferramentas • janela • ajuda
b) Menu secundário	<ul style="list-style-type: none"> • visão geral • laboratório de dados

	<ul style="list-style-type: none"> • visualização
c) Área de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • aparência • distribuição dos algoritmos • contexto • estatísticas

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Essas funcionalidades irão criar diversas possibilidades contributivas, de representação e de visibilidades aos dados tratados no contexto do *Gephi*, especialmente porque se permite a utilização de algoritmos com distintas funções para melhorar a acurácia do que é prospectado pela pesquisa e analisado a partir do *software*.

5.1.2 Marcadores Sociais

Ao buscar realizar estudos no campo dos Marcadores Sociais, Hirano (2019, p. 28) recomenda que é preciso saber que eles “apareceram, em uma mesma época, a partir de lugares de fala diversos, articulados a contextos e a linhagens acadêmicas distintos”. Dentre esses lugares, um que apresenta relevante destaque é o das teóricas feministas negras, especialmente a partir dos debates sobre a Interseccionalidade. Isso fica evidente ao compreender que embora

[...] o termo “interseccionalidade” tenha sido cunhado apenas em 1989 pela teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw [...], a preocupação em entrelaçar distintas formas de diferenciações sociais (e de desigualdades) é bem anterior, e um de seus marcos simbólicos tem sido visto como as contribuições do influente manifesto de 1977 do *Combahee River Collective* (HENNING, 2015, p. 102).

Esta luta já vivenciou diversas ondas (RIBEIRO, 2014) ao longo da história, que também de acordo com a pesquisadora e ativista para causas da igualdade de gênero, Kimberle Crenshaw, é mister acrescentar que, inspiradas

[...] pela vontade de discutir a desigualdade que atinge mulheres em todo o mundo, as ativistas dos direitos humanos vêm realizando significativos ganhos nas últimas décadas, assegurando a maior inclusão do tema do abuso dos direitos relativos às mulheres e ao gênero, nos discursos dos direitos humanos. Em nível formal, o princípio da igualdade de Gênero, no

que se refere à fruição dos direitos humanos, baseia-se na Carta da Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo depois explicitado na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres [...]. Essas garantias foram detalhadas através de uma série de conferências mundiais, incluindo as do Cairo, de Viena e de Beijing (CRENSHAW, 2002, p. 171).

Esses instrumentos de defesa e de controle social foram importantes ferramentas viabilizadas com objetivo de buscar entender as diferenças, e assim possibilitar que as reparações devidas para responder a passivos históricos ocorressem. Isso permitiu também que embates pudessem ser travados no sentido de provocar uma Descolonização da forma de pensar e de ver o mundo. Por isso, Borges e Olinto (2018, p. 1634), consideram que o

[...] campo das Ciências Sociais e Humanas, com ênfase nos estudos culturais e pós-coloniais a reflexão acerca da produção da diferença e da análise da desigualdade tem gerado interesse de muitos estudiosos e pesquisadores na tentativa de pensar a realidade social a partir da articulação dos chamados ‘marcadores sociais da diferença’.

Ao que tange os marcadores sociais, também compreendidos por Hall (2016) como dimensões sociais da diferença, estes atuam em direção a não apenas entender o que é distinto, mas também às similaridades. Buscam compreender o seu encontro com a alteridade.

Vê-se “a diferença como relação social pode ser entendida como as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupo” (BRAH, 2006, p. 363).

Neste sentido, para Caires (2010) “os marcadores sociais da diferença são um campo de estudo [...] que tentam explicar como são constituídas socialmente as desigualdades e hierarquias entre as pessoas”.

Ao optar por investigações que privilegiem o pensamento complexo sinalizado por Morin (2015) em direção a entender o ser social em suas múltiplas facetas, se faz necessário entender os marcadores sociais como “o primeiro aspecto a ser analisado no intuito de compreender suas práticas” (SILVA; CÔRTEZ, 2018, p. 2099), ou seja, eles permitem estratificar, valorizar e pensar a sociedade e o conhecimento produzido a partir dela de maneira integradora e interseccional. Seguindo esta linha de pensamento, Pelúcio (2011, p. 79) alerta que

[...] o sujeito [é] social e culturalmente constituído em tramas discursivas nas quais, gênero, raça, religião, nacionalidade, sexualidade e geração não são variáveis independentes, mas se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais.

Em diálogo, Gaudêncio, Albuquerque e Côrtes (2018) observam que devem ser consideradas categorias de marcadores, respectivamente: Classe social, Etnia, Gênero, Geração, Raça e Sexualidade.

Para operacionalizar a investigação com este direcionamento, a nossa reflexão se ancorou a partir das abordagens sistematizadas de Hall (2016) com evidência à terceira, ou seja, abordagem antropológica, conforme vemos a frente a partir do quadro 7:

Quadro 7 – Abordagens teóricas sobre “diferença”

Abordagens	Argumentos
Abordagem Linguística (Saussure)	“[...] a ‘diferença’ é importante porque é essencial ao significado; sem ela, o significado não poderia existir” (p. 153, grifo do autor).
Abordagem das Teorias da Linguagem (Bakhtin)	“O argumento aqui é que precisamos da ‘diferença’ porque somente podemos construir significado através de um diálogo com o ‘outro’” (p. 155, grifo do autor).
Abordagem da Antropológica (Du Gay)	“[...] a cultura depende do significado que damos às coisas, isto é, a atribuição de diferentes posições dentro de um sistema classificatório. A marcação da ‘diferença’ é, portanto, a base da ordem simbólica que chamamos de cultura” (p. 156, grifo do autor).
Abordagem Psicanalítica (Freud)	“[...] o ‘Outro’ é fundamental para a constituição do <i>self</i> dos sujeitos e para a identidade sexual” (p. 157-158).

Fonte: Hall (153-160, grifos do autor).

Ao cruzar a nossa pesquisa ao quadro acima, nos damos conta que estamos atuando a partir de um posicionamento sociocultural, conforme vemos na abordagem antropológica. Isso não quer dizer que as outras sejam menos importantes, contudo, infere-se que este direcionamento é uma clara posição em direção a um diálogo com o paradigma social da Ciência da Informação.

Neste limiar, e conversando com o que é proposto por Capurro (2013) e Hall (2016), nitidamente vamos identificando no pensamento de Gaudêncio, Albuquerque e Côrtes (2018) um direcionamento teórico e metodológico que propõem dar voz a esse debate no contexto da Ciência da Informação, especificamente à Representação do Conhecimento.

Hall (2016) por um lado sinaliza a preocupação de discutir a questão da diferença, e por outro, se posiciona assumindo a necessidade e importância de abrir o debate sobre a temática, especialmente porque é na reflexão e no estabelecimento de categorias e/ou classificações representacionais que se oportuniza a estrutura às mais diversas dimensões e/ou camadas que compõem os marcadores sociais.

Pensando nisso, vemos nos marcadores sociais não apenas uma possibilidade de disciplina teórica, mas também metodológica, por entender que este domínio favorece a partir das suas práticas classificatórias o entendimento de como estas se dão em meio às relações sociais e práticas culturais.

Efetivamente isso pode permitir que conectemos os marcadores sociais com a interseccionalidade. Tem-se a oportunidade de favorecer um olhar amplo e plural, bem como de observar os intercruzamentos e pensar criticamente a partir das suas relações, suas ligações, com quem e como ocorre o processo de interação social.

Trazer a leitura da interseccionalidade atrelada à questão dos marcadores é fundamental. Primeiro porque não deve ser vista como algo acessório ou em separado, segundo por entender que permite o pensamento complexo, construtivista e dialético.

Então, é importante perceber como as abordagens sugeridas se relacionam intimamente, assim como quando incluímos o pensamento interseccional como um aspecto integrante dos marcadores sociais fica nítido como podemos visualizar uma percepção de conhecimento *glocal* (ao mesmo tempo, local e global)²³. Isso se torna extremamente enriquecedor e produtivo, especialmente porque em essência ele se viabiliza como uma

²³ O que é um conhecimento Glocalizado? Seria servir a “dois senhores” ou tentar a sobrevivência? A ‘glocalização’ não é movimento contrário à globalização: é proveniente dela. Uma influencia a outra e juntas somam para a cultura mundial. A interação “global” e “local” valoriza o lugar, dentro de um contexto de internacionalização e homogeneização. É a dialética entre local e global para ser ‘Glocal’ - em interface com o sistema-mundo, sem perder a autenticidade de sua missão. Defendemos que a Glocalização horizontal define as ações desenvolvidas no ensino, pesquisa e extensão, que caracterizam práticas educativas de caráter contra-hegemônico às estratégias homogeneizadoras das avaliações (LIMA; LEITE, 2019, p. 73).

ferramenta contra-hegemônica. A interseccionalidade atrelada aos marcadores sociais descortina invisibilidades, reduz o escrutínio e dá voz a discursos e narrativas silenciadas.

Portanto, o uso dos Marcadores Sociais se justifica e ocorre atrelado à Representação do Conhecimento, por entender que suas características constitutivas são de extrema relevância, assim como se adequam melhor para que se compreendam como as suas interrelações se aproximam com o que a pesquisa tem chamado de vertente sociocultural, especialmente quando se busca compreender a forma como o conhecimento é registrado e representado.

5.1.3 Semântica Discursiva

Para que seja possível compreender as particularidades dos conteúdos expressos através de textos e se permita uma prática comunicacional entre pessoas e grupos, é imprescindível que se entenda o seu percurso.

Corroborando com esta posição, Diana Luz Pessoa Barros (2011, p. 188, grifos da autora), ao escrever sobre os “Estudos do Discurso”, especificamente dos “Procedimentos linguísticos-discursivos”, irá sinalizar que o “plano do conteúdo de um texto é, nesse caso, concebido, metodologicamente, sob a forma de um *percurso gerativo*”.

Por esse motivo, Gandier e Pinho (2018, p. 14), entendem que “do ponto de vista metodológico, o método do percurso figurativo e do percurso temático, oriundos do Percurso Gerativo de Sentido de Algirdas Julien Greimas, é capaz de fornecer respostas satisfatórias à análise documental de textos [...]”.

Nessa mesma linha de pensamento, Gaudêncio e Albuquerque (2017, 139), compreendem a “semântica discursiva, enquanto abordagem metodológica foi desenvolvida por Algirdas Julien Greimas e tem uma composição formal que se apresenta através do Percurso Gerativo da Significação (PGS) ou Percurso Gerativo do Discurso (PGD)”. Os autores observam ainda que a

[...] semântica discursiva quer ir além, quer considerar todas as peculiaridades do documento. Para viabilizar isso, é preciso considerar o percurso com o qual o texto é desencadeado, considerando todo o caminho trilhado face às etapas lógicas, passando de um nível para o outro, ou seja, do figurativo ao temático (GAUDÊNCIO; ALBUQUERQUE, 2017, 140).

Nesse processo constitutivo, é “a partir das figuras, dos temas, e conseqüentemente, da sua forma organizacional de compreender e representar tematicamente o texto, que se viabiliza [...] uma maneira [...] peculiar de análise e síntese” (GAUDÊNCIO; ALBUQUERQUE, 2017, p. 140).

Vê-se que é através dos “procedimentos semânticos de tematização e figurativização de base greimasiana” que se permitirá a “extração das figuras, em uma linguagem natural e pela determinação de temas, no momento da indexação [...]” (ALBUQUERQUE, LIMA, OLIVEIRA, GONÇALVES, FRANÇA, GAUDÊNCIO; SOUSA, 2017, p. 169). Neste sentido a

[...] semântica discursiva tem como componente a tematização – elementos abstratos presentes no texto – e a figurativização – elementos concretos presentes no texto – que dão concretude ao tema. As figuras do texto formam uma rede, uma trama, que para entendê-las, é necessário conhecer o primeiro nível temático que, como o nível figurativo, são palavras e expressões, que apresentam traços comuns de significação e que podem ser agrupados. Esses traços comuns podem ser reduzidos a uma oposição semântica. É a partir desta oposição que se constrói a estrutura fundamental (ALBUQUERQUE; LIMA; OLIVEIRA; GAUDÊNCIO; PEREIRA; GONÇALVES; FRANÇA; BRITO; SOUSA; MORET; COELHO, 2016, grifo dos autores, p. 139-140)

Desse processo que se constrói entre a figurativização e a tematização, ter-se-á como resultado a discursivização, momento finalístico onde cada tema é conceituado à luz do que representa o próprio documento dentro do contexto semântico com o qual este está inserido.

Todavia, vale salientar que “deve-se ter em mente que figura e tema não são termos que se opõem, mas que se completam e que estão direta ou indiretamente interligados, pois ambos tratam da constituição e da concretização dos sentidos” (GAMA; OLIVEIRA; MARIANO, 2017, p. 275).

Notadamente a discursivização permite uma visão ampliada do que cada documento pode representar na construção das linguagens artificiais derivadas e oriundas de informações que são apresentadas pelo conhecimento de mundo a partir da linguagem natural.

5.1.4 Dialética do Conhecimento

O termo *dialética* é um conceito que remete à antiguidade clássica. Ela procura demonstrar que tem em sua natureza a busca por compreender os fenômenos por meio de sua realidade social, considerando as suas múltiplas contradições.

[...] Grécia Antiga, a palavra ‘dialética’ expressava um modo específico de argumentar que consistia em descobrir as contradições contidas no raciocínio do adversário (análise), negando, assim, a validade de sua argumentação e superando-a por outra (síntese). Sócrates foi considerado o maior dialético da Grécia. [...] Mas a dialética é anterior a Sócrates. Lao Tsé, [...] é considerado o ‘autor’ da dialética, [...] (GADOTTI, 1995, p. 15, grifo do autor).

Nitidamente, dois conceitos chaves são inerentes a ambos, que guardadas as devidas proporções e momentos históricos, são construídos e formatadas sob a ideia de **análise** e **síntese**.

Sem esses dois vocábulos terminológicos não há dialética, tampouco a indexação enquanto processo de representação social do conhecimento. Ambos se dão por meio de um processo de construção dialético e sob as influências das mudanças e transformações socioculturais.

Desta maneira, Gadotti (1995, p. 21, grifos do autor) vê que a “dialética considera cada objeto com suas características próprias, o seu devir, as suas contradições. Para a dialética não existem, portanto, ‘regras universais’ **more matemático**, como queria Descartes, [...]”.

Todavia, existem princípios que norteiam a dialética, conforme vemos em Gadotti (1995, p. 24-26): “1) Tudo se relaciona (princípio da totalidade); 2) Tudo se transforma (princípio do movimento); 3) Mudança qualitativa (princípio da mudança qualitativa); 4) Unidade e luta dos contrários (princípio da contradição)”.

Tomando por base esses princípios, é de suma importância delinear algumas especificidades do pensamento e do método dialético. De antemão, é necessário entender que a dialética poderia ser categorizada em “três níveis, saber: 1) Dialética da natureza; 2) Dialética da história; 3) Dialética do conhecimento” (GADOTTI, 1995, p. 27). Todavia, a nossa intenção ocorre no sentido de se debruçar sobre a última, por entender que, além de se ter uma questão terminológica aproximativa em torno do uso do termo conhecimento, também

se tem nesta relação mais significativa com a Ciência da Informação a possibilidade de desvelar questões ainda em aberto para o campo, como por exemplo, a reflexão da dimensão social da informação no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento.

A dialética do conhecimento pode considerar como elemento primaz a contradição, a antítese ou a ressignificação, por entender que seus pressupostos “não oferecem qualquer garantia para o conhecimento da verdade. Porque não há verdade objetiva. Só existem verdades” (GADOTTI, 1995, p. 27).

Tendo em vista essa afirmação, infere-se que a percepção da utilização do princípio da verdade em essência vai se manifestando de acordo com as relações de poder vigentes e dos consensos Estatais praticados por meio de contratos sociais que são viabilizados em virtude de uma hegemonia cultural estabelecida.

Por esse motivo, a dialética do conhecimento tem o papel de promover relações interdisciplinares críticas, capazes de mediar cenários reflexivos que transcendem processos ortodoxos e dogmáticos de análise e síntese no fazer da Ciência da Informação, especialmente do processo de Representação do Conhecimento.

Favorecer a construção do conhecimento balizado pela dialética significa na prática oportunizar uma filosofia da *práxis*, conforme explicita Gramsci (1978). Essa *práxis* construída a partir do pensamento gramsciano se concebe no sentido de romper com ideais conservadores, que trazem consigo princípios como verdade absoluta, hegemonia, ideologia e poder. Dito isso, vale salientar que uma

[...] filosofia da *práxis* só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E portanto, como crítica do ‘senso comum’ [...]” (GRAMSCI, 1978, p. 18).

O que na prática Gramsci observa é que o senso comum é reproduzidor da hegemonia cultural na qual a sociedade está imersa, e para superar o que Althusser (1970) chama de “aparelhos ideológicos do Estado”, é preciso uma ruptura paradigmática que faça emergir uma nova ciência, conforme entende Santos (2013, 2018) ao tratar dos paradigmas emergentes.

É justamente em virtude disso que, ao passo que se concebe uma proposta de dialética do conhecimento, se permite contribuir criticamente e de forma articulada para maturar o que Morin (2015, p. 48, tradução nossa) chama de “ciência nova”, por entender que esta deve “situar-se num lugar em movimento (não lugar-trono onde sempre pretendem sentar-se os doutrinadores arrogantes), num pensamento complexo que conecta a teoria à metodologia, [...]”.

Essa dialética do conhecimento de acordo com (GADOTTI, 1995), considera as coisas e os fenômenos como um movimento contínuo, por sua vez, integrado, dinâmico e cíclico, onde “tudo tem a ver com tudo” (GADOTTI, 1995, p. 25) fazendo do entendimento de “totalidade” (CARVALHO, 2008, p. 51) como um princípio essencial.

Percebendo este parecer, Leandro Konder observa que o conhecimento dialético é “totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada” (KONDER, 2008, p. 35, grifo do autor).

Esse posicionamento e movimento em torno da dialética do conhecimento, nos leva àquilo que o profissional da informação chama de percepção e atividade multifacetada, especialmente por considerar que as partes e o todo do processo humano informacional devem ser compreendidos e valorizados. Com isso, “qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano de defronta, inevitavelmente, com problemas interligados” (KONDER, 2008, p. 35, grifo do autor).

Nesse entender, a dialética do conhecimento nos apresenta o processo de síntese, que “é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona – que é chamada de totalidade” (KONDER, 2008, p. 36, grifo do autor).

Conhecer a realidade social em suas múltiplas dimensões significa compreender como atuar em torno das dinâmicas de análise e síntese. Isso nos leva e permite um aprendizado conjuntural e crítico, podendo oportunizar tanto uma apreensão de um conhecimento que transcende as barreiras dos posicionamentos cristalizados, como também permite a amplificação da forma de ver e encarar o mundo. Disso, Konder (2008, p. 44-45, grifo do autor), sugere:

Para que o nosso conhecimento avance e o nosso laborioso (e interminável) descobrimento da realidade se aprofunde – quer dizer: para podermos ir além das aparências e penetrar na essência dos fenômenos – precisamos realizar operações de síntese e de análise que esclareçam não só a dimensão imediata como também, e sobretudo, a dimensão mediata delas.

Para que isso se viabilize em plenitude, Leandro Konder, inspirado pelo pensamento de Antonio Gramsci, percebe que se faz necessário dar voz a novas abordagens teóricas e metodológicas, pois “se o determinismo persistir dificultará sempre o desenvolvimento do espírito crítico e da criatividade [...]” (KONDER, 2008, p. 66).

Nesse entender, Konder (2008, p. 77) observa que a “experiência vem ensinando a um número cada vez maior de indivíduos que há problemas que dependem da pessoa e somente dela e cuja solução não pode ser transferida para nenhuma organização social”.

Por isso, optar pelo conhecimento oriundo do pensamento dialético, e, de uma filosofia da *práxis*, requer ressignificação social e institucional, pois a “dialética intranquiliza os comodistas, assusta os preconceituosos, perturba desagradavelmente os pragmáticos ou utilitários” (KONDER, 2008, p. 84).

Desta maneira, vê-se uma cosmovisão entre os autores supracitados, primeiro porque se faz necessário ressignificar de maneira holística muitos dos pressupostos teóricos e metodológicos que são anunciados pela ciência vigente.

Segundo, é preciso uma integração entre teoria e prática, como é sugerido tanto por Bourdieu, quanto por Gramsci.

Terceiro, que só é possível que se viabilize uma Representação Sociocultural do Conhecimento, caso práticas e posturas teóricas, metodológicas e institucionais sejam revistas, caso contrário, os posicionamentos dogmáticos e ideológicos do campo científico da Representação do Conhecimento continuarão representando a cristalização do pensamento ortodoxo de uma cultura universitária e intelectual que não consegue visualizar em plenitude a importância do paradigma social da Ciência da Informação, tampouco a sua integração cíclica com os outros dois, cuja importância não é menor, a saber, os paradigmas físico e cognitivo.

Em quarto, é preciso que sejam revistas as estruturas de ensino no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, para que as fronteiras do conhecimento sejam desterritorializadas, aprofundadas e que seja criada uma Ecologia de Saberes capaz de permitir ao profissional da informação egresso a possibilidade de se adquirir uma

preparação pautada na multiculturalidade de pensamento e de práticas informacionais alternativas.

Portanto, os SOCs tradicionais não podem ter a sua razão de existir apenas em virtude de convenções institucionais positivistas e deterministas centradas na hegemonia cultural dos países do Norte.

Assim, é preciso que se faça emergir e valorizar nos países do Sul a “categoria dos intelectuais orgânicos, isto é, os intelectuais nascidos no mesmo terreno [...]” (GRAMSCI, 1982, p. 17), das civilizações subdesenvolvidas e em fase de desenvolvimento que podem contribuir de maneira significativa com o processo de ressignificação holística do conhecimento nas suas mais distintas dimensões do campo do saber.

5.2 Natureza da pesquisa

Nota-se na pesquisa certa vocação quantitativa, especialmente quando se trata da representação por meio da análise de redes em mídias sociais. Todavia, a investigação se apresenta como sendo prioritariamente como uma **pesquisa de natureza qualitativa**, pois a função da metodologia mencionada terá o papel exclusivo e indiciário de demonstrar como a rede se organiza e se apresenta no contexto dos *cibercordéis*.

Ao direcionar uma investigação científica em busca de respostas que surjam de um posicionamento metodológico a partir de uma pesquisa de natureza qualitativa, se antevê observar as características que compõem a pesquisa qualitativa.

Neste sentido, Yin (2016, p. 7, grifos do autor) propõe cinco características essenciais a esta modalidade de pesquisa, a saber:

1. estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real;
2. representar as opiniões e perspectivas das pessoas [...] de um estudo;
3. abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem;
4. contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e
5. esforçar-se por usar *múltiplas fontes de evidência* em vez de se basear em uma única fonte.

Desta maneira, podemos conceituar a pesquisa de natureza qualitativa como sendo aquela que busca

[...] compreender a perspectiva dos participantes (indivíduos ou grupos pequenos de pessoas que serão pesquisados) sobre os fenômenos que os rodeiam, aprofundar em suas experiências, pontos de vista, opiniões e significados, isto é, a forma como os participantes percebem subjetivamente sua realidade. Também é recomendável selecionar o enfoque qualitativo quando o tema do estudo foi pouco explorado, ou que não tenha sido realizada pesquisa sobre ele em algum grupo social específico (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, p. 376).

Nesse mesmo entender, Chizzotti (2010, p. 79) chama a atenção para uma pesquisa qualitativa que parta “do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

Por isso, Strauss e Corbin (2008, p. 23, grifo dos autores), entendem que “o termo ‘pesquisa qualitativa’” remete a

[...] qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações. Alguns dados podem ser quantificados, [...] mas o grosso da análise é interpretativa (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 23).

Em virtude dessa natureza qualitativa, a investigação também operou na condição de uma **pesquisa exploratória**, que de acordo com a percepção de Santos (2015, p. 22), “explorar é tipicamente fazer a primeira aproximação de um tema e visa a criar familiaridade em relação a um fato, fenômeno ou processo”. Para Matias-Pereira (2012, p. 60),

[...] nessa modalidade de estudo busca-se descobrir se existe ou não um fenômeno. Um estudo exploratório deveria ser considerado, sempre, como o primeiro passo na investigação. É utilizado quando o pesquisador quer investigar tópicos onde existe pouco conhecimento. Deveria ser simples, mas muito completo. Às vezes, o objetivo da investigação é o próprio método de investigação.

Isso acontece tanto do ponto de vista teórico, quanto metodológico. Portanto, para uma ressignificação desse segundo ponto de vista, se fez necessário uma reconexão de ordem metodológica.

5.3 Fontes de informação

Para Santos (2015, p. 23), as fontes de informação são “os lugares e as situações de que se extraem os dados de que se precisa. As fontes [...] são três: o campo, o laboratório e a bibliografia”.

Aprofundando esse pensamento, no entendimento de Baggio, Costa e Blattmann (2016, 33), “fontes de informação podem ser classificadas em fontes primárias, secundárias e terciárias”. Porém, na contemporaneidade devem ser adicionados a estas, fontes suplementares, tratadas por Hjørland, Andersen e Søndergaard (2005, p. 12-13, tradução nossa) como “fontes incidentais” e fontes populares (no sentido das mídias de massa/indústria cultural).

Portanto, esta pesquisa tomou como base bibliográfica as mais distintas fontes de informação que vieram a contribuir para o aprimoramento e fortalecimento da investigação científica em questão, em especial: livros, artigos, anais de eventos e resenhas. De forma complementar, é salutar informar que a Mídia Social, *facebook*, também se apresentou como uma singular fonte informacional.

5.4 Corpus

Etimologicamente, a “palavra *corpus* (latim; plural de *corpora*) significa simplesmente corpo. [...] ela se refere a uma coleção de textos” (BAUER; AARTS, 2015, p. 44). Aqui, estes textos são representados esteticamente por meio de cordéis digitais, ou seja, de *cibercordéis*.

Notadamente, ao ampliar esta visão enquanto espaço de atuação, o *corpus* também é conhecido como população ou universo, trata-se de “um conjunto de elementos passíveis de serem mensurados com respeito às variáveis que se pretende levantar. [...] pode ser formado (sic) por pessoas, famílias, empresas, ou qualquer outro tipo de elemento, conforme os objetivos da pesquisa” (DIEHL; TATIM, 2014, p. 64).

Nesse sentido, a pesquisa ocorreu através da mídia social *facebook*, nos Grupos de literatura de cordel que puderam apresentar potenciais *cibercordéis*. Foram considerados critérios²⁴ para seleção dos grupos:

- a) Grupos recuperados por meio da *Hashtag* Cordel (#cordel);
- b) Grupos com mais de 500 membros registrados;
- c) Não sejam homônimos;
- d) Grupos que permitam o acesso do pesquisador como membro.

Diante disso, foram considerados grupos aplicáveis²⁵:

- a) Academia de Cordel do Vale do Paraíba;
- b) CC Clube do Cordel;
- c) Ciência Cordel;
- d) Cordéis e Cordelistas;
- e) Cordel e Repente, Patrimônio Imaterial;
- f) Cordel das Décimas;
- g) Cordel de Ouro. Poemas e Canções;
- h) Cordel Improvisado;
- i) Mulheres cordelistas, cantadoras, emboladoras e repentistas;
- j) Poesia em Cordel.

5.5 Coleta dos dados

O processo de coleta dos dados considerou as seguintes etapas:

- a) Definição do termo de busca e recuperação da informação: *Hashtag* Cordel (#cordel);

²⁴ 5 (cinco) grupos não atenderam a um dos critérios estabelecidos, a saber: Literatura de Cordel (homônimo - 3 (três) casos); e Poesia de Repente, Cordel e Música Regional (não permitiu o acesso do pesquisador como membro).

²⁵ Abriu-se exceção para o Grupo: **Mulheres cordelistas, cantadoras, emboladoras e repentistas**, por entender que, apesar de ter um limite inferior a 500 (quinhentos) membros, era um espaço pensado por mulheres e que apresentava uma produção de conteúdo com diferenciais em relação aos outros. Ex: **temáticas** em comparação aos demais.

- b) Definição dos grupos do *facebook* com mais de 500 (quinhentos) membros;
- c) Levantamento de *cibercordéis* na mídia social *facebook*;
- d) Salvamento dos *links* permanentes gerados pelo *facebook*;
- e) Conversão das páginas (.html) e salvamento em formato (.pdf).

O processo de coleta de dados ocorreu no período de 08 de agosto de 2019 a 29 de novembro de 2019. Vale salientar que a mídia social não apresentou uma *interface* agradável para coleta de informações, permitindo em alguns casos, *bugs* (falhas computacionais), o que ocasionou em determinados momentos, retrabalhos para separar os ODI e conseqüentemente convertê-los em formato de (.pdf).

5.6 Tabulação dos dados

Na etapa de tabulação dos dados, houve:

- a) Construção de banco de dados²⁶ para categorização geral por tipicidade dos registros informacionais (*Cibercordéis*) prospectados;
- b) Construção de banco de dados²⁷ para sistematização e filtro dos registros informacionais de figuras e temas (semântica discursiva) e dos marcadores sociais (categorização específica: classe social, étnico-racial, gênero, geração, nacionalidade, regionalidade, religião e sexualidade);
- c) Atribuição percentual à frequência quantitativa dos registros informacionais prospectados e sistematizados.

O processo de tabulação dos dados ocorreu no período de dezembro de 2019 a janeiro de 2020.

²⁶ Uso do *aplicativo Excel* da *Microsoft*.

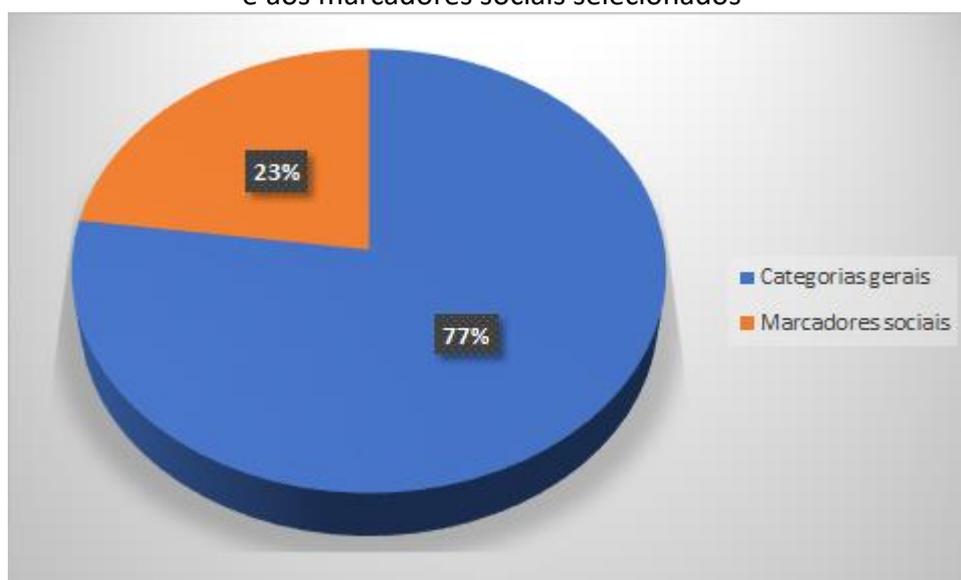
²⁷ Uso do *aplicativo Excel* da *Microsoft*.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 Aspectos globais

Para proporcionar a robustez necessária ao processo de análise e interpretação dos dados, a pesquisa conseguiu produzir as informações abaixo, permitindo uma investigação com um rico arsenal de informações. Assim temos:

Figura 4 – Aspectos gerais da pesquisa, quanto às categorias gerais e aos marcadores sociais selecionados



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Do montante de 783 textos, foram geradas 27 categorias (77%), a saber:

Quadro 8 - Categorias de *Cibercordéis* prospectados no Facebook

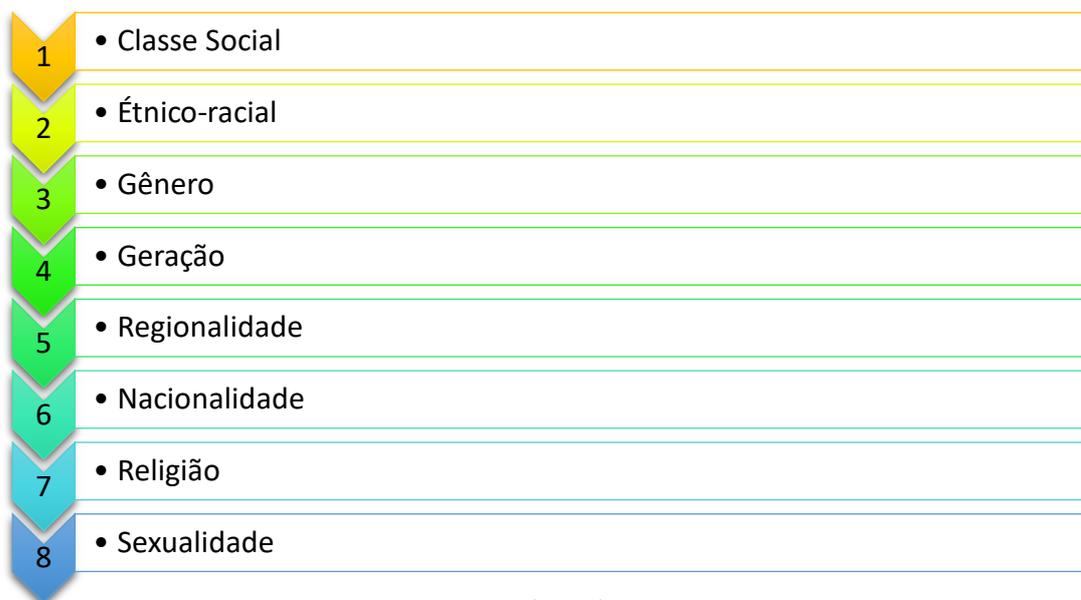
Categoria	Observação
<ol style="list-style-type: none"> 1. Artes 2. Ciência 3. Classe Social 4. Criminalidade 5. Culinária 6. Economia 7. Educação 8. Ética e Moral 9. Étnico-racial 10. Família 11. Gênero 12. Geração 13. Humor 14. Literatura 15. Meio Ambiente 16. Memória 17. Morte 18. Nacionalidade 19. Regionalidade 20. Religião 21. Política 22. Saúde 23. Sentimento 24. Sexualidade 25. Tecnologia 26. Trabalho 27. Vida Urbana e Rural 	<p>A ideia é que, mesmo não categorizadas como Marcadores Sociais, essas categorias possam direcionar os resultados do banco de dados em pesquisas derivadas posteriores em torno dos processos de Representação do Conhecimento.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Desse total encontrado, 8 categorias (23%) se mostraram adequadas aos princípios dos Marcadores Sociais, pois sua forma de análise e interpretação permite um melhor entendimento dos impactos e efeitos socioculturais da informação no ambiente dos *cibercordéis*.

Vale salientar que todas as 27 categorias, mesmo não sendo avaliadas aqui, já passaram ao menos por um processo de refinamento, sendo analisadas à luz da semântica discursiva.

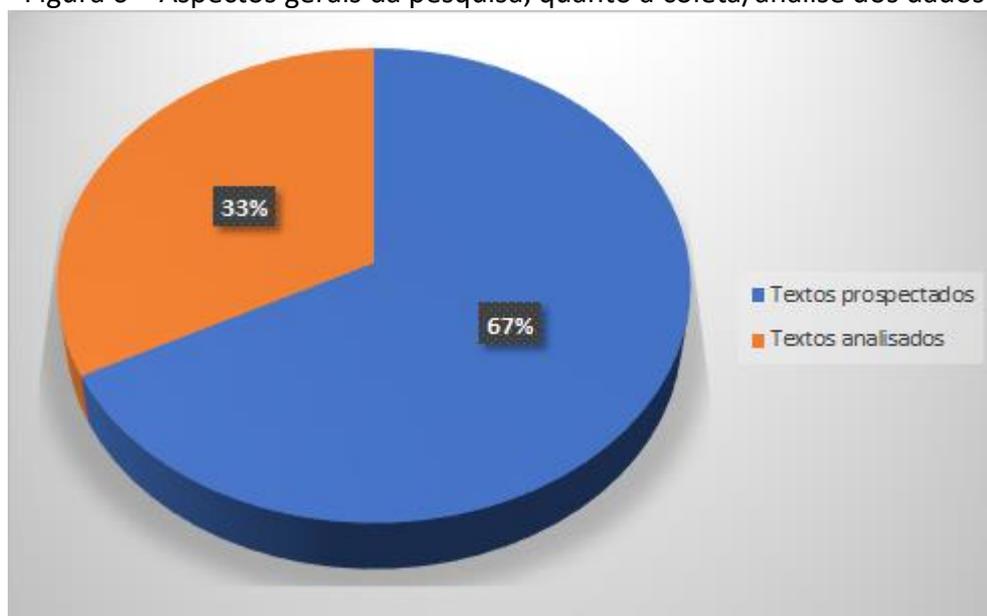
Ao que tange os Marcadores Sociais escolhidos, temos:

Figura 5 – Marcadores Sociais prospectados nos *Cibercordéis*

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Esses Marcadores Sociais foram escolhidos a partir do total de textos coletados na pesquisa, cujo percentual foi de 33% em relação ao montante prospectado, conforme é visto na figura a seguir:

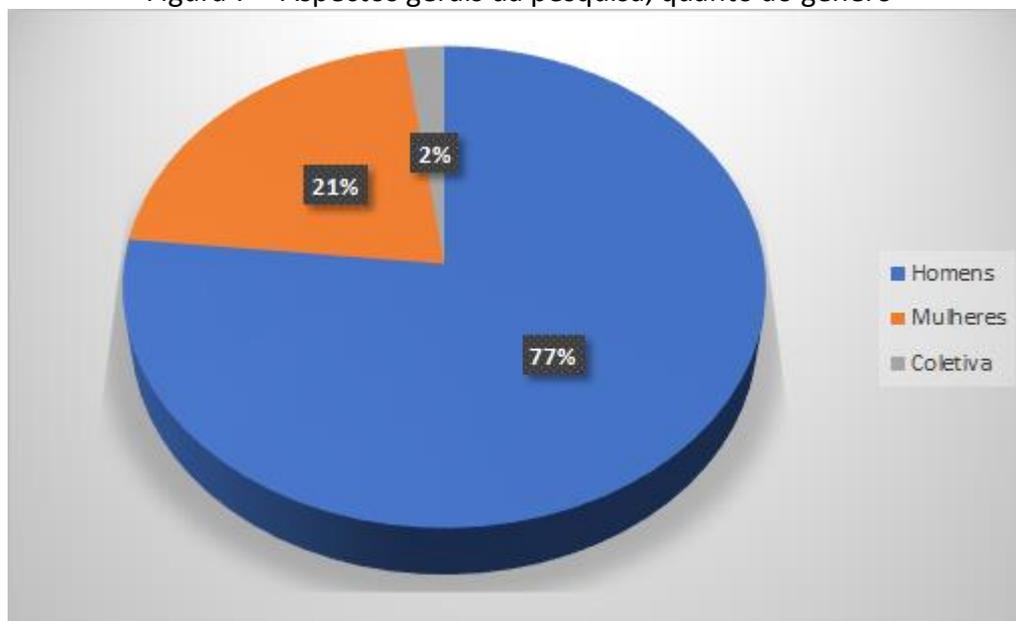
Figura 6 – Aspectos gerais da pesquisa, quanto à coleta/análise dos dados



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Mostra-se que dos 783 textos (67%), 379 (33%) foram analisados com base nas fases metodológicas indicadas a seguir. Nesse caso, o filtro principal foi o de escolher os textos que coadunam com os Marcadores Sociais estabelecidos.

Figura 7 – Aspectos gerais da pesquisa, quanto ao gênero



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A pesquisa permitiu, na fase de coleta de dados, evidenciar 783 textos ou ODI. Destes, foram levantados 137 autores, onde: 105 são homens (77%), 29 são mulheres (21%) e 3 são produções coletivas (2%).

A partir do que fora informado na metodologia pela proposta de Bricolagem Científica e nos dados anteriores desta seção, o processo de análise e interpretação dos resultados buscou contemplar de forma sequencial e integrada, 4 (quatro) fases metodológicas, a saber:

- a) Fase 1: *Grafos* em Mídias Sociais (*Facebook*);
- b) Fase 2: Interseccionalidade em Marcadores Sociais;
- c) Fase 3: Discursivização e Figurativização em Semântica Discursiva;
- d) Fase 4: Ressignificação conceitual em Dialética do conhecimento;

6.2 Fase 1: *Grafos* em Mídias Sociais (*Facebook*)

O *Gephi*, por meio dos *Grafos*, é uma ferramenta tecnológica e metodológica utilizada para realizar Análise de Redes em Mídias Sociais.

Para configuração dos *Grafos*, foram utilizados valores percentuais conforme a frequência quantitativa do levantamento dos registros prospectados e tabulados na etapa de coleta de dados, que ocorreu por meio da *hashtag* Cordel (#Cordel) em Grupos do *Facebook*.

Adicionalmente a isso, a Representação do Conhecimento oriunda dos resultados é apresentada por meio Algoritmo **Fruchterman-Reingold**. Salienta-se que esta tecnologia é oportunizada por meio da ferramenta metodológica *Gephi* (*software em versão 0.9.2*).

Em nível de sistematização, a análise optou por trabalhar com *Grafos Dirigidos*, que na perspectiva de Feofiloff (2010, p. 5, grifo do autor), “[...] cada arco ‘começa’ na sua ponta inicial e ‘termina’ na sua ponta”, ou seja, parte do *Grafo* principal (ou indiciário, ou originário) leva a informação até a sua extremidade. De forma simplificada, tivemos a configuração de **vértices (ou nodos)** e **arestas (ou arcos)** (ligação entre dois vértices ou *nodos*), como aspectos centrais para formatar as **redes** que compuseram cada estrutura que representou o conhecimento prospectado em cada objeto digital.

Vê-se que é a partir do *Grafo* principal, Marcador Social (**vértice 1**), que os secundários são expressos por temas (**vértice 2**) (remete-se aqui, aos aspectos abstratos do texto) e os terciários por figuras (**vértice 3**) (refere-se neste, aos termos concretos extraídos do texto). É importante salientar que cada **vértice** recebeu um **peso** conforme o seu percentual (escala podendo variar de 0% - 100%) de presença/frequência (geral/específico) no objeto digital (texto prospectado).

Os *Grafos* apresentam graficamente 3 (três) níveis de informações, onde:

- 1º) Marcadores Sociais;
- 2º) Temas;
- 3º) Figuras.

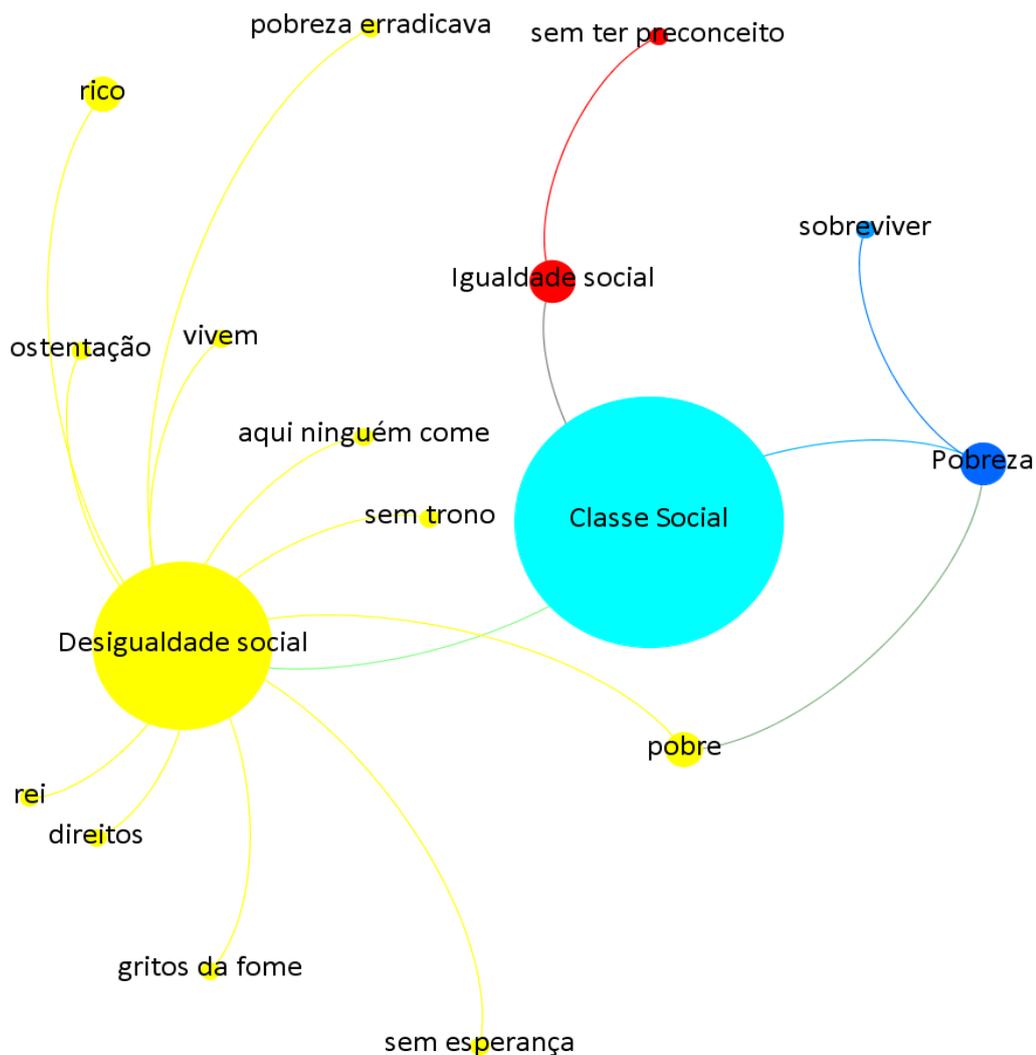
Estes dois últimos levam ao primeiro. Esta construção terminológica está subdividida em percentuais conforme as suas frequências e níveis de influência nos registros informacionais e na mídia social.

Nota-se ainda que, considerando a complexidade do objeto da pesquisa, os *Grafos* são subsequentemente viabilizados e amparados em quadros e por porcentagem estatística (com acurácia superior a 99%, com contagem e recontagem) e interpretados com o apoio da perspectiva interseccional (fase 2). Isso permite ao pesquisador ter, ao mesmo tempo, uma visão global interconectada, e uma visão local do fenômeno investigativo.

Antecedendo a apresentação dos *Grafos*, vale salientar que nos casos de termos repetidos dentro da própria categoria (*nos vértices*), didaticamente, foi feito o uso do símbolo gráfico *underline*. Assim, poderão ser vistos em alguns *Grafos*, no *vértice primário*, por exemplo, o termo “*Fulano*” e no *vértice secundário*, “*Fulano_*”.

Diante disso, temos à frente a apresentação e análise dos 8 (oito) *Grafos* referentes aos Marcadores Sociais selecionados. A partir disso, temos o *Grafo* do Marcador Social “Classe Social”:

Figura 8 – Grafo do Marcador “Classe Social”



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Vê-se no Marcador Social “Classe Social”, o **vértice** “Desigualdade Social” como aquele de maior influência da **rede**, pois além de expressar aspectos inerentes ao desequilíbrio social, os **vértices** também **mostram** ambiguidades socioeconômicas da condição humana a partir dos **nodos** “rico” e “pobre”. O cenário demonstrado aqui pode ser valorado de forma mais detalhada em números por meio dos dois quadros subsequentes:

Quadro 9 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Classe Social”

Tema (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
Desigualdade social	4	66,66%
Igualdade social	1	16,66%
Pobreza	1	16,66%
Total	6	≅ 100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Identifica-se, no quadro acima, uma predominância ao Tema “Desigualdade Social”. O tema em questão se fortalece quando incorporamos a ele um número superior de Figuras com efeitos negativos, em contraposição a aspectos positivos, como: a) gritos da fome; b) sem trono; c) aqui ninguém come; d) sem esperança; e) pobre.

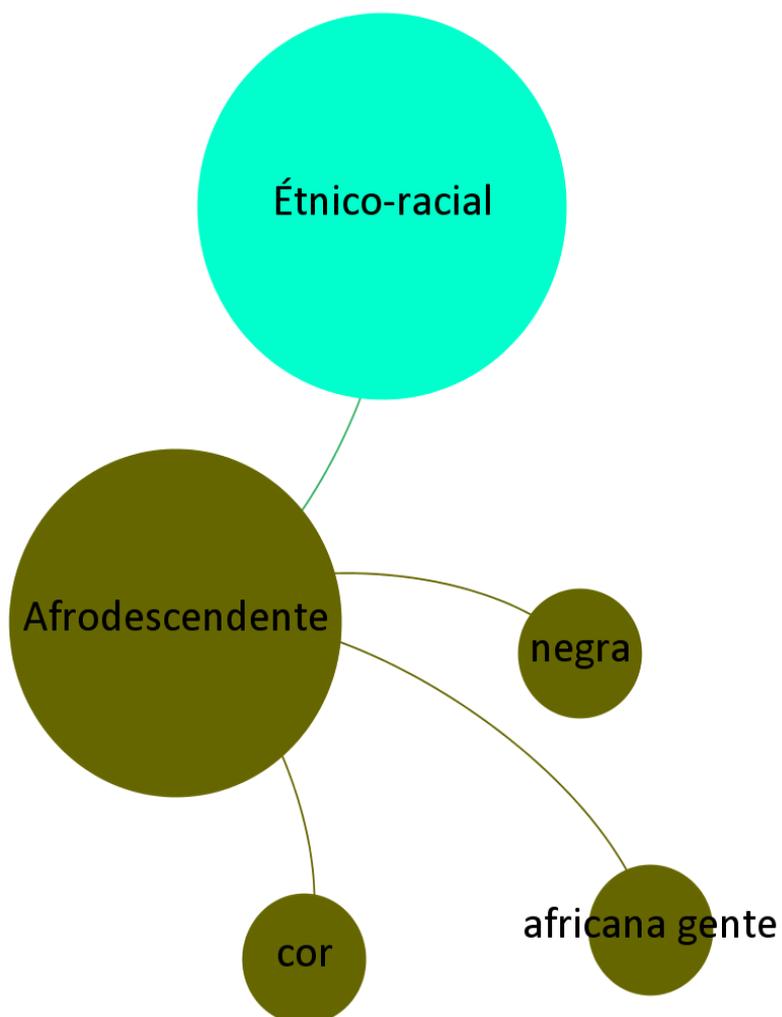
Quadro 10 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Classe Social”

Figura (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
aqui ninguém come	1	6,66%
direitos	1	6,66%
gritos da fome	1	6,66%
ostentação	1	6,66%
pobre	2	13,33%
pobreza erradicava	1	6,66%
rei	1	6,66%
rico	2	13,33%
sem esperança	1	6,66%
sem ter preconceito	1	6,66%
sem trono	1	6,66%
sobreviver	1	6,66%
vivem	1	6,66%
Total	15	≅ 100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O fato mais notável deste Marcador Social é que o Tema com maior taxa de representatividade é “Desigualdade Social” (66,66%), e das Figuras serem “Rico” e “Pobre”, com percentual de 12,50% para cada.

Figura 9 – *Grafo* do Marcador Social “Étnico-racial”



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No *Grafo* referente ao Marcador Social “Étnico-racial”, os registros informacionais nos direcionam a visualizar aspectos inerentes a características da negritude. Portanto, este *Grafo* apresenta relações simples e com baixo nível de complexidade na **rede**, mas não é menos importante, pois fortalece a percepção de valores a questão étnica.

Quadro 11 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Étnico-racial”

Tema (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
Afrodescendente	1	100,00%
Total	1	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O *Grafo* delineado por meio de pesos percentuais mostrou a exclusividade da presença do tema “Afrodescendente” ou “Afro-brasileiro”. Quando foi delineada a construção textual, o objeto informacional direcionou a esta especificidade terminológica.

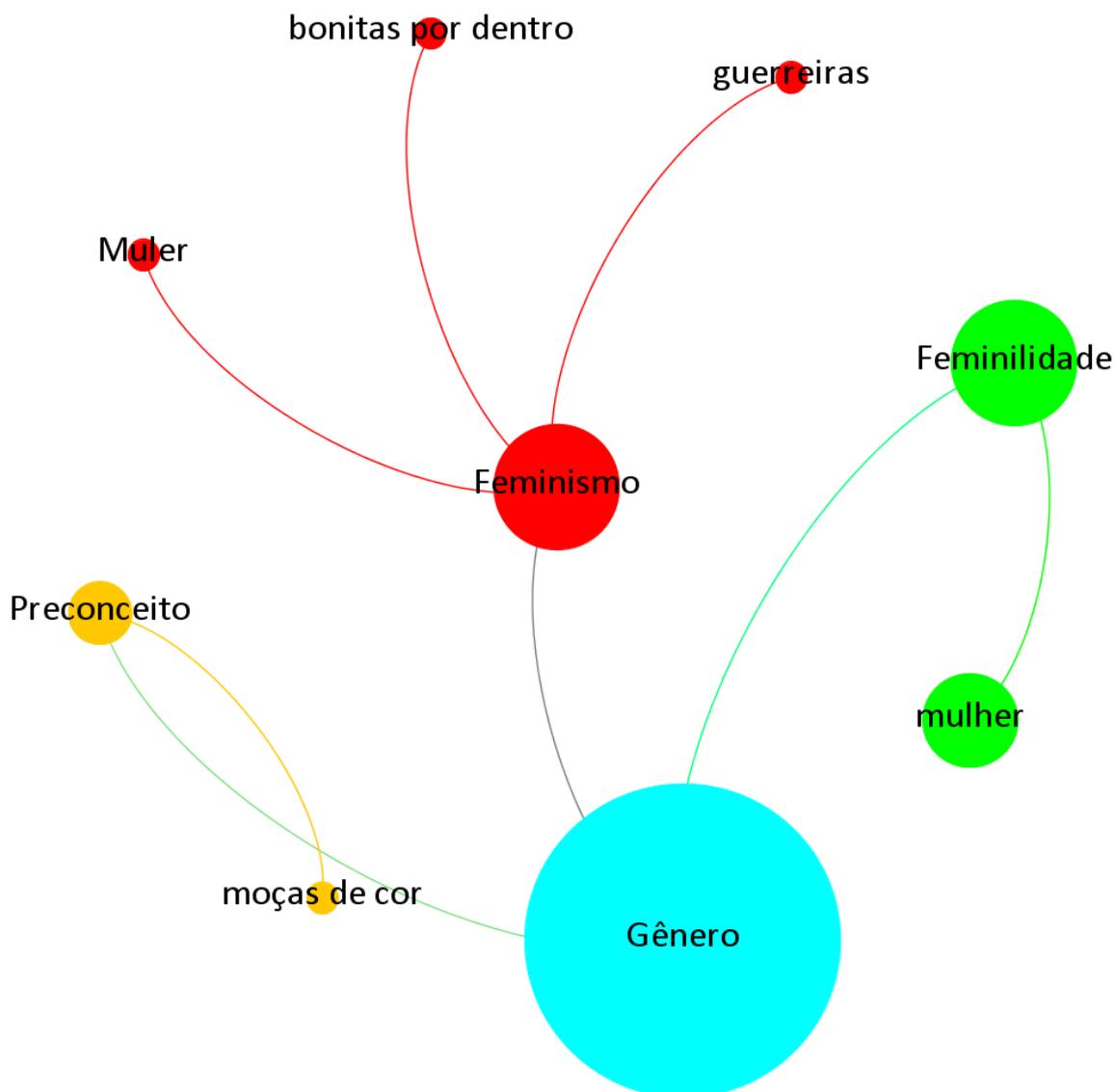
Quadro 12 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Étnico-racial”

Figura (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
cor	1	33,33%
negra	1	33,33%
africana gente	1	33,33%
Total	3	≅ 100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os termos indiciários de maior predominância ou significância, ao que foi demonstrado pelo Marcador Social, se apresentaram de forma equânime, nos levando a perceber que termos expressos por *vértices* como “cor”, “negra” e “africana”, adquirem no texto o mesmo valor de influência.

Figura 10 – Grafo do Marcador Social “Gênero”



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao observar o *grafo* do Marcador Social “Gênero”, foi mostrado que o **vértice** com maior predominância nos textos foi “Feminismo”, isso se considerarmos a correlação com o quantitativo de suas **arestas** aplicado aos **nodos** “mulher”, “bonitas por dentro” e “guerreiras”. Os outros **vértices** apresentam relações simples, mas com pesos diferentes, devendo dar especial atenção ao **vértice** “Feminilidade” que se apresenta mais vezes.

Quadro 13 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Gênero”

Tema (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
Feminilidade	2	40%
Feminismo	2	40%
Preconceito	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Dialogando com o *grafo* apresentado anteriormente, vê-se neste quadro uma frequência predominante para “Feminilidade” e “Feminismo”, com percentuais de presença em 40% dos textos analisados dentro do Marcador. Não menos importante, mas com percentual inferior, está o **vértice** “Preconceito”, com frequência de 20% do total.

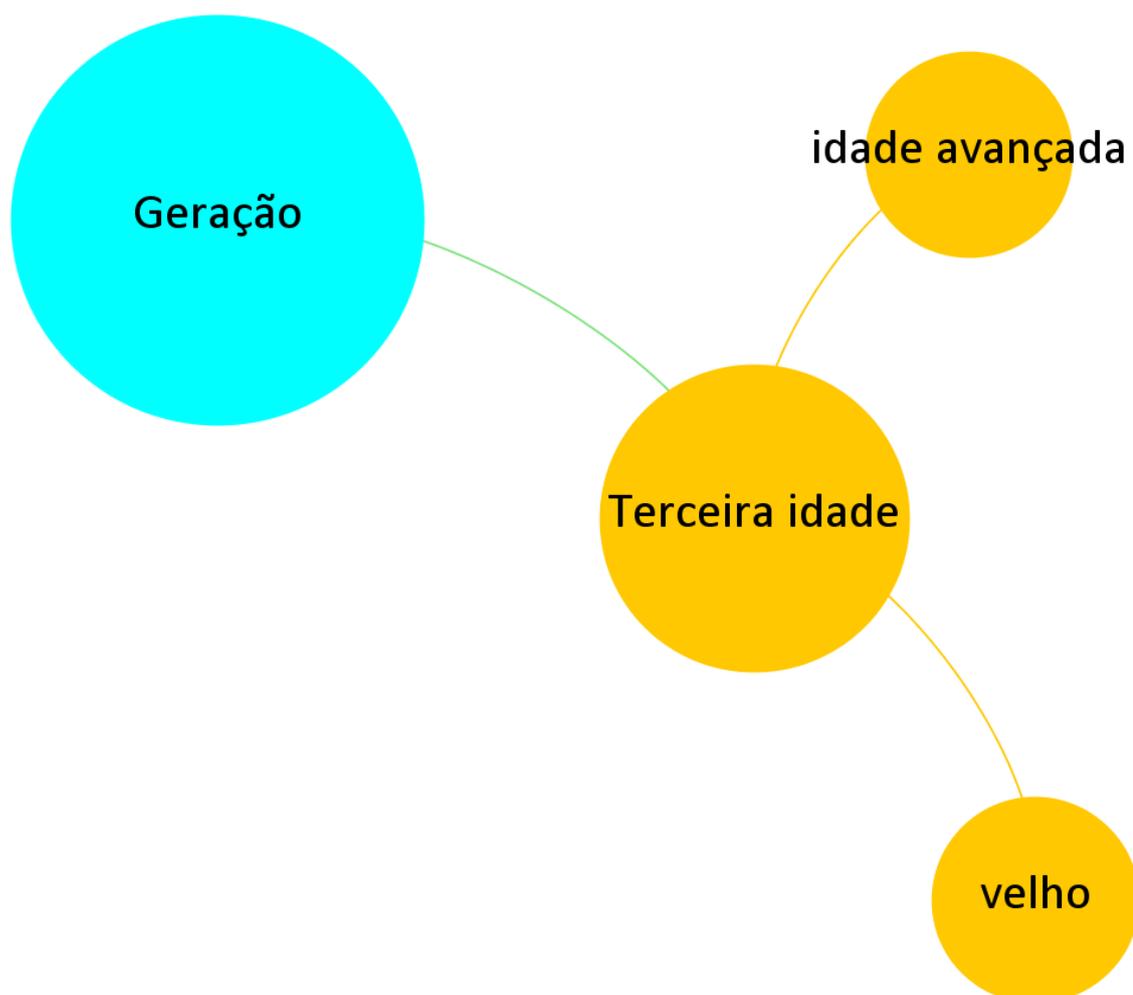
Quadro 14 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Gênero”

Figura (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
bonitas por dentro	1	14,29%
guerreiras	1	14,29%
moças de cor	1	14,29%
muler	1	14,29%
mulher	3	42,84%
Total	7	≅ 100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os **vértices** que sucedem os temáticos mostraram uma predominância para o termo “mulher” com participação de 42,84%. Se adicionado ao termo relacional e aproximativo “muler”, teremos uma representação de 57,13%. Assim, já de imediato é possível inferir que existe uma superioridade terminológica ao termo “mulher” quando se analisa o Marcador Social “Gênero”.

Figura 11 – Grafo do Marcador Social “Geração”



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No *vértice* referente ao Marcador Social “Geração”, observa-se uma relação simples e igualitária entre as relações, todavia, o que chamou atenção foi que ao tratar deste Marcador Social, os registros informacionais levaram apenas a prospecção do termo “Terceira Idade”.

Quadro 15 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Geração”

Tema (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
Terceira idade	1	100%
Total	1	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Vê-se que a questão geracional foi focada exclusivamente na “Terceira Idade”. Se por um lado é positivo, por valorizar a sua representação terminológica no texto, por outro, é negativo na medida em que as outras estruturas etárias não foram percebidas como partes do processo constitutivo deste Marcador Social.

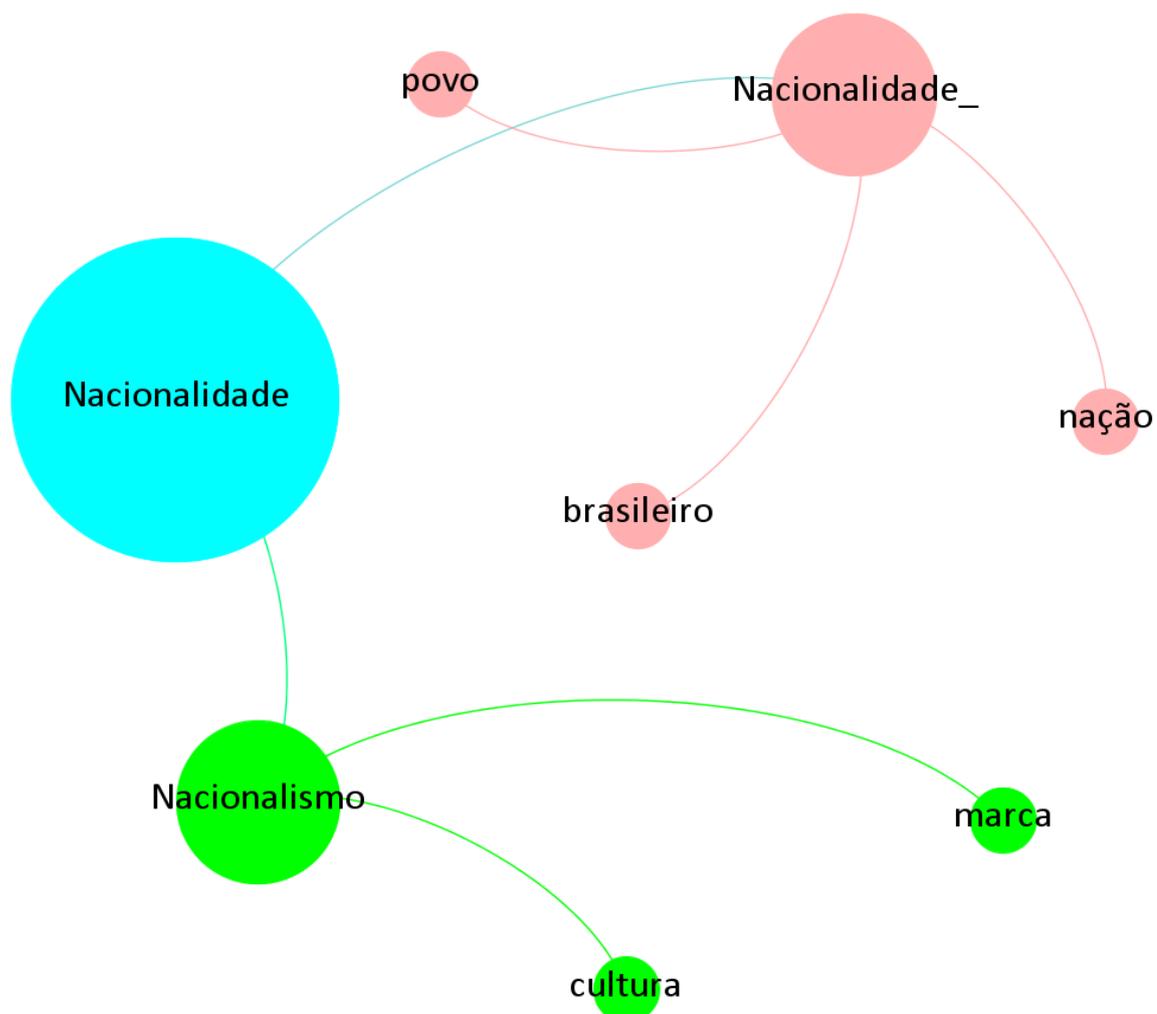
Quadro 16 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Geração”

Figura (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
idade avançada	1	50%
velho	1	50%
Total	2	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No quadro acima foi possível mostrar uma frequência percentual igualitária onde tanto “idade avançada”, quanto “velho” apresentaram os mesmos estratos informacionais.

Figura 12 – Grafo do Marcador Social “Nacionalidade”



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O *grafo* apresenta informações cujas proporcionalidades se deram de maneira superior ao termo “Nacionalidade”. O segundo **vértice** deste Marcador Social foi “Nacionalismo”, tendo uma estratificação que chega a um $\frac{1}{3}$ (um terço) do total de termos levantados a partir dos seus ODI.

Quadro 17 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Nacionalidade”

Tema (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
Nacionalidade	2	66,66%
Nacionalismo	1	33,33%
Total	3	≅ 100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Apresenta-se uma frequência superior ao termo “Nacionalidade”. Isso fica nítido quando se mostra um percentual de grandeza maior que 60% em relação ao todo. Coincidente e dicotomicamente, o que chama a atenção é o impacto informacional para com a presença do termo “Nacionalismo”, cuja reflexão será mais detalhada na fase posterior.

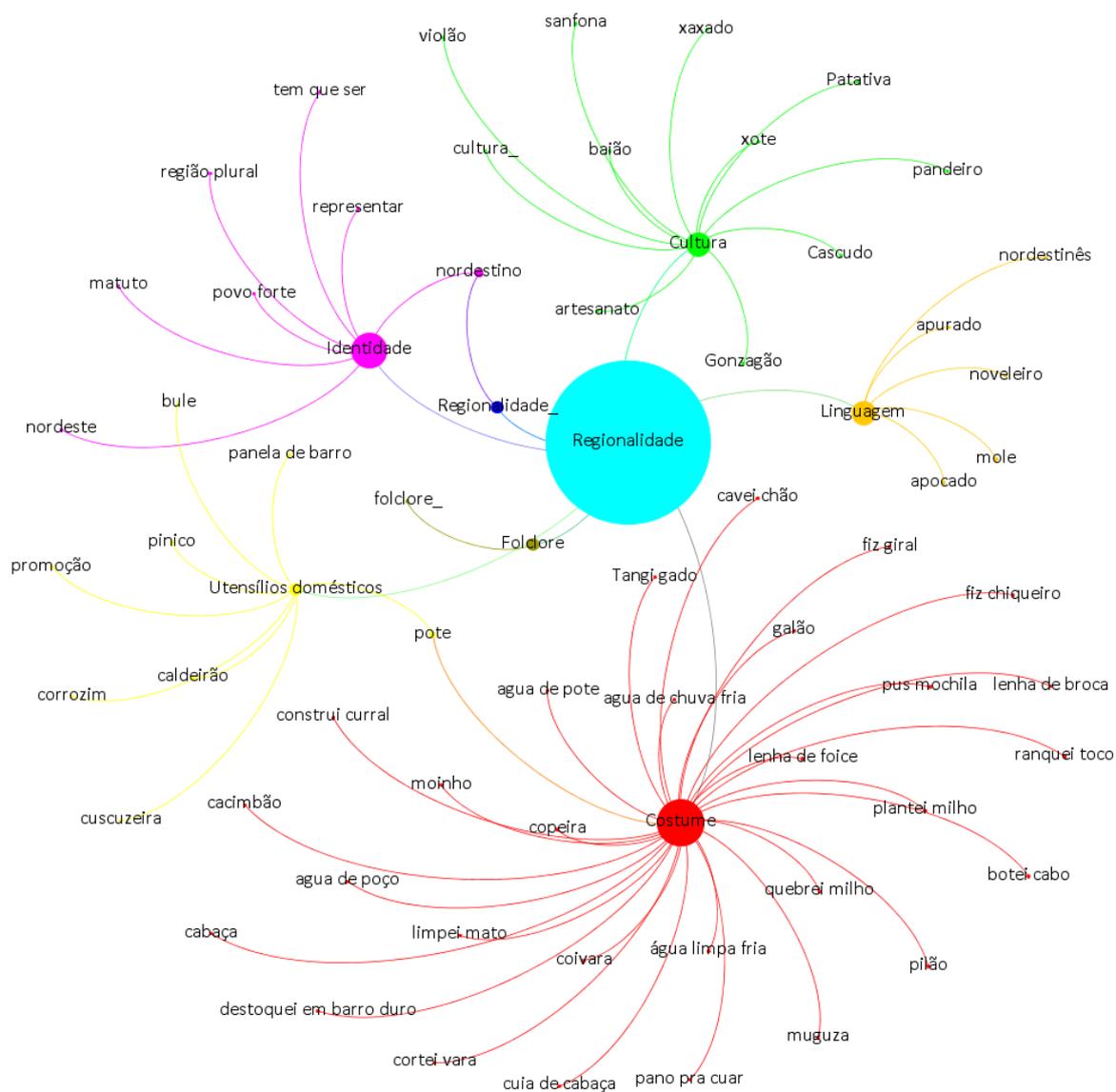
Quadro 18 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Nacionalidade”

Figura (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
brasileiro	1	20%
cultura	1	20%
marca	1	20%
nação	1	20%
povo	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O que chamou atenção neste quadro foi o fato de os percentuais terminológicos serem exatamente iguais, mesmo sendo considerados os fatores quantitativos diferentes dos *vértices* temáticos. Isso pode ser, de certa maneira, explicado ao considerarmos que existe uma “potência” autônoma dos termos que se fazem revelar como termos independentes da *rede* de mesmo valor e importância.

Figura 13 – Grafo do Marcador Social “Regionalidade”



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os **vértices** temáticos irão apresentar elementos ao marcador social “Regionalidade”, que amplificam a visão de uma região limitada a uma área eminentemente rural, rudimentar e imersa em uma tradição “estanque”. Notadamente o Marcador Social também levou a compreender que se trata de um espaço social, diverso e multicultural. Por fim, o *grafo* apresentou informações inter cruzadas entre os **vértices** “regionalidade” e “identidade” por meio do **nodo** “nordestino”, assim como através dos **vértices** “costumes” e “utensílios domésticos” em função do **nodo** “pote”. Vê-se também que a regionalidade descrita remeteu apenas à da região nordeste, independentemente de onde resida o autor do texto.

Isso mostra, portanto, um alto valor identitário ao escritor, representado aqui por meio de seus ODI.

Quadro 19 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Regionalidade”

Tema (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
Costume	4	28,57%
Cultura	2	14,29%
Folclore	1	7,14%
Identidade	3	21,43%
Linguagem	2	14,29%
Regionalidade	1	7,14%
Utensílios domésticos	1	7,14%
Total	14	≅ 100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As frequências simples e percentuais apresentam como termos centrais “Costume” e “Identidade”, que juntos representam 50% do total de termos elencados. Implicitamente vê-se que o fator tradição, mesmo não sendo um termo elencado, “contorna” ou “intercruza” a grande massa informacional dos temas identificados.

Quadro 20 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Regionalidade”

Figura (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
agua de chuva fria	1	1,56%
agua de poço	1	1,56%
agua de pote	1	1,56%
água limpa fria	1	1,56%
apocado	1	1,56%
apurado	1	1,56%
artesanato	1	1,56%
baião	1	1,56%
botei cabo	1	1,56%
bule	1	1,56%

cabaça	1	1,56%
cacimbão	1	1,56%
caldeirão	1	1,56%
Cascudo	1	1,56%
cavei chão	1	1,56%
coivara	1	1,56%
construi curral	1	1,56%
copeira	1	1,56%
corrozim	1	1,56%
cortei vara	1	1,56%
cuia de cabaça	1	1,56%
cultura	1	1,56%
cuscuzeira	1	1,56%
destoqueei em barro duro	1	1,56%
fiz chiqueiro	1	1,56%
fiz giral	1	1,56%
folclore	1	1,56%
galão	1	1,56%
Gonzação	1	1,56%
lenha de broca	1	1,56%
lenha de foice	1	1,56%
limpei mato	1	1,56%
matuto	1	1,56%
moinho	1	1,56%
mole	1	1,56%
muguza	1	1,56%
nordeste	1	1,56%
nordestinês	1	1,56%
nordestino	3	4,69%
noveleiro	1	1,56%

pandeiro	1	1,56%
panela de barro	1	1,56%
pano pra luar	1	1,56%
Patativa	1	1,56%
pilão	1	1,56%
pinico	1	1,56%
plantei milho	1	1,56%
pote	2	3,13%
povo forte	1	1,56%
promoção	1	1,56%
pus mochila	1	1,56%
quebrei milho	1	1,56%
ranquei toco	1	1,56%
região plural	1	1,56%
representar	1	1,56%
sanfona	1	1,56%
Tangi gado	1	1,56%
tem que ser	1	1,56%
violão	1	1,56%
xaxado	1	1,56%
xote	1	1,56%
Total	64	≅ 100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Dentro daquilo que é entendido como figura, ou seja, elemento concreto retirado do texto, as frequências percentuais mais significativas foram “nordestino”, com 4,69% e “pote”, com 3,13%. Juntos, somam um percentual de 7,82%. Neste ponto observou-se uma pulverização, mas também uma ampla diversidade de termos, demonstrando a riqueza cultural da região nordeste do Brasil.

Quadro 21 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Religião”

Tema (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
Religiosidade	43	100,00%
Total	43	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O quadro acima mostra a presença exclusiva do tema “Religiosidade”, com participação de 100% do quantitativo coletado. Isso revelou a frequência de 43 termos.

Quadro 22 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Religião”

Figura (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
ave maria	2	2,50%
igreja matriz	1	1,25%
Jesus de Nazaré	1	1,25%
Maomé	1	1,25%
novena	1	1,25%
padre	1	1,25%
salvação	1	1,25%
virgem Maria	1	1,25%
agradeça a Jesus	1	1,25%
benção	1	1,25%
bom Jesus	1	1,25%
Brahma	1	1,25%
Buda	1	1,25%
capela	1	1,25%
confia no Senhor	1	1,25%
creio	1	1,25%
crucificação	1	1,25%
cruz	1	1,25%
Deus	19	23,75%
dia de devoção	1	1,25%
Dom	1	1,25%

Ela	1	1,25%
Ele	1	1,25%
espiritualidade	1	1,25%
fé	9	11,25%
Jesus	8	10,00%
Jesus Cristo	2	2,50%
luz	2	2,50%
mão de Deus	1	1,25%
menino Deus	1	1,25%
milagres	1	1,25%
N. Senhora Divina Pastora	1	1,25%
Nossa Senhora Aparecida	1	1,25%
orar	1	1,25%
povo	1	1,25%
profecia	1	1,25%
Rei dos judeus	1	1,25%
ressuscitou	1	1,25%
reza	1	1,25%
rezadeira	1	1,25%
ritual sagrado	1	1,25%
São João	1	1,25%
São José	1	1,25%
ventre	1	1,25%
Total	80	≅ 100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os 43 *vértices* que levaram ao tema “Religiosidade” produziram 80 figuras, expressas por uma *rede* de *nodos* com as mais distintas significações. As frequências que geraram um maior nível de representatividade foram “Deus”, “fé”, “Jesus”, “ave Maria”, “Jesus Cristo” e “luz”. Estes, por sua vez, representam um coeficiente percentual de 52,50%. Significa dizer

que também são importantes na construção da sexualidade humana e na busca por um pensar do corpo que considere toda a sua complexidade.

Quadro 23 – Frequência de Temas referente ao Marcador Social “Sexualidade”

Tema (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
Desejo	12	92,31%
Sexo	1	7,69%
Total	13	≅ 100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Tem-se como frequência majoritária o termo “Desejo”, com vistas ao desejo sexual. Seu percentual de importância nos textos chegou a 92,31%, mas se somado ao “Sexo”, como ato, esse percentual chegou ao montante de 100% dos casos prospectados e analisados por esta investigação.

Quadro 24 – Frequência de Figuras referente ao Marcador Social “Sexualidade”

Figura (vértice)	Frequência Simples	Frequência Percentual
amar	1	3,03%
amor	1	3,03%
amor verdadeiro	1	3,03%
Beijando-me	1	3,03%
beijar	1	3,03%
beijo	2	6,06%
boca na boca	1	3,03%
bunda apertada	1	3,03%
carinho	1	3,03%
corpo	1	3,03%
desejo	4	12,12%
fisga	1	3,03%
fogueira de amor	1	3,03%
louca	1	3,03%
meus beijos	1	3,03%

minha mão corre teu corpo	1	3,03%
morder	1	3,03%
mulher vistosa	1	3,03%
paixão	1	3,03%
passageira chama	1	3,03%
pernas carnudas de cavala	1	3,03%
prazer	1	3,03%
quero abraço quente	1	3,03%
quero teu beijo	1	3,03%
roupas se vão	1	3,03%
sexo	2	6,06%
teu peito	1	3,03%
teus desejos	1	3,03%
Total	33	≅ 100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Foi possível observar que os maiores destaques foram para frequências como “desejo”, 12,12%; e “beijo” e “sexo”, ambos com 6,06% do total. O quantitativo complementar foi pulverizado ou fragmentado por outro conjunto de termos, mas levaram a um resultado terminológico aproximativo do que fora expresso pela derivação dos maiores conceitos elencados aqui, ou seja, o uso de termos que expressam um pensar para sexualidade direcionado apenas à visão do ato sexual.

6.3 Fase 2: Interseccionalidade em Marcadores Sociais

Uma forma de refletir os Marcadores Sociais deu-se por meio da interseccionalidade. Segundo Akotirene (2018), “Interseccionalidade é uma ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica. [...] Conceitualmente ela foi cunhada pela jurista estadunidense, a professora da teoria crítica de raça Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação”. A autora acrescenta ainda que “a interseccionalidade visa dar

instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p. 104).

Nesta mesma linha de pensamento, Martins e Côrtez (2019, p. 164) entendem a que “interseccionalidade constitui-se em ferramenta teórico-metodológica fundamental para análises que desvelam os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e nos atos de representação”.

Nesta pesquisa em especial, essa relação ocorreu no sentido de observar os não-ditos (da informação registrada) a partir dos lugares de fala, de analisar sob um olhar panorâmico, inter cruzado e integrado dos efeitos da informação na sociedade.

Ao refletirmos essas questões, do ponto de interseccional, vamos perceber que são presentes no âmbito dos *cibercordéis*: sentimento de pertença identitária, cenários de conflitos, desigualdades e lutas de classe, independentemente do Marcador Social. Assim, tem-se:

a) *Marcador Social “Classe Social”*

Nota-se que existe uma dicotomia no país que não se revela apenas em estatísticas ou debates de políticas de inclusão social. Vê-se que o registro informacional produzido pelo conhecimento literário do cordelista revelou, primeiramente, a sua angústia social, que ocorre por meio do seu esquecimento e silenciamento pessoal.

Tem-se, nesse instrumento de reflexão analítico, a percepção da segregação social, expressa pelo texto poético para representar uma realidade que macula a vida do ser humano. As autorias vão tendo limitados espaços de luta e de reivindicação como subterfúgios. Por isso, o texto poético vai se mostrando como uma espécie de saída ou grito social, para mostrar através da literatura de cordel que a sua realidade e meio social estão imersos em contradições e em um *apartheid* que “alarga” a relação entre a minoria abastada e a maioria excluída socioculturalmente.

Portanto, os textos irão expressar por meio dos termos indexados uma supremacia de vocábulos e expressões, em sua maioria, depreciativos, que irão fortalecer a tônica entre aqueles que têm direito à inserção social sob as mais diversas formas, e/ou outros que são

negligenciados e colocados à margem de um contrato social que deve ser estabelecido por meio de políticas públicas de redução da pobreza.

Dessa maneira, o Marcador Social não pode ser colocado em um “plano menos visível” (HIRATA, p. 65-66) em detrimento de dimensões como “sexo, classe, raça”, por exemplo. É uma dimensão tão substancial quanto às demais, pois ela situa o lugar da pessoa na estrutura social. Sousa (2013, p. 338) nos provoca a refletir

[...] para os silêncios e para os silenciamentos, para as tradições suprimidas, para as experiências subalternas, para a perspectiva das vítimas, para os oprimidos, para as margens, para a periferia, para as fronteiras, para o Sul do Norte, para a fome da fartura, para a miséria da opulência, para a tradição do que não foi deixado existir, para os começos antes de serem fins, para inteligibilidade que nunca foi compreendida, para as línguas e estilos de vida proibidos, para o lixo intratável do bem-estar mercantil, [...].

Em essência, isso precisa ocorrer pensando o Marcador Social “Classe Social”, para refletirmos a sociedade de classe em toda a sua pirâmide socioeconômica e incluirmos toda a sua natureza complexa que lhe é peculiar e inerente. Isso impacta, e não é diferente com a poesia de cordel e os cordelistas. Eles estão imersos em uma literatura considerada “subalterna” e são denominados pela dita cultura erudita como “artesãos da escrita”, sem contar que quando incluímos a este debate a categoria “Trabalho” vemos uma relação dos textos a autores com profissões de baixo apelo ou sensibilidade social quanto à sua importância. Isso faz com que seja potencializado o nível de preconceito, pois são escritores de cordéis, pessoas que estão, em sua maioria, na base da pirâmide socioeconômica.

b) Marcador Social “Étnico-racial”

Nesse Marcador Social foi apresentada uma baixa representação do mesmo nos registros informacionais, mas não menos importantes. Ao contrário, com este objeto digital de conhecimento são apresentados elementos que remetem a aspectos identitários, genéticos e civilizatórios. O fator da carga ascendente e descendente foi apresentado como aspecto inerente da riqueza de uma memória social. Diante disso, não se pode negligenciar a narrativa da herança histórica e seus correspondentes passivos que marcaram e ainda marcam a história do povo afrobrasileiro no país. A presença dos negros no Brasil representou

diversas etapas na cronologia histórica onde a luta de classe, a busca pela sobrevivência e subsistência humana sempre foram colocadas à prova. Se observarmos “friamente” este Marcador Social, verificamos que o impacto sobre este perpassa e imbrica-se com todos os outros. O texto com o qual fez emergir figuras “africana gente”, “negra” e “cor”, mostra que o “navio negreiro” continua vigente e mostrando que a maioria da população brasileira que é de origem negra, é o mesmo povo que sofre por ausência de acesso aos direitos fundamentais estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Carta Magna de 1988. Não obstante, na prática, sofre com a histórica negligência do Estado ao dos 520 anos da história brasileira após o momento de sua invasão e ocupação do território, hoje conhecido como Brasil. Se em linhas gerais a negritude brasileira tem sofrido as mais distintas formas de coações e de constrangimentos, quiçá a figura e presença da mulher. A mulher negra foi “ama de leite”, objeto sexual dos senhores de engenho, sofreu tráfico humano e foi obrigada a renegar a sua relação com o sagrado. Mesmo com a evolução das formas de trabalho, a mulher negra continuou sofrendo com novas formas de exploração a partir da degradação de mão de obra servil na modernidade. Resignificou o ato de explorar, agora a negra se tornou “secretária do lar”, “operária da construção civil” e “acompanhante de luxo”. Mas contrariando a lógica exploradora e segregação racial existente no Brasil, os negros e as negras também ascenderam social e economicamente; estão na ciência, nas universidades, são representantes políticos em grandes corporações, estão na estrutura do Estado e no terceiro setor. O povo negro através dos simbólicos, mas também efetivos quilombos deram novos contornos à sociedade brasileira. A luta negra pode inclusive elevar Anastácia ao nível de divindade, mesmo que sua representatividade seja negada aos olhos e registros dos espaços formais do país.

Diante disso, vale salientar que “em relação aos conceitos de raça e de etnia, ambos são utilizados nos jogos de poder, seja na instauração de formas de dominação, seja na sustentação das lutas de resistência” (MUNANGA, 2008 apud SILVEIRA; NARDI, 2014, p. 16). Por esse motivo, se faz necessário que os

“[...] processos de disseminação, democratização e preservação da informação étnico-racial, que quando apropriados por entidades como o movimento negro, podem servir para reforçar os canais de luta em favor da população negra e representar a memória cultural deixada pelos antepassados africanos” (SILVA; AQUINO, 2013, p. 7).

Isso, portanto, também é nítido na investigação, à medida que os cenários e os personagens são colocados em ênfase e analisados como objetos de pesquisa.

c) *Marcador Social “Gênero”*

Segundo Sardenberg (2015, p. 89), se por um lado, tal como “raça, classe ou sexualidade, gênero existe como uma categoria específica de identidade política e análise política, pensar gênero como um determinante que age por si só pode distorcer a realidade”.

Partindo desse pensamento e dentre os ODI prospectados, algumas informações levantadas chamaram atenção, especialmente quando vemos emergir vértices (temas) como “Feminismo” e “Preconceito”, que provocam algumas questões importantes. O primeiro, por relacionar termos como “bonitas por dentro” e “guerreiras”.

- As feministas são apenas “bonitas por dentro”?

É perceptível aqui observar que há preconceito. Por serem mulheres, que podem se distanciar do padrão hegemônico de feminilidade tradicional – mulher, esposa, mãe – podem ser vistas como feias e mal amadas, por exemplo.

- Só são “guerreiras” por que são feministas?

O senso comum do pensamento patriarcal irá fazer pensar que sim, porém é salutar compreender que quando se fala em luta de gênero, deve-se envolver nesse debate o fato de que existe uma interface com o feminismo, mulheres e guerreiras, feminismo e mulher. Aqui se demonstra haver uma valorização das mulheres na luta por direitos iguais, pela equidade através da inclusão sociocultural, socioeconômica e socioinformacional.

Essa reflexão irá aproximar o debate com a subcategoria “Preconceito” que traz a menção das “moças de cor”.

- Qual o motivo de relacionar as “moças de cor” com o “Feminismo”?

O pensamento exposto na forma de texto pelos *cibercordelistas* ilustra de forma velada ou explícita a maneira como as mulheres engajadas na luta por direitos equânimes são vistas, em parte, pela sociedade brasileira.

Ficou nítido que este Marcador Social entrecruzou em primeiro grau o Marcador “Étnico-racial”, e em segunda instância, Marcadores como “Geração”, que mostrou a marca recorrente, a continuidade de um modelo pós-colonialista, escravista e centenário que ainda está distante de romper com os “grilhões” da força patriarcal, do pensamento Estatal e de distintos setores da mídia, que não dão a devida visibilidade a um debate que transpõe barreiras socioculturais. É, portanto, nesse contexto que:

As feministas do Terceiro Mundo e/ou que trabalham com teoria pós-colonial chamaram a atenção para a necessidade de articular gênero não apenas a sexualidade, raça, classe, mas também a religião e nacionalidade (SHOHAT, 1992; MACKLINTOCK, 1992; MOHANTY, 1991 apud PISCITELLI, 2008, p. 266).

Nesse cenário investigativo ao que é compreendido por teoria pós-colonial, Santos (2013) alerta para necessidade de um enfrentamento por meio do que ele chama de Paradigma Emergente, também denominado de Ecosocial. Trata-se de uma proposta que busca privilegiar os debates, práticas e reflexões para além dos países do norte e das classes dominantes.

d) Marcador Social “Geração”

Neste Marcador Social, no aspecto geracional quando tratado da terceira idade, foi possível observar que o texto prospectado não tratou dele com “fim em si mesmo”, ao contrário, tratou como objeto digital de conhecimento a refletir sobre as condições sociais e econômicas com a qual se chega à terceira idade. Tivemos uma intersecção notória com os Marcadores Sociais: “Classe Social” com as suas condições econômicas e laborais, que perpassam questões como “Gênero” e “Sexualidade”. Foi apresentado por meio do texto, o quanto a última fase etária do cidadão é negligenciada pelo Estado, evidentemente se tratarmos da parcela mais pobre. Se a população economicamente ativa e empobrecida já

sofre altos níveis de segregação social, quiçá aquela que em grande medida depende da compensação do Estado para sua subsistência humana. Estar e Ser são verbos que não só identificam o idoso, mas também que o marcam socialmente dentro de uma sociedade imediatista que não pensa políticas públicas de bem-estar e qualidade de vida. O *Cibercordel* leva o (a) leitor (a) a refletir o quanto este idoso que é pobre, aposentado, da periferia, assalariado e que em grande parcela da sociedade é a pessoa que garante o direito à alimentação da família, também se mostra como um ser humano indefeso e à mercê das estruturas do poder hegemônico. Neste sentido, é preciso pensar de forma interseccional que

[...] a velhice possa ser concebida como resultado dialético das dimensões fisiológicas, simbólicas e estruturais, combinadas e justapostas pelos atores sociais em meio a condições contextuais vigentes na dinâmica intergeracional, que organizam experiências plurais no processo de envelhecimento (COSTA JÚNIOR; COUTO, 2015, p. 1113).

Portanto, é preciso observar a última fase geracional considerando o seu contexto e observando que a sua realidade social pode direcionar a distintas análises. Por exemplo, é diferente analisar o idoso branco, abastado e da zona sul, em detrimento do negro, pobre assalariado e da favela. Da mesma forma, o idoso em disputa com o jovem no mercado de trabalho, mesmo que ambos tenham a mesma qualificação profissional.

e) *Marcador Social “Nacionalidade”*

Ao se debruçar sobre os resultados desse Marcador Social, vê-se um cenário dicotômico em relação à forma de visualizar esta categoria. Por um lado, temos aspectos inerentes e de certa maneira esperados em ser apresentados, como: “povo”, “brasileiro” e “nação”; são aspectos inerentes e intimamente ligados ao olhar direcionado à ideia de “Nacionalidade”. Do outro lado temos a exposição do conceito de “nacionalismo” atrelado a termos como: “cultura” e “marca”. É fato que, pela impossibilidade de entrevistar o autor do texto (não previsto na metodologia), pode-se concluir que a narrativa em torno desta abordagem se deu de forma despretensiosa. O texto poderá também guiar o leitor a inferir que a prospecção textual descobriu um objeto digital com uma alta carga de política ideológica ultra-conservadora, isso porque é preciso pensar que quando se fala em um

sentimento nacionalista, logo é necessário ficar atento aos perigos que esta abordagem pode levar a uma nação. É por meio deste sentimento identitário de cunho político e ideológico que um país pode entrar na espiral de regimes autoritários e ditatoriais. Buscar uma “marca” de pensamento para promover um único modelo de cultura, e por ela de uma “filosofia de vida”, abrirá espaço para qualquer tipo de transgressão que se queira promover, pelo simples fato de ser “em nome de uma cultura nacional”.

O mundo já viveu distintas etapas de desenvolvimentos progressistas e de retrocessos fundamentalistas. O “nacionalismo” é um deles: levou povos à destruição, massacrando memórias coletivas e dizimou em muitos momentos o sentimento de “igualdade na diversidade”. Neste sentido, este Marcador Social poderá se interconectar com todos os outros Marcadores em estudo. Isso foi perceptível quando e se se estabelecem padrões, rótulos e modos de se portar para uma “sociedade nacionalista”. O grupo social que não se enquadrou nesse modelo foi automaticamente excluído e deixado à margem da sociedade com a qual ele, na verdade, deveria ser incluído, se considerado um país como espaço democrático de acolhida e vivência pelos pares.

Os textos também nos direcionaram a perceber uma busca por uma afirmação e reconhecimento identitário frente a uma inferioridade estrutural civilizatória “dos outros em relação a nós”, que se observado “de fora para dentro”, veremos que “no lugar desigual atribuído ao Brasil no âmbito global, a nacionalidade brasileira, mas do que a cor da pele, confere-lhes essa condição” (PISCITELLI, 2008, 269). Apesar disso “O direito à nacionalidade surge como conceito com a afirmação de direitos humanos ocorrida logo após a Segunda Guerra Mundial [...]” (DORNELAS; RIBEIRO, 2018, p. 252).

f) Marcador Social “Regionalidade”

O nordeste brasileiro descrito pelos (as) cordelistas digitais se revelou também por meio do Marcador Social “Regionalidade” como sendo um espaço geográfico e sociocultural rural e de práticas rudimentares. Os (as) autores (as) têm um conhecimento limitado ao que de fato representa a região. Passa-se a ideia de que a população tem como exclusivo fator identitário as tradições e costumes populares que fizeram as localidades assumirem papéis estigmatizados pelo que se entendia de nordeste. Os (as) autores (as) parecem repercutir, muito possivelmente de maneira inconsciente, o discurso e a narrativa hegemônica de que o

Nordeste é apenas um lugar de “seca”, “sofrimento”, “artesanato” e de uma “monocultura” de subsistência. Os ODI apresentam que, mesmo em meio a sua riqueza cultural, impulsionam levar o leitor a perceber erroneamente uma visão reducionista do que representa verdadeiramente o Nordeste. Não se pode promover um olhar marginal e subalternizado. Isso facilita visões xenófobas, podendo aproximar os conflitos deste Marcador Social aos “Étnico-racial” e de “Nacionalidade”, por exemplo. As peculiaridades do Nordeste não devem ser vistas como instrumentos de cisão, mas sim de integração nacional. Este cenário revela que

O embate configura-se, sobretudo, a partir de duas perspectivas distintas. De um lado estão aqueles que compreendem tais desigualdades e mazelas sociais por uma perspectiva predominantemente econômica, desconsiderando total ou parcialmente as intersecções entre marcadores sociais como gênero, raça, sexualidade, regionalidade, religião, etc. [...] Do outro lado encontram-se aqueles que entendem tais desigualdades como resultado de um processo de construção e intersecção de diferenças sociais. O qual configurou e consolidou socialmente uma parcela da população como “outra” (ou não branca, não-masculina, não-heterossexual, não-cristã, etc.) e a alocou em uma posição social de desprestígio, a qual suspendeu a sua humanidade, racionalidade, estética e subjetividade em descrédito (MOYA, 2010, p. 2).

O Nordeste é berçário de uma das regiões mais diversas e plurais do Brasil, mas que historicamente em virtude de políticas públicas nacionais desiguais, assim como do comportamento social de vários setores da sociedade, a região se encontra em situação de desprestígio sociocultural, econômico e educacional em comparação com as regiões do centro-sul do país. Mesmo assim, isso não deve encobrir ou silenciar a riqueza que representa a região Nordeste. Portanto, é necessário observar o Nordeste de maneira interseccional, onde os mais distintos aspectos sejam relacionados e analisados de forma conjunta.

g) Marcador Social “Religião”

Este Marcador Social revelou em um primeiro olhar um perfil majoritariamente cristão para o povo brasileiro. Isso é facilmente perceptível quando os (as) *cibercordelistas* expõem ODI que relacionam a registros informacionais em torno de: “Deus”, “Jesus”,

“Maria”, “Templo” e dos “Rituais”. Isso aparece de forma literal, indireta ou relacional (entre termos). Os esquemas sociais induzem o sujeito da pesquisa a inferir que o fenômeno investigado tem como base religiosa o catolicismo, mencionando em menor escala a “religiosidade popular” e em maior proporção o dogmatismo político e ideológico da igreja. Este cenário é também explicável em virtude de o Brasil ter sido “ocupado” sob a “proteção” da igreja católica, pela adoção do catolicismo como única forma oficial de construção de uma relação com o sagrado na formação do povo brasileiro. Adicionado a isso, está o sentimento do Messianismo que influenciou, inclusive, grande parte dos cordéis e cordelistas a partir do final do século XIX. Numa outra perspectiva, observa-se uma inferior presença de termos que levam ao debate do diálogo inter-religioso, como: “Buda”, “Brahma”, “Deus” e “Maomé”. Na prática, os textos prospectados sinalizam para a real forma como elas se veem e veem o mundo em seus entornos. O poder hegemônico do cristianismo influi não apenas o fator identitário religioso. A forma de professar a fé no Brasil é algo que influencia Marcadores Sociais como “Gênero”, “Sexualidade”, “Classe Social” e “Étnico-racial”, por exemplo.

Tem-se aqui, a manifestação de uma igreja secular masculina com a clara representação do homem, tendo “Deus” e “Jesus” como marcas incutidas na memória social de uma igreja que permite a mediação entre fiéis e a salvação por meio, quase exclusivo, de representantes do sexo masculino. Nesse sentido, conseguiu-se entender as “intersecções entre religião e debates políticos relativos a modelos familiares, sexualidade, reprodução e relações de gênero” (TOLDY; SANTOS, 2016, p. 47).

Portanto, a religião tem o poder de influenciar comportamentos e posturas socioculturais e a incorporar valores mercadológicos impulsionados pela grandeza atemporal dos preceitos institucionais da igreja.

h) Marcador Social “Sexualidade”

A “Sexualidade” aqui poderia ser pensada sob a ótica afetiva e identitária, porém os textos foram marcados substancialmente pela acepção do “desejo corpóreo” ou do “desejo sexual”.

A sexualidade não deveria explicar apenas um direcionamento ao ato sexual, mas poderia remeter aos comportamentos e aos vínculos sociais que ocorrem entre pessoas

antes de qualquer tipo de ato sexual. Fica nítido nos textos um pensar direcionado a um ato com fim em si mesmo.

Este Marcador Social intercruza marcadores como “Gênero” e “Étnico-racial”, especialmente quando os (as) autores (as) vão se limitando exponencialmente em relação às características físicas das mulheres. Com isso é salutar que para

[...] nós, a interseccionalidade é um investimento para além do reconhecimento da existência de sistemas de opressão que se organizam nas relações entre gênero, sexualidade e raça. Ela diz do jogo das identidades e diferenças que nas construções, colocando sob suspeita as hierarquizações e as absolutizações das identidades. A interseccionalidade diz da impossibilidade de nos olhar a partir de uma única identidade (OLIVEIRA; FERRARI, 2018, p. 22-23).

Dessa forma, é necessário ver o Marcador Social para além do seu próprio fator terminológico. É preciso considerar as suas interrelações que nos levaram à compreensão de como as pessoas através dos registros informacionais vão se comportando diante de cada situação e contexto, que neste ocorre por meio de uma visão reducionista ao Marcador Social em questão.

6.4 Fase 3: Discursivização e Figuratização em Semântica Discursiva

Nesta fase, o texto prospectado levou a compreender a construção do discurso a partir das narrativas individuais ou coletivas das autorias, cujos registros informacionais foram descobertos.

Na fase de discursivização é possível elencar a força do significado das Figuras (elementos concretos) em relação aos Temas (elementos abstratos) presentes nas construções textuais identificadas. Assim, tem-se:

Quadro 25 – Discursivização do Marcador Social “Classe Social”

Título	Contexto	Figuras	Tema
A Casa que a fome mora	[...] Dizendo: aqui ninguém come! / Ouvi os gritos da fome ,/ [...].	aqui ninguém come, gritos da fome	Desigualdade social
A Fome	[...] Uns vivem na ostentação ,/ E outros sem esperança ,/ [...].	vivem, ostentação, sem esperança	Desigualdade social

O Brasil Que Eu Quero em Cordel	[...] É um Brasil sem preconceitos/ No qual o rico e o pobre / Gozem dos mesmos direitos / [...].	rico, pobre, direitos	Desigualdade Social
Ontem rei, hoje sem trono	[...] Sonhei então... (rico sono!)/ Que a pobreza erradicava .../ Infeliz quando acordava,/ Ontem rei , hoje sem trono ./ [...].	rico, pobreza erradicava, rei, sem trono	Desigualdade social
14 de Novembro de 2017	[...] Dentro de casa ou na rua,/ Sempre sem ter preconceito ,	sem ter preconceito	Igualdade social
A Humanidade é estranha	E humildes tentando sobreviver / Tem gente que é tão pobre	sobreviver, pobre	Pobreza

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No **Marcador Social “Classe Social”** emergiram os temas **Desigualdade social**, **Igualdade social** e **Pobreza**. Os vocábulos **vivem**, **ostentação**, **rico**, **pobre**, **direitos**, **rei** e as expressões **aqui ninguém come**, **gritos da fome**, **sem esperança** e **sem trono** figurativizam o tema **Desigualdade social**, demonstrando a cisão entre ricos e pobres, causando exclusão social. A expressão **sem ter preconceito** figurativiza o tema **Igualdade Social**, demonstrando a busca pela igualdade na sociedade das mais distintas formas. Os vocábulos **sobreviver** e **pobre** figurativizam o tema **Pobreza**, demonstrando que existe uma parcela da sociedade que subsiste de forma precária e desigual em relação ao grupo da população abastada.

Quadro 26 – Marcador Social “Étnico-racial”

Título	Contexto	Figuras	Tema
Anastácia, a Santa escrava	[...] Já a cor , tão negra e linda,/ Herdara de Deolinda/ E de sua africana gente ./ [...].	cor, negra, africana gente	Afrodescendente

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No **Marcador Social “Étnico-racial”** emergiu o tema **Afrodescendente**. Os vocábulos **cor**, **negra**, **africana** e **gente** figurativizam o tema **Afrodescendente**, demonstrando a origem dos povos negros contemporâneos que têm como matriz civilizatória os povos advindos da África.

Quadro 27 – Marcador Social “Gênero”

Título	Contexto	Figuras	Tema
ABC das Marias	[...] Bonitas por dentro são/ As guerreiras brasileiras/ [...].	bonitas por dentro, guerreiras	Feminismo
A Beleza da mulher	[...] E a beleza de uma mulher / Vem de um detalhe qualquer/ [...].	mulher	Feminilidade
Bocage e a lésbica	[...] Conhece as moças de cor / Do vale do Sado a Lisboa,/ [...]/ - Menina que sois tão boa!/ [...].	moças de cor	Preconceito
Nesse dia da mulher	[...] a muler tem liberdade/ tem voz na sociedade/ aceite ou vá se lascar.	muler	Feminismo
Mulher	[...] Que a figura de uma mulher .	mulher	Feminilidade

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No **Marcador Social “Gênero”** emergiram os temas **Feminismo**, **Feminilidade** e **Preconceito**. Os vocábulos **guerreiras** e **mulher** e a expressão **bonitas por dentro** figurativizam o tema **Feminismo**, demonstrando a luta social feminina em torno da busca permanente pela redução das desigualdades existentes entre homens e mulheres. O vocábulo **mulher** figurativiza o tema **Feminilidade**, demonstrando o conjunto de atributos da mulher na sociedade. A expressão **moças de cor** figurativiza o tema **Preconceito**, demonstrando a forma pejorativa e depreciativa com que mulheres, em especial negras, são tratadas no contexto da sociedade brasileira.

Quadro 28 – Marcador Social “Geração”

Título	Contexto	Figuras	Tema
Quem dera se o nordestino	[...]/ Sem aposentadoria eu juro/ [...]/ Com a idade avançada / [...]/ O velho entra em desespero.	idade avançada, velho	Terceira idade

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No **Marcador Social “Geração”** emergiu o tema **Terceira Idade**. O vocábulo **velho** e a expressão **idade avançada** figurativizam o tema **Terceira Idade**, demonstrando a última fase de vida do ser humano.

Quadro 29 – Marcador Social “Nacionalidade”

Título	Contexto	Figuras	Tema
08 de Outubro de 2017	Muita paz e muita luz, Para o povo dessa nação ,	povo, nação	Nacionalidade
Cacto resiliente	[...] Eu peço mais uma vez/ Respeito... sou brasileiro / [...].	brasileiro	Nação
Sou marca reconhecida	Sou marca reconhecida/ Na cultura Brasileira .	marca, cultura	Nacionalismo

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No **Marcador Social “Nacionalidade”** emergiram os temas **Nação, Nacionalidade e Nacionalismo**. O vocábulo **brasileiro** figurativiza o tema **Nação** demonstrando o espaço geográfico, político e soberano de um coletivo de pessoas com vínculos e afinidades socioculturais. Os vocábulos **povo** e **nação** figurativizam o tema **Nacionalidade**, demonstrando a origem a um determinado país. Os vocábulos **marca** e **cultura** figurativizam o tema **Nacionalismo**, demonstrando a exaltação de determinados valores ideológicos e nacionais.

Quadro 30 – Marcador Social “Regionalidade”

Título	Contexto	Figuras	Tema
Botei o copo na copeira	botei o copo na copeira / Tomei água no cabuco de cabaça / [...] / Botei água no galão enchi o pote / [...] / E comi muguza , com feijão [...].	copeira, cabaça, galão, pote, muguza	Costume
Coração nordestino	Eu sou como você vê/ esse matuto feliz/ da vida sempre aprendiz/ [...] / na luta desde menino/ [...] / meu coração nordestino .	matuto, nordestino	Identidade
Destoquei em barro duro	Destoquei em barro duro / Fiz giral de catingueira/ Botei cabo em roçadeira/ Plantei milho no monturo/ Construí curral seguro/ [...] / Fiz chiqueiro pra capão/ [...].	destoquei em barro duro, fiz giral, botei cabo, plantei milho, construí curral, fiz chiqueiro	Costume
Folclore não sai de moda	Folclore não sai de moda./ [...].	folclore	Folclore
Juntei uns corozim	[...]/ Pra comprar um caldeirão / Uma panela de barro / Cuscuzeira , valentão/ Pote , não abduco/ Um bule , até pinico / [...].	corozim, caldeirão, panela de barro, cuscuzeira, pote, bule, pinico, promoção	Utensílios domésticos
Não tem lugar nesse mundo que supere o meu	[...] Culturalmente transveste/ Um nordestinês fecundo/ Não tem lugar nesse mundo/ [...].	nordestinês	Linguagem

Nordeste			
Nosso linguajar	Briguento, é noveleiro /Tímido, é apocado / Azarento, quem é mole / Exibido, é apurado [...].	noveleiro, apocado, mole, apurado	Linguagem
Nordestinos, sim, senhor, por que, não?	Nordestino com orgulho,/ [...]/ Nordeste só nos orgulha,/ [...]/ Assim é uma região plural , diversificada,/ [...]/ Dessa forma, somos um povo forte / [...].	Nordestino, Nordeste, região plural, povo forte	Identidade
Pra representar o meu sertão	Pra representar meu sertão/ o cabra tem que ser valente,/ [...]/ porque nordestino é.	representar, tem que ser	Identidade
Puxei agua de poço e cacimbão	Puxei agua de poço e cacimbão / Limpei mato de mão e cortei vara / Tirei lenha de broca e fiz coivara / A ranquei toco fiz cerca cavei chão / Quebrei milho no moinho e no pilão / Pus mochila em cabrito e Tangi gado / Cortei lenha de foice e de machado/ Bebi agua em cuia de cabaça / [...].	agua de poço, cacimbão, limpei mato, cortei vara, lenha de broca, coivara, ranquei toco, cavei chão, quebrei milho, moinho, pilão, Pus mochila, Tangi gado, lenha de foice, cuia de cabaça	Costume
Quando ouço falarem mal	Pois nosso Nordeste tem/ Praia boa, gente ordeira,/ Cultura cristalina também/ E a culinária de primeira/ Sem falar no artesanato / É tanta beleza de fato/ Nessa terra hospitaleira.	cultura, artesanato	Cultura
Quanto mais sou nordestino, mas tenho orgulho de ser	[...] Quanto mais sou nordestino / Mas tenho orgulho de ser/ [...].	nordestino	Regionalidade
Quem toma água de pote	Que toma agua de pote / Tem copo na copeira/ E agua que da sorte/ Sadia de tal maneira/ Tem agua de chuva fria / Que chega durante o dia/ Boa pra se beber/ Tem o pano pra cuar / Agua limpa fria no ar/ Que provar pra saber.	agua de pote, agua de chuva fria, pano pra cuar, agua limpa fria	Costume
Todo dia é dia de nordeste	[...] De Patativa , Cascudo e Gonzagão / De sanfona , pandeiro e violão / De baião , de xaxado e de xote / [...].	Patativa, Cascudo, Gonzagão, sanfona, pandeiro, violão, baião, xaxado, xote	Cultura

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No **Marcador Social “Regionalidade”** emergiram os temas **Costume**, **Cultura**, **Folclore**, **Identidade**, **Linguagem**, **Regionalidade** e **Utensílios Domésticos**. Os vocábulos **cabaça**, **cacimbão**, **coivara**, **copeira**, **galão**, **moinho**, **muguza**, **pilão** e **pote** e as expressões **agua de chuva fria**, **agua de poço**, **agua de pote**, **água limpa fria**, **botei cabo**, **cavei chão**,

construi curral, cortei vara, cuia de cabaça, destoquei em barro duro, fiz chiqueiro, fiz giral, lenha de broca, lenha de foice, limpei mato, pano pra cuar, plantei milho, Pus mochila, quebrei milho, ranquei toco e Tangi gado figurativizam o tema **Costume**, demonstrando o hábito, modo de pensar e agir de um determinado grupo social. Os vocábulos **artesanato, baião, Cascudo, cultura, Gonzagão, pandeiro, Patativa, sanfona, violão, xaxado, e xote** figurativizam o tema **Cultura**, demonstrando as mais distintas facetas culturais do nordeste brasileiro. O vocábulo **folclore** figurativiza o tema **Folclore**, demonstrando as manifestações culturais existentes na memória coletiva da sociedade, sejam elas mitos, lendas ou rituais. Os vocábulos **matuto, nordeste, nordestino, representar** e as expressões **povo forte, região plural e tem que ser** figurativizam o tema **Identidade**, demonstrando o sentimento sociocultural de pertença identitária para um grupo de domínio que compartilha a mesma memória social. Os vocábulos **apocado, apurado, mole, nordestinês, noveleiro** figurativizam o tema **Linguagem**, demonstrando a forma como são atribuídos os termos e dialetos de um determinado grupo social. O vocábulo **nordestino** figurativiza o tema **Regionalidade**, demonstrando a área geográfica e sociocultural com a qual pessoas a compõem. Os vocábulos **bule, caldeirão, corrozim, cuscuzeira, pinico, pote e promoção** e a expressão **panela de barro** figurativizam o tema **Utensílios Domésticos**, demonstrando os objetos ou itens utilizados no cotidiano nordestino.

Quadro 31 – Marcador Social “Religião”

Título	Contexto	Figuras	Tema
01 de Dezembro de 2017	[...] Que o nosso Deus Soberano,/ Nos conceda sua benção!	Deus, benção	Religiosidade
15 de Novembro de 2017	[...] Acredite só na lei de Deus ,/ Porque a da terra é tardia!	Deus	Religiosidade
13 de Novembro de 2017	[...] Segure na mão de Deus , E caminhe sem tropeçar!	mão de Deus	Religiosidade
12 de Novembro de 2017	Quem tem fé em Jesus Cristo , Está sempre bem guardado,/ [...].	fé, Jesus Cristo	Religiosidade
11 de Novembro de 2017	Cada dia que amanhece,/ É um milagre de Jesus / [...].	Jesus	Religiosidade
10 de Novembro de 2017	Quando estiver cansado, Deita no colo de Jesus ,/ [...].	Jesus	Religiosidade

22 de Outubro de 2017	Deus é o pão, é a vida,/ É a luz, e és caminhos,/ [...].	Deus	Religiosidade
20 de Outubro de 2017	[...] Dê graças ao bom Jesus , E sinta-se mais Harmonioso,/ [...].	bom Jesus	Religiosidade
18 de Outubro de 2017	[...] Enfim, agradeça a Jesus , Pela vida e pela luz,/ [...].	agradeça a Jesus	Religiosidade
16 de Outubro de 2017	[...] Com Deus em nossos caminhos,/ Nunca estaremos sozinhos,/ Porque só Ele nos conduz!	Deus, Ele	Religiosidade
15 de Outubro de 2017	[...] Neste dia de devoção ,/ À N. Senhora Divina Pastora ,/ Peço a Ela sua proteção,/ [...].	dia de devoção, N. Senhora Divina Pastora, Ela	Religiosidade
12 de Outubro de 2017	[...] Por Deus somos guardados, E que sejamos abençoados, Por Nossa Senhora Aparecida !	Deus, Nossa Senhora Aparecida	Religiosidade
Aboio - Jesus Cristo	Cumprindo – se a profecia / O menino Deus nascia/ Na mais linda primazia/ Do ventre da virgem Maria / [...].	profecia, menino Deus, ventre, virgem Maria	Religiosidade
Acabei de relatar tudo que se passa em mim	[...] Creio por fé em Jesus / Deixei trevas pela luz / Na espiritualidade / [...].	creio, fé, Jesus, luz, espiritualidade	Religiosidade
Âncora	[...] se o coração se empenha/ é o manifesto da fé .	fé	Religiosidade
Ânimo Josué	[...] Confie em Deus piamente/ tenha do bem a justeza/ [...].	Deus	Religiosidade
A Paixão de cristo	[...] Conduziram Jesus Cristo / Para a crucificação / [...].	Jesus Cristo, crucificação	Religiosidade
A Vida tem tanta coisa boa	[...] / Com muita coragem e fé / Vamos ora e pedir a deus / [...] / Meu Jesus de Nazaré .	fé, orar, deus, Jesus de Nazaré	Religiosidade
Das grandezas do mundo muito enxergo	Se só Deus é verdade pra salvar,/ É melhor caminhar em seu caminho/ Sua luz jamais traz à nós espinho.../ [...].	Deus, luz	Religiosidade
Deus em mim	Eu sei que há um Deus de Misericórdia/ Obrando milagres dentro de mim	Deus, milagres	Religiosidade
Eu dei graças ao Senhor	[...] Vem chegando São João / Animando meu Nordeste.	São João	Religiosidade

Eita sertão de compadre	[...] Que reza a ave maria / As seis horas todo dia/ Na igreja matriz da cidade/ [...].	reza, ave maria, igreja matriz	Religiosidade
Eu só acredito em Jesus	[...] É a fé no Rei dos judeus ,/ E por acreditar em Deus , [...].	fé, Rei dos judeus, Deus	Religiosidade
Jesus jorrou combustível humano	Deus rebobinou o mundo/ [...] / Jesus espalhou na consciência/ [...].	Deus, Jesus	Religiosidade
Jesus ressuscitou	[...] Ressuscitou, Jesus Ressuscitou/ A Ele toda honra, toda glória e louvor/ [...].	ressuscitou, Jesus	Religiosidade
Mantenha o foco no objetivo	[...] Que a FÉ é a maior arma/ De todos que querem vencer/ [...].	fé	Religiosidade
O Controle é dele	[...] O controle é do meu Deus / [...] Seja Deus aqui louvado!	Deus	Religiosidade
O amor e o segredo da vida	[...] O amor e de deus / Ta em todos corações/ [...].	Deus	Religiosidade
O bem que a vida não deu foi a minha salvação	Foi somente o meu Jesus / Que a salvação ofertou/ [...].	Jesus, salvação	Religiosidade
O casal que confia no Senhor se mantém firme e forte na labuta	[...] O casal que confia no Senhor / Se mantém firme e forte na labuta.	confia no Senhor	Religiosidade
O Poder das rezadeiras	[...] Uma rezadeira assim,/ Como tantas outras mais,/ [...].	rezadeira	Religiosidade
O que Deus me deu de graça eu dou de graça também	[...] Que o Deus que dá dons a gente / Seu dom experimentei [...]	Deus, Dom	Religiosidade
O São João têm sentidos	[...] O são João que a fogueira Mostra um ritual sagrado / [...].	ritual sagrado	Religiosidade
Parabéns, meu Padim Ciço	[...] A fé que move teu povo,/ Faz crescer o Juazeiro/ [...].	fé	Religiosidade
Por mais que muitos queiram	Meu destino a Deus pertence,/ Tenho fé pra resistir;	Deus, fé	Religiosidade
Por mais que tentam me derrubar	Sei que Deus é meu guia/ E o diabo já mais me verá cair.	Deus	Religiosidade
Quer agradecer a Deus	Quer agradecer a Deus / Por tudo que fizeste a te/ [...].	Deus	Religiosidade
São José	Ó Glorioso São José / Homem de grande valor/ [...].	São José	Religiosidade

Se você tem uma meta	Se você tem uma meta/ [...] / Tenha fé e persevere [...].	fé	Religiosidade
Sou forte como deus	Sou forte como deus er/ [...] / Sou assim como Jesus anda/ [...].	deus, Jesus	Religiosidade
Tristeza não paga dívida	Qualquer que seja o nome:/ Brahma, Buda, ou Maomé, / Cosmos, Natureza, Deus; / [...].	Brahma, Buda, Maomé, Deus	Religiosidade
Vi uma cruz lá na serra	Vi uma cruz lá na serra/ Na capela ouvi uma vos/ [...] / O padre rezando novena / O povo entrando em sena/ [...] / As seis hora a ave maria / [...].	cruz, capela, padre, novena, ave maria, povo.	Religiosidade
Vivo praticando o bem	Vivo praticando o bem /Com a graça de jesus / [...].	Jesus	Religiosidade

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No Marcador Social “Religião” emergiu o tema “Regionalidade”. Os vocábulos **Jesus, luz, Maomé, novena, padre, salvação, benção, Brahma, Buda, capela, creio, crucificação, cruz, Deus, Dom, Ela, Ele, espiritualidade, fé, Jesus, luz, milagres, orar, povo, profecia, reza, rezadeira, ressuscitou e ventre** e as expressões **ave maria, igreja matriz, Jesus de Nazaré, virgem Maria, agradeça a Jesus, bom Jesus, confia no Senhor, dia de devoção, Jesus Cristo, mão de Deus, menino Deus, N. Senhora Divina Pastora, Nossa Senhora Aparecida, Rei dos judeus, ritual sagrado, São João e São José** figurativizam o tema **Religiosidade**, demonstrando as diversas formas de se relacionar com o sagrado.

Quadro 32 – Marcador Social “Sexualidade”

A fogueira de amor dos namorados	[...] A paixão é a chama que incendeia/ A fogueira de amor dos namorados.	paixão, fogueira de amor	Desejo
Boca marcada	Beijando-me feito louca / As marcas da tua boca/ Ficaram gravada em mim/ [...].	Beijando-me, louca	Desejo
Cruz pesada	[...] Eu pensava o tempo inteiro.../ Queria amor verdadeiro ,/ Alguém que gostasse de mim;/ [...].	amor verdadeiro	Desejo
Luma	[...]/ ficar contigo, te amar / e amar esse desejo / sentir na boca teu beijo / numa banheira de espuma/ [...].	amar, desejo, beijo	Desejo

Me afoguei na maré da sedução	[...] Suas pernas carnudas de cavala ,/ Sua bunda apertada pelo short.../ Era sexo e prazer - e era a morte!/ [...].	pernas carnudas de cavala, bunda apertada, sexo, prazer	Desejo
Meu amor, vê se te ajeitas	Era mulher vistosa / Aquela que aqui passou,/ O ar se perfumou/ [...].	mulher vistosa	Desejo
Musa dos meus sonhos	quero teu abraço quente / e também quero teu beijo/ boca na boca colados,/ [...]/ minha mão corre teu corpo / percorrendo o que desejo .	quero abraço quente, quero teu beijo, boca na boca, minha mão corre teu corpo, desejo	Desejo
O Jogo	[...] - Só fisga quem arrisca/ No jogo do amor .	fisga, amor	Desejo
Paixão comedida	[...]/ O meu corpo explode de desejo / [...].	corpo, desejo	Desejo
Paixão na praia	[...] Vem querida, chegue perto/ E te entregue a teus desejos / Por milhares de meus beijos / Teu pescoço está coberto.../ A tua cintura apertado,/ Teu peito , teu coração,/ E nossas roupas se vão / [...]!	teus desejos, meus beijos, teu peito, roupas se vão	Desejo
Quem é você?	[...] esse meu louco desejo / [...]/ me faz sonhar com teu beijo !	desejo, beijo	Desejo
Sextina piriguete	[...] Se usar o mesmo nome para sexo ; O sexo é como passageira chama ,/ [...].	sexo, passageira chama	Sexo
Sonho a dois	quero teu pé em meu peito/ beijar , morder com carinho / aconchegar em teu ninho/ [...].	beijar, morder, carinho	Desejo

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No Marcador Social “Sexualidade” emergiram os temas **Desejo** e **Sexo**. Os vocábulos **amar, amor, beijar, beijo, carinho, corpo, desejo, fisga, louca, morder, paixão, prazer** e as expressões **amor verdadeiro, beijando-me, boca na boca, bunda apertada, fogueira de amor, meus beijos, minha mão corre teu corpo, mulher vistosa, pernas carnudas de cavala, quero abraço quente, quero teu beijo, roupas se vão, teu peito e teus desejos** figurativizam o tema **Desejo** demonstrando a vontade afetiva e/ou carnal nas relações entre pessoas. O vocábulo **sexo** e a expressão **passagem chama** figurativizam o tema **Sexo**, demonstrando a relação sexual que existe entre pessoas.

6.5 Fase 4: Resignificação conceitual para uma Dialética da Representação do Conhecimento

Considerando a necessidade de validar os aspectos conceituais e terminológicos oriundos da investigação, vê-se que a Dialética do Conhecimento a partir dos princípios da **contradição** (da diferença) que permite a resignificação e da **totalidade**, pode permitir uma alternativa a este dilema informacional.

A Dialética do Conhecimento parte de algo construído (concreto) e em movimento; observa o estabelecido e nega possíveis inconsistências; traz uma nova proposta a partir do que estava posto; compara a duas propostas anteriores, nega-as novamente e estabelece um novo parâmetro. Tem-se assim, um novo paradigma conceitual, como é possível visualizar à frente:

Quadro 33 – Proposição terminológica e conceitual por meio da Dialética do Conhecimento

Semântica Discursiva (Dados da pesquisa, 2020)	Contradição/ Negação ²⁸ (com nova opção terminológica) ²⁹	Resultado/Resignificação (Compara os dois e estabelece outro Conceito)
Marcador Social: Classe Social		
Desigualdade social: cisão entre ricos e pobres causando exclusão social.	Desigualdade social: má distribuição de riquezas entre sociedades diversas (DICIONÁRIO DIREITO, 2020).	Desigualdade social: distúrbio no processo de distribuição das riquezas de um país ocasionando exclusão sociocultural.
Igualdade Social: busca pela igualdade na sociedade das mais distintas formas.	Igualdade Social: igualdade social é a igualdade de todos os cidadãos perante a Lei (SIGNIFICADOS BR, 2020).	Igualdade Social: É a garantia de direitos a população sem nenhum nível de privilégios para determinadas camadas sociais.
Pobreza: parcela da sociedade que subsiste de forma precária e desigual em relação aos grupos da população abastada.	Pobreza: estado de pobre. 2. falta daquilo que é necessário à subsistência; penúria. 3. a classe ou o conjunto dos pobres (GOOGLE DICIONÁRIO, 2020).	Pobreza: Estado ou condição social dos pobres, onde sofrem por diferentes cenários de ausência de direitos e aprofundamento de desigualdades sociais. Para esta classe social, os direitos fundamentais não são garantidos, conforme é estabelecido pela Constituição.

²⁸ Dar-se-á por meio de conceitos terminológicos construídos através de dicionários.

²⁹ **Dicionário:** representação mental de um objeto abstrato ou concreto, que se mostra como um instrumento fundamental do pensamento em sua tarefa de identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e aspectos da realidade (GOOGLE DICIONÁRIO, 2020).

Marcador Social: Étnico-racial		
Afrodescendente: a origem dos povos negros contemporâneos que têm como matriz civilizatória, os povos advindos da África.	Afrodescendente: quem é descendente de africanos (PRIBERAM, 2020).	Afrodescendente: povos descendentes da matriz africana.
Marcador Social: Gênero		
Feminilidade: o conjunto de atributos da mulher na sociedade.	Feminilidade: caráter, índole de mulher (PRIBERAM, 2020).	Feminilidade: Conjunto de características e atributos da mulher.
Feminismo: luta social feminina permanente em torno da busca pela redução das desigualdades existentes entre homens e mulheres.	Feminismo: movimento ideológico que preconiza a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher ou a igualdade dos direitos dela aos do homem (PRIBERAM, 2020).	Feminismo: Movimento pela equidade sociocultural, educacional, pelos direitos políticos e de inserção no mundo do trabalho.
Preconceito (mulher): forma pejorativa e depreciativa com que mulheres são tratadas no contexto da sociedade brasileira.	Preconceito: opinião ou sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou razão; prevenção (MICHAELIS, 2020).	Preconceito: Forma antecipada e sem comprovações ou critérios estabelecidos de se comportar diante de uma opinião, postura, classe ou grupo social. Neste caso, inclui-se, as mulheres.
Marcador Social: Geração		
Terceira Idade: última fase de vida do ser humano.	Terceira Idade: etapa da vida de uma pessoa que se segue à idade adulta (INFOPÉDIA, 2020).	Terceira Idade: fase da vida do ser humano que ocorre na última etapa etária.
Marcador Social: Nacionalidade		
Nacionalidade: origem a um determinado país.	Nacionalidade: país onde alguém nasceu e de que é cidadão; pátria; naturalidade (INFOPÉDIA, 2020).	Nacionalidade: país onde uma determinada pessoa nasce ou adquire cidadania.
Nacionalismo: exaltação de determinados valores ideológicos e nacionais.	Nacionalismo: ideologia que considera que a forma ideal de organização política é o Estado nacional e que defende que a prioridade da ação governativa deve ser o reforço da sua autoridade e dominância (INFOPÉDIA, 2020).	Nacionalismo: pensamento ideológico que defende que o Estado exerça valores socioculturais e políticos únicos para população do país, mesmo que para isso sejam adotadas medidas autoritárias e totalitárias.
Marcador Social: Regionalidade		
Costume: hábito, modo de pensar e agir de um determinado grupo social.	Costume: modo de proceder habitual; hábito (INFOPÉDIA, 2020).	Costume: modo habitual de agir de um determinado grupo de domínio presente na memória social de um povo.
Cultura: distintas facetas culturais do povo brasileiro.	Cultura: conjunto de conhecimentos, costumes,	Cultura: conceito polissêmico que busca retratar um conjunto de

	crenças, padrões de comportamento, adquiridos e transmitidos socialmente, que caracterizam um grupo social (MICHAELIS, 2020).	facetas socioculturais que integram a formação do povo brasileiro, considerando as suas vivências, práticas, conhecimentos e experiências humanas.
Folclore: manifestações culturais existentes na memória coletiva da sociedade, sejam elas mitos, lendas ou rituais.	Folclore: conjunto das tradições, lendas, canções e costumes populares de um país, ou região (DICIO, 2020).	Folclore: conjunto de tradições populares que representam a forma como determinados grupos sociais vivenciam crenças, lendas e manifestações.
Identidade: sentimento sociocultural de pertença identitária para um grupo de domínio que compartilha da mesma memória coletiva.	Identidade: série de características próprias de uma pessoa ou coisa por meio das quais podemos distingui-las (MICHAELIS, 2020).	Identidade: sentimento de pertença sociocultural identitária.
Linguagem: forma como são atribuídos a língua, os termos e os dialetos de um determinado grupo social.	Linguagem: expressão do pensamento pela palavra, pela escrita ou por meio de sinais (PRIBERAM, 2020).	Linguagem: terminologia expressa de maneira formal (língua) ou informal (dialeto) condizente a um determinado país ou região.
Regionalidade: área geográfica e sociocultural com a qual as pessoas a compõem.	Regionalidade: são todos os aspectos ou elementos econômicos, social, cultural (comidas típicas, arte, vestuário, músicas, festejos, arquitetura, religião, sotaque linguístico) e paisagístico de uma determinada região (DICIONÁRIO INFORMAL, 2020).	Regionalidade: área geográfica e de influência sociocultural.
Utensílios Domésticos: objetos ou itens utilizados no cotidiano nordestino.	Utensílios Domésticos: todo objeto usado para auxiliar atividades domésticas (DICIONÁRIO INFORMAL, 2020).	Utensílios Domésticos: objetos domésticos utilizados para auxiliar no dia a dia das pessoas.
Marcador Social: Religião		
Religiosidade: formas de se relacionar com o sagrado.	Religiosidade: sentimento que nos impele a reconhecer a divindade independentemente de culto determinado (PRIBERAM, 2020).	Religiosidade: sentimento transcendental que aproxima as pessoas de Deus ou de um ser supremo independentemente da maneira que se é cultuada a divindade.
Marcador Social: Sexualidade		
Desejo (sexual): vontade afetiva e/ou carnal nas relações entre pessoas.	Desejo: impulso pelo prazer através de relações sexuais: desejo sexual (DICIO, 2020).	Desejo: busca pelo prazer para satisfazer relações sexuais.
Sexo: relação sexual que existe	Sexo: instinto genésico,	Sexo: atração com vistas a

entre pessoas.	atração sexual ou sua manifestação na vida e na conduta (MICHAELIS, 2020).	relação sexual entre pessoas.
----------------	--	-------------------------------

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Deste novo paradigma conceitual, estabelecido a partir dos temas indexados, infere-se que se tem desenvolvido um conceito ressignificado minimamente aceitável e potencialmente válido, especialmente por permitir que a investigação em curso possa apresentar padrões robustos para auxiliar o pesquisador no processo de Representação do Conhecimento, assim como permite uma melhor recuperação dos conteúdos informacionais na *rede* do ponto de vista do que representa a **totalidade**, onde

O ser humano é uma faceta da Totalidade sociocultural, mas também remete ao todo de si, do seu conhecimento acumulado, que é construído em meio de constantes tensões dialéticas, mas que permite a ressignificação para uma posterior mediação. Para ilustrar este posicionamento, é importante considerar o cenário apresentado por Caio Prado Júnior onde “O futuro é a ação humana que ainda está por vir; e a ação humana é pensada, deliberada e executada na base dos conhecimentos do agente e da interpretação própria e pessoal que ele dá às circunstâncias em que se encontra e em função das quais age. E se bem que aquele conhecimento derive de sua experiência passada (bem como da alheia por ele aproveitada), e não constitua um dado a priori e sem antecedentes, mas um produto de seu pensamento elaborado com dados fornecidos pelos fatos históricos do passado de que participou ou de que teve notícias, é de um lado na totalidade daqueles fatos, até o momento de sua deliberação, [...] Doutro lado, tal conhecimento que condiciona a deliberação e o ato do indivíduo humano, pode ser mais ou menos amplo, preciso e rigoroso [...]” (PRADO JÚNIOR, 1980, p. 519).

Como a soma das partes é aquela composta pelas singularidades (CARVALHO, 2008), a Dialética do Conhecimento neste caso, faz uso de categorias-chave, chegando ao seguinte resultado:

- *Cibercordel/Cibercordelista* (Literatura de Cordel): como totalidade
 - É a complexidade do objeto que produz conhecimento, composto pelas categorias-chave e singulares necessárias e presentes para configurar o todo do fenômeno.
- Marcadores Sociais: como categorias-chave

- Representa um núcleo de conceitos que produziram significância de sustentação à totalidade do objeto
- Vocabulário (conceitos geradores): como singularidades
 - Mostra teor da rede conceitual dos termos empregados, analisados e utilizados para sintetizar a produção do conhecimento que compõe cada Marcador Social.

Vale salientar, portanto, que a **totalidade** irá operar no sentido de fazer entender como tanto as categorias-chave quanto as singularidades irão se integrar e interagir diante do que é posto frente à sua realidade conjuntural. Da mesma forma, as partes funcionarão em uma estrutura tênue (sempre haverá contradição), que para dar certo é preciso que sejam vistas de forma inter cruzadas e se relacionando em um movimento contínuo.

Nesta perspectiva, só existirá **totalidade** se as partes funcionarem em uma *rede* conceitual de forma permanente, mesmo que existam dicotomia e similaridade frente ao objeto. Assim, para que se possam discutir as diferenças, é preciso incluir a alteridade.

Outrora, é possível constatar que a pesquisa superou os dois princípios dialéticos estabelecidos ao recorte metodológico, a saber: **totalidade** e **contradição**, alcançando os outros, como o do **movimento** e da **mudança qualitativa**, conforme já explicitara Gadotti (1995) na Abordagem metodológica.

Do ponto de vista do segundo princípio, de que “Tudo se transforma (princípio do movimento)”, vê-se aqui o conhecimento como informação em constante movimento, onde dialeticamente ele partiu de algo estabelecido, se ressignificou e gerou um “novo” conhecimento.

Já da perspectiva do terceiro princípio, que trata da “Mudança qualitativa (princípio da mudança qualitativa)”, foi observado ao final a que se chegou que é melhor e mais profundo que a primeira construção conceitual apresentada por meio das singularidades de cada termo componente das categorias estudadas.

Portanto, considerando o que fora proposto nesta última fase de análise, são apresentados caminhos metodológicos para que seja possível construir o que a pesquisa está apresentando como uma Dialética da Representação do Conhecimento, cuja finalidade é compreender a realidade conjuntural, questionar as suas estruturas estabelecidas e

apontar saídas que valorizem a pluralidade a partir de ressignificações conceituais dos construtos do saber.

6.6 Orientação didático-metodológica para investimentos investigativos

De forma complementar, para “fechar” esse processo de análise, permitir uma compreensão construtivista, dialética, crítica e plural e a favorecer uma mudança de mentalidade e a partir de objetos investigativos que valorizem uma Representação Sociocultural do Conhecimento baseada nos princípios da Desclassificação do Conhecimento, Descolonização do Saber ou correlato, apresenta-se nesta subseção capitular, orientações didático-metodológicas para permitir a replicação do fenômeno ou de outros que se adequem ao que foi pesquisado nesta tese.

Esse entendimento se dá em função de perceber que as pessoas, especialmente aquelas advindas de classes “subalternizadas”, também querem ser ouvidas, almejam contar as suas narrativas e é papel da Universidade facilitar a mediação da opinião da diversidade cultural.

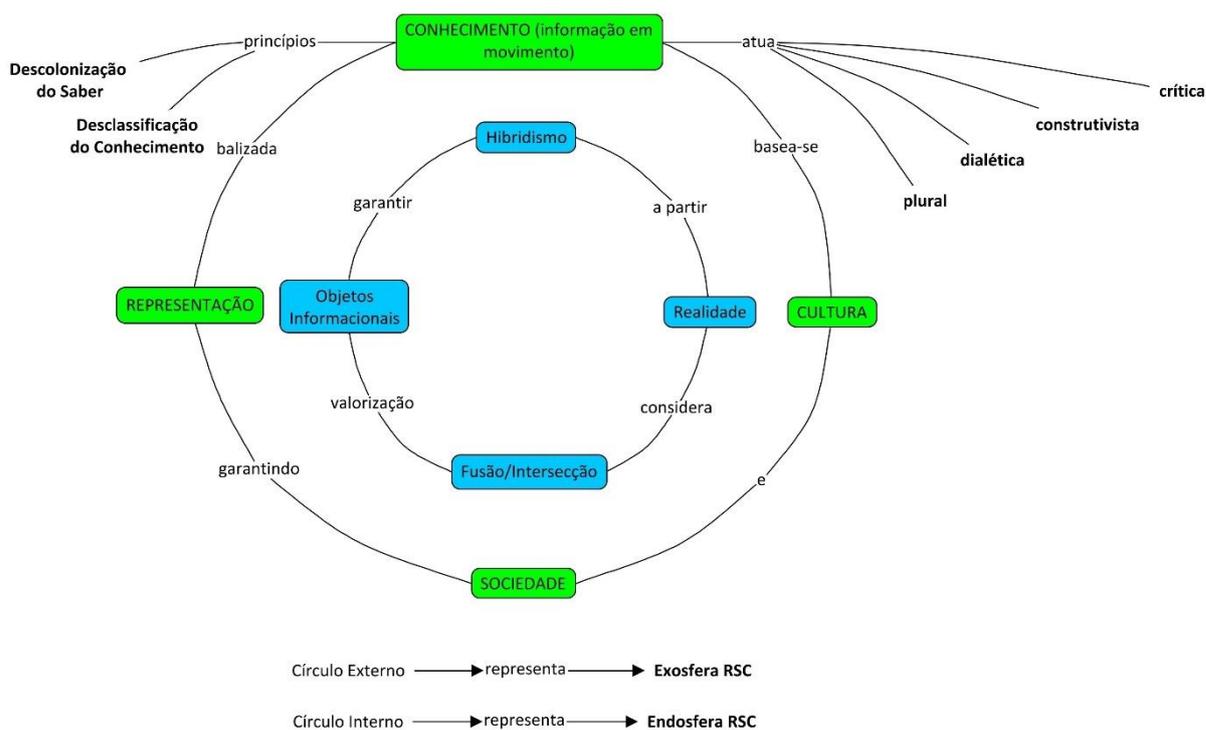
Considerando essa assertiva, é desta forma que será possível dar voz a movimentos ativistas, como o Estadunidense “*Black Lives Matter*”, por exemplo, que tem ganhado adeptos em todo o mundo neste início de século, por ter como pauta de luta a Igualdade Étnico-Racial, que, por sua vez, produz conhecimento e é passível de representação.

Os SOCs tradicionais precisam estar atentos às mudanças socioculturais globais e localizadas, fazendo ecoar neles uma Ecologia dos Saberes (SANTOS, 2006) que veja na multiculturalidade e nas epistemologias do cenário internacional ou nas construídas regionalmente as especificidades dos distintos grupos sociais, seja na cidade, periferia, campo ou nas comunidades tradicionais.

As *redes*, suas conexões, os *links* persistentes, a interoperabilidade, a indexação semântica, a interseccionalidade, a dinâmica da curadoria e os princípios da *folksonomia*, podem se apresentar como agregadores da RSC à mentalidade de incutir um (re)pensar que transcenda ao discurso do universalismo hegemônico.

Portanto, esta Bricolagem permitiu transitar por infovias socioculturais e construir o produto simbólico que aqui é nominado de “Ecosistema da Representação Sociocultural do Conhecimento (ERSC)”, conforme é apresentado no mapa conceitual a seguir:

Figura 16 – Ecosistema da Representação Sociocultural do Conhecimento (ERSC)



Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

O ERSC é a representação da forma de pensar; É a maneira como se deve construir a mentalidade contra-harmônica para que se chegue à etapa da prática informacional. Para se pensar na RSC é preciso, antes de qualquer coisa, agir a partir de suas contribuições teóricas. Só será possível ser um profissional da informação da RSC, caso se compreenda a sua importância e que se valorize como tal.

Detalhando a figura acima, será possível perceber que os **Eixos** funcionam como em um movimento cíclico e interconectado, que podem interagir como uma “rede” de relações, onde para a **Exosfera**, ao se movimentar contornando a **Endosfera**, será possível construir um permanente diálogo que caminhe de forma articulada e intercruzada em busca de uma confluência existente entre cada categoria, favorecendo assim, a inclusão da multiculturalidade, da horizontalidade, da rede interconectada de relações socioculturais, permitindo o aprofundamento do debate a favor da luta pela redução das desigualdades socioculturais que ocorrem dentro do processo de construção do saber e da maneira como é feita a Representação do Conhecimento em sua percepção clássica.

Isso só é possível porque ao longo da exposição teórica e do investimento metodológico, se compreendeu que para possuir um pensamento que valorize as distintas formas de conhecimento é preciso buscar saídas ao cristalizado na dita Sociedade da Informação.

Adicionalmente, vale salientar que a partir desse investimento filosófico, é preciso permitir que se alce um novo estágio, elencando princípios norteadores para fortalecer a forma de encarar a presença dos ODI no ERSC.

Este, portanto, pode ocorrer em qualquer momento, a partir do que fora apresentado na construção filosófica do quadro anterior:

Figura 17 – Princípios para orientar a replicação de um ODI no ERSC



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O ODI no contexto do ERSC permite “Fazer” e “Refazer”. Se em um primeiro momento ele “Identifica”, no posterior ele pode precisar identificar novamente. Esse movimento contínuo e dialético (retração, estabilidade ou expansão) pode ser feito quantas vezes for necessário, pois o sentido desse trabalho é poder aprimorar a cada etapa, seja no momento propositivo, de execução, de manutenção ou de avaliação.

Esse ciclo de trabalho das atividades permitirá que o pesquisador possa perceber que os norteamentos da Ciência da Informação, conhecidos como Exaustividade e Especificidade, se oferecerão para o investigador, a todo momento, como facetas que darão riqueza ao processo de compreensão do fenômeno, mas que caberá ao profissional da informação, atuar da melhor maneira possível para valorizar e minerar os dados em direção ao aprimoramento e a visibilidade.

Dado o que foi prospectado na pesquisa, esse trabalho poderá tanto ajudar a aperfeiçoar os SOCs tradicionais, quanto contribuir para a ampliação da forma de compreender, tanto as propostas alternativas vigentes, quanto os vindouros tipos de SOCs.

Por isso, para que se permita pensar “fora da caixa”, se faz necessário valorizar princípios teórico-metodológicos que tenham como pontos de partida a Descolonização do Saber e a Desclassificação do Conhecimento, com atuações críticas, construtivistas, dialéticas e pluralistas, especialmente se o pesquisador e o profissional da informação tiverem a pretensão de alçar novos investimentos investigativos, como a sua aplicação às práticas informacionais no contexto da Ciência Aberta e da Curadoria Digital.

Portanto, recomenda-se que sejam utilizadas no Roteiro do ERSC para ODI as orientações dos princípios FAIR da Ciência Aberta (Localizáveis, Acessíveis, Interoperáveis e Reutilizáveis), conforme é visto nos seguintes passos:

Quadro 34 – Roteiro para aplicação da RSC de ODI no ERSC

Passos	Exemplo
Qual é o ODI?	<i>Cibercordel</i>
O ODI está em que ambiente digital?	Ex: <i>Facebook</i>
Onde está acessível (originário)?	Endereço de <i>URL</i>
Como se apresenta o ODI?	Texto
Identificação da autoria (individual/coletiva)	Fulano de Tal
Identificação do título	XYZ
Que termos podem ser extraídos?	Nordeste. Festa de São João. Tradição popular.
Qual o conceito dos termos?	XYZ. XYZ. XYZ.
Que categoria pode ser evidenciada?	Regionalidade
Qual o conceito da categoria?	XYZ

O conteúdo foi salvo para usos posteriores?	a) Sim. b) Se sim, em que formato? <i>PDF-A (ISO 19.005)</i>
Foi feito o rastreamento informacional?	a) Sim. b) Se sim, de que maneira? Texto extraído da mídia social <i>facebook</i> , convertido em (.pdf), salvo em banco de dados pessoal e nas nuvens e editado para retirar propaganda. Posteriormente foi incluído no Repositório, no espaço destinado ao tema.
Permite a curadoria a partir dos princípios FAIR da Ciência Aberta (localizáveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis)?	Sim. Se sim, qual o meio? a) Repositório Digital. b) Qual o caminho de endereço persistente? <i>DOI/CROSSREF</i>
Utiliza licença de direito de autoria	Sim Se sim, qual? a) <i>Creative Commons, CC-BY</i> ou correlato
O trabalho foi colaborativo?	Sim Se sim, quem participou da indexação? a) Fulado, Beltrano, IES "X" e IES "Y".
Utilizam notas adicionais importantes	a) O material também foi indexado em Plataforma <i>Wiki</i> e no Google Acadêmico, mediante os <i>links</i> externos: https://xyz.com e https://abcd.com (fictício). b) Os <i>links</i> permitem o acesso para vídeos, áudios ou outros formatos complementares.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao fazer um investimento ao roteiro apresentado, para que seja aplicado dentro do ERSC, se faz necessário valorizar os aspectos *glocais*, a possibilidade de observar a sua *rede* de relações, engajamentos, como também, uma recuperação possível aos ODI.

Assim, esse roteiro é apresentado como uma proposta aberta para que novas incorporações possam ser permitidas, como também, ressignificadas a partir de sua lógica indiciária.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que se faz necessário pensar a configuração de uma proposta de Representação Sociocultural do Conhecimento (RSC) que contribua para rever práticas e permitir a inclusão dos silenciados do saber, não apenas do mundo real/digital, mas também dos espaços artificiais de Representação do Conhecimento.

Isso se faz porque é preciso se reconectar com as demandas latentes da sociedade contemporânea, especialmente quando se identifica na Desclassificação do Conhecimento, uma maneira diferenciada de melhorar e incluir os “subalternizados do conhecimento” nos processos de representação do saber registrado.

É oportuno incluir para estabelecer novas utopias, onde o contraditório possa ser sinônimo de evolução, rechaçando qualquer tipo de obscurantismo, totalitarismo e autoritarismo científico e sociocultural. É preciso desclassificar para classificar, é necessário construir uma nova mentalidade cognitiva a partir dos países do Sul, um novo *senso comum*, que aqui, afortunadamente se apresentou por meio dos postulados da Descolonização do Conhecimento, onde uma Ecologia de Saberes se coloca como uma potente ferramenta para o estabelecimento de um paradigma emergente, sendo este plural, horizontal e multicultural.

Neste sentido, o hibridismo cultural pode ajudar a sugerir um cisma positivo e superar as linhas abissais³⁰ do conhecimento, para que a cultura dos cordéis enfrente o “espelho” de sua história e se reconecte com os desafios da Quarta Revolução Industrial, mesmo tento que equacionar no século vigente o passivo que foi herdado do século XX.

Desta forma, o *cibercordel* precisa ser pensado como uma derivação da Literatura de Cordel e deve ser incluso nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), para que não incorra nos mesmos problemas sofridos pelo cordel analógico e no seu consequente silenciamento dos espaços de representação do saber.

É também *mister* buscar um diálogo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para que se promova a entrada do *cibercordel* como uma modalidade de Literatura de Cordel.

³⁰ Termo adotado por Boaventura de Sousa Santos.

Não obstante a isso, é oportuno abrir uma frente diplomática de negociação junto a Academia Brasileira de Letras (ABL), para apresentar o cordel como um gênero literário da cultura brasileira.

É relevante ainda dialogar com as entidades de classe, unidades de informação, Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação, para mostrar o *Cibercordel* como um objeto de pesquisa e ODI, para que se permitam trabalhos atrelados a ambientes *Second Life*, de Humanidades e Repositórios Digitais, de Curadoria de Conteúdo, de *Gamificação*, Georreferenciamento atrelado a Realidade Aumentada e da Folksonomia, a fim de se potencializar o ODI em questão, nos mais diversos espaços do saber, formas de apresentação e de pesquisa.

Adicionalmente, viu-se a proposição de construções ou ressignificações conceituais para Biblioteca Líquida, Dialética da Representação do Conhecimento, Conhecimento, Ecosistema de Representação Sociocultural do Conhecimento, Representação Sociocultural do Conhecimento.

Para Biblioteca Líquida se estabeleceu que esta é um espaço adequado para permitir a organização, gestão e mediação do saber de ODI oriundos de espaços voláteis do *Ciberespaço*.

No caso da Dialética da Representação do Conhecimento, é necessário compreender a realidade conjuntural, questionar as suas estruturas estabelecidas e apontar saídas que valorizem a pluralidade a partir de ressignificações conceituais dos construtos do saber.

Em relação à ideia de Conhecimento, parte-se do pensar dialético para sugerir-la como aquela informação que está em constante movimento.

Com relação ao Ecosistema da Representação Sociocultural do Conhecimento, é aquele que incorpora a maneira como se manifestam os fenômenos representacionais e se relacionam os saberes humanos da RSC.

No caso da Representação Sociocultural do Conhecimento, é aquela que busca propor a organização artificial do saber a partir do contexto e das demandas sociais da civilização, respeitando a diversidade de pensamento e valorizando a multiculturalidade *glocal*.

Indo para o campo metodológico, a pesquisa demonstrou verificar que a proposta da Bricolagem Científica foi de extrema relevância para os resultados investigativos, especialmente porque imbricou abordagens, como: 1) Análise de Redes em Mídias Sociais

(usada para compreender a *rede facebbok*); 2) Marcadores Sociais (utilizada para verificar o fenômeno de forma interseccional); 3) Semântica Discursiva (atuar para levantar as categorias e os termos); 4) Dialética do Conhecimento (ressignificar os conceitos), permitindo uma análise profunda de distintas facetas do ODI pesquisado.

Foi em virtude dessa proposição que se chegou a prospecção 27 (vinte e sete) categorias conceituais no *facebook*, a saber: 1) Artes; 2) Ciência; 3) Classe Social; 4) Criminalidade; 5) Culinária; 6) Economia; 7) Educação; 8) Ética e Moral; 9) Étnico-racial; 10) Família; 11) Gênero; 12) Geração; 13) Humor; 14) Literatura; 15) Meio Ambiente; 16) Memória; 17) Morte; 18) Nacionalidade; 19) Regionalidade; 20) Religião; 21) Política; 22) Saúde; 23) Sentimento; 24) Sexualidade; 25) Tecnologia; 26) Trabalho; 27) Vida Urbana e Rural e dos seguintes Marcadores Sociais: 1) Classe Social; 2) Étnico-racial; 3) Gênero; 4) Geração; 5) Regionalidade; 6) Nacionalidade; 7) Religião; 8) Sexualidade.

Dessas categorias globais, para poder se analisar os impactos informacionais em estruturas socioculturais, foram encontrados 8 (oito) Marcadores Sociais (Classe Social, Étnico-racial, Gênero, Geração, Nacionalidade, Regionalidade, Religião e Sexualidade), cuja finalidade foi a de se fazer entender como ocorreu o seu funcionamento e diálogo dentro dos espaços de saber investigados, especialmente na sua relação com a *Cibercultura*. Foi com os Marcadores Sociais que se conseguiu realizar os devidos intercruzamentos e provar a tese de que a Informação tem base Física, Cognitiva e Sociocultural. Isso permitiu à Ciência da Informação fazer dos Marcadores Sociais um objeto real de trabalho para diversos estudos neste campo científico.

Da tarefa de analisar os resultados, chegou-se ao protótipo de um “Ecosistema de Representação Sociocultural do Conhecimento”, uma proposta de incorporação de representação que potencialmente permite, ao mesmo tempo, uma visão *glocal*, crítica, dialética e interseccional para organizar o conhecimento, independentemente o material informacional.

Portanto, esta pesquisa se mostrou inédita à medida que ressignificou a teoria e combinou metodologias a fim de contribuir e responder a novas demandas ao campo científico. Permitiu apresentar caminhos para tratar e preservar os ODI, considerados voláteis e aqui representados pelos *Cibercordéis*. Não obstante a isso, mostrou que existe uma íntima relação interdisciplinar da Representação do Conhecimento com a Sociologia do Conhecimento, da Cultura com a Linguística, colocando-as em patamar de disciplinas que

podem permitir um diálogo perene por meio destes campos do saber, favorecendo novas e futuras pesquisas em torno da Desclassificação do Conhecimento e da Descolonização do Saber.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. E. B. C. **Representação temática da informação na literatura de cordel**. Curitiba: Appris, 2013. (Coleção Ciência da Informação).
- ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; LIMA, I. F.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; GONÇALVES, E. F.; FRANÇA, F. S.; GAUDÊNCIO, S. M.; SOUSA, M. A. A representação da informação na cultura dos cordéis. *In*: ZAFALON, Z. R.; DAL'EVEDOVE, P. R. (org.). **Perspectivas da representação documental: discussão e experiências**. São Carlos, SP: CPOI, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2WyN4n7>. Acesso em: 31 jan. 2019.
- ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; LIMA, I. F.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; GAUDÊNCIO, S. M.; PEREIRA, A. R.; GONÇALVES, E. F.; FRANÇA, F. S.; BRITO, S. V.; SOUSA, M. A.; MORET, R. T. L.; COELHO, S. S. Memória da cultura popular: poetas da literatura de cordel no Brasil. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, v. 11, n. 2, p. 137-143, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2t0u2J4>. Acesso em: 31 jan. 2019.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos plurais).
- AKOTIRENE, C. O que é Interseccionalidade? **Folha PE**, 07 set. 2018. Entrevista concedida a Carla Batista. Disponível em: <https://bit.ly/3a2cH6k>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos plurais).
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Editorial Presença: Lisboa, 1970.
- ALTERIDADE. Matosinhos, Portugal: 7Graus, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2L8Md8p>. Acesso em: 05 maio 2020.
- ANDERSEN, J.; SKOUVIG, L. (org.) **The organization of knowledge: caught between global structures and local meanings**. Bingley (UK): Emerald, 2017.
- ARBOIT, A. E. Representação do conhecimento como ato ideológico. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 4 n. 1, p.154-166, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2CkG0II>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- BAGGIO, C.C.; COSTA, H.; BLATTMANN, U. Seleção de tipos de fontes de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 6, n. 2, p. 32-47, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2FZHgOO>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- BARROS, D. L. P. Estudos do discurso. *In*: FIORIN, J. L. Introdução à linguística II: princípios de análise. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- BASTIAN, M.; HEYMANN, S.; JACOMY, M. Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks. INTERNATIONAL AAAI CONFERENCE ON WEBLOGS

AND SOCIAL MEDIA. 2009, San Jose, California, USA. **Proceeding** [...]. San Jose, California, USA: Association for the Advancement of Artificial Intelligence, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2TLFPKZ>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Tradução de Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A Construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho Guareschi. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BAUMAN, Z. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUER, M. W.; AARTS, B. Construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareshi. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A Construção social da realidade**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BOTTON, J. B. Mesmidade, ipseidade e vontade: as aporias da noção ricoeuriana de subjetividade. **Impulso**, Piracicaba, v. 24, n. 59, p. 25-34, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3cIDV8G>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2001.

BOURDIEU, P. Você disse “popular”? **Revista Brasileira de Educação**, n. 1, jan./abr. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2XR4eNs>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BORGES, L. C.; OLINTO, G. Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Marília, SP. **Anais** [...]. Disponível em: <https://bit.ly/2APBf5V>. Acesso em: 09 jun. 2020.

BORGES, R. O Arquivo e a organização do dito e do visível: armazenamento e circulação dos saberes silenciados nas tramas hipertextuais. **Revista da ABPN**, v. 7, n. 17, jul./out. 2015, p. 163-189. Disponível em: <https://bit.ly/2Z4IP5V>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BORTOLI, L. V.; GALLON, S. A Repercussão da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim no Brasil: uma análise da presença do autor no país e nos estudos de administração. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, v. 14, n. 3, p. 166-181, set./dez 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2W6Z7Ho>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://ref.scielo.org/pwgb5n>. Acesso em: 17 jan. 2019.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Processo nº 01450.008598/2010-20, de 19 set. 2018. Decide proceder ao registro da Literatura de Cordel como patrimônio cultural do Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, edição 233, p. 17, 05 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2OoGTOU>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <https://bit.ly/2QvWZcW>. Acesso em: 11 dez. 2018.

BURKE, P. Sociologias do conhecimento. *In: Uma história social do conhecimento II: da enciclopédia à wikipédia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. Cap. 8.

BURKE, P. **O que é história do conhecimento**. Tradução de Claudia Freire. São Paulo: Unesp, 2016.

CAIRES, L. Núcleo estuda marcadores sociais da diferença. **Agência USP de Notícias**, São Paulo, 8 jan. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2DlJLPI>. Acesso em: 17 jan. 2019.

CAMPOS, L. R. G.; RIBEIRO, M. R. R. O Método da bricolage em pesquisas em saúde e enfermagem: construindo o caminho ao caminhar. **Texto contexto – enferm.**, Florianópolis, v. 26, n. 4, 2017. Disponível em: <http://ref.scielo.org/wjctrij>. Acesso em: 19 fev. 2019.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2015. (Ensaio Latino-americanos, 1).

CASTAÑON, G. A. Construtivismo e ciências humanas. **Ciênc. Cogn.**, v. 5, n. 1, jul. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2XyAQNZ>. Acesso em: 04 jun. 2020.

CASTELLS, M. **A Galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. A Era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1.

CASTELLS, M. Buracos negros do capitalismo informacional. *In: CASTELLS, M. Fim de milênio*. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2020. (A Era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 3).

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: ANCIB,

2003. Disponível em: <https://bit.ly/2qQTUzB>. Acesso em: 11 dez. 2019.

CARLAN, E.; MEDEIROS, M. B. B. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez.2011. Disponível em: <https://bit.ly/33YPgsw>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CARVALHO, E. **A Produção dialética do conhecimento**. São Paulo: Xamã, 2008.

CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A.; HEY, A. P.; MEDEIROS, C. C. (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CATIVELLI, A. S.; MONSANI, D.; JULIANI, J. P. Gamificação em bibliotecas: despertando a motivação nos usuários. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, n. 45, p. 70-81, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2WNlxOF>. Acesso em: 12 maio 2020.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2012.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola, v. 16).

CHRISTENSEN, B. Minorization vs. universalization: lesbianismo and homosexuality in LCSH and LCC. **Knowl. Org.**, v. 35, n. 4, p. 229-238, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2XCQU1L>. Acesso em: 14 abr. 2020.

COSTA, V. G.; NASCIMENTO, J. A. S. O Conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2XsCQHC>. Acesso em: 06 jun. 2020.

COSTA JUNIOR, F. M.; COUTO, M. T. Geração e categorias geracionais nas pesquisas sobre saúde e gênero no Brasil. **Saude Soc.**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1299-1315, dez. 2015. Disponível em: <http://ref.scielo.org/5sdrv5>. Acesso em: 22 mar. 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3htTSx3>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CRUZ, R. C. Redes sociais virtuais: premissas teóricas ao estudo em ciência da informação. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 255-272, set./dez., 2010. Disponível em: <http://ref.scielo.org/42nxvb>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF : Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2TvlqNO>. Acesso em: 25 mar. 2019.

DICIO. **Desejo**. [S.l.:s.n.], 2020. Acesso em: 14 mar. 2020. Verbete. Disponível em:

<https://www.dicio.com.br/desejo>. Acesso em: 14 mar. 2020.

DICIO. **Folclore**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/folclore>. Acesso em: 13 mar. 2020.

DICIONÁRIO DIREITO. **Desigualdade social**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://dicionariodireito.com.br/desigualdade-social>. Acesso em: 13 mar. 2020.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Regionalidade**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/regionalidade>. Acesso em: 14 mar. 2020.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Utensílios domésticos**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://bit.ly/3m3J6yY>. Acesso em: 14 mar. 2020.

DIEHL; A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson, 2004.

DODEBEI, V. Organização do conhecimento em shortcuts: memórias de pesquisa sob o sprit benjaminiano. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 67 – 83, maio/ago., 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2DKzHrB>. Acesso em: 15 fev. 2019.

DODEBEI, V. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto, 2002.

DODEBEI, V. Memória do conhecimento: em busca de sustentabilidade para os objetos digitais. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.145-153, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2X278P6>. Acesso em: 15 fev. 2019.

DORNELAS, P. D.; RIBEIRO, R. G. N. Mulheres Migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas. **O Social em Questão**, ano 21, n. 41, p. 247 - 264, maio/ ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2wnPOa9>. Acesso em: 23 mar. 2020.

DU GAY, P. et al. **Doing cultural studies: the story of the sony walkman**. London: Sage Publications, 1997.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ELIAS, N. Sociologia do conhecimento: novas perspectivas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 515-554, set./dez. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2SZbB4V>. Acesso em: 12 maio 2020.

FERREIRA, G. C. Redes sociais de informação: uma história e um estudo de caso. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n.3, p. 208-231, jul./set. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2Y9FTmI>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FERREIRA, L. O.; BRITTO, N. Os intelectuais no mundo e o mundo dos intelectuais: uma

leitura comparada de Pierre Bourdieu e Karl Mannheim. *In*: PORTOCARRERO, V. (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rnn6q>. Acesso em: 12 maio 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUREZ, G. **A Construção das ciências: introdução à filosofia e a ética das ciências**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Unesp, 1995. (Biblioteca básica).

FRAGOSO, Suely. **Apresentação**. *In*: RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

FONSECA, M. G. C.; ALVES, M. H. N. P.; CAVALCANTE, A. P. P. Audio/voz: uma ferramenta online como recurso para a oralidade do cibercordel. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 12., 2010, Campina Grande, PB. **Anais [...]**. Campina Grande: Intercom, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2MTHbMc>. Acesso em: 19 fev. 2019.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GAMA; D. C. C.; OLIVEIRA, J. M. S.; MARIANO, M. R. C. P. A Tematização e a figurativização como procedimentos semânticos na leitura de textos em sala de aula. **Revista Entrelinhas**, v. 11, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/37MwdmP>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GANDIER, A.; PINHO, F. A importância da semântica discursiva para a análise documental. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v. 12, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2018.v12n2.03.p13>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, A. **A Ojos de la arena: ejercicios de desclasificación**. Madrid: ACCI Ediciones, 2020. E-book Kindle.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://ref.scielo.org/dhcptm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

GARCIA-GUTIERREZ, A. Desclassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. **TransInformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 05-14, Apr. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2znBHR4>. Acesso em: 25 abr. 2020.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, A. **Epistemología de la documentación**. Barcelona, Espanha: Stonberg Editorial, 2011.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, A. La Organización del conocimiento desde la perspectiva Pós-colonial: itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.18, n.4, p.93-111, out./dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3cbh5kx>.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, A. La Organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural:

del totalitarismo a la desclasificación (la razón como creencia y la oc como burocracia). **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, SP, v. 8, n. 1/2, 17 dez. 2014a. Disponível em: <https://bit.ly/352RcR0>. Acesso em: 25 abr. 2020.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, A. La Organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (obstáculos epistémicos, regencia de la transcultura y desclasificación). **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, SP, v. 8, n. 1/2, 18 dez. 2014b. Disponível em: <https://bit.ly/2VSYG50>. Acesso em: 25 abr. 2020.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, A. Por uma economia política da organização do conhecimento. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 109-117, nov. 2018a. Tradução de Gustavo Silva Saldanha. Disponível em: <https://bit.ly/2O3AIQj>. Acesso em: 14 mar. 2019.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, A. **En Pedazos**: el sentido de la desclasificación. Madrid: ACCI Ediciones, 2018. E-book Kindle.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, A. **Principios de lenguaje epistemográfico**: la representación del conocimiento sobre patrimonio histórico andaluz. Sevilla; Granada: Consejería de Cultura de la Juntade Andalucía, Instituto Andaluz del Patrimonio histórico; Comares, 1998.

GAUDÊNCIO, S. M. **Representação da informação de cibercordéis em blogs**: uma análise sob a luz da semântica discursiva. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Mgi5Yo>. Acesso em: 25 mar. 2019.

GAUDÊNCIO, M.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Representação semântico-discursiva de *cibercordéis*. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 129-153, jan/abr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2FwWquw>. Acesso em: 31 jan. 2019.

GAUDÊNCIO, M.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; CÔRTEZ, G. R. Expandindo o *cosmos* da representação social do conhecimento por meio da categorização de marcadores sociais da diferença. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 295-317, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2RBDLmP>. Acesso em: 08 jan. 2019.

GEPHI. **The open graph viz platform**. [S.l.:s.n.], 2019. Disponível em: <https://gephi.org>. Acesso em: 20 mar. 2016.

GOOGLE DICIONÁRIO. **Dicionário**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://bit.ly/34dd9OE>. Acesso em: 13 mar. 2020.

GOOGLE DICIONÁRIO. **Pobreza**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://bit.ly/3dGCZOa>. Acesso em: 13 mar. 2020.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 341p. (Perspectivas do Homem, 12).

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1982. 244p. (Coleção Perspectivas do Homem Série Filosofia, 48).

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 5. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Alínea, 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMES, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2Qqo5TU>. Acesso em: 11 dez. 2018.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. (Manuais acadêmicos).

GUIMARÃES, J. A. C. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 84 - 98, maio/ago., 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2HfkXoV>. Acesso em: 13 mar. 2019.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de L. L. Schaffter. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL, S. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p97> . Acesso em: 09 jun. 2020.

HEDSTROM, M.; LEE, C. A. Significant properties of digital objects: definitions, applications, implications. In: DLM-Forum, 2002, Barcelona. **Proceedings** [...]. INSAR: Luxembourg, 2002. Supplement VII. Disponível em: <https://bit.ly/2twrPW5>. Acesso em: 15 fev. 2019.

HENNING, P. C.; RIBEIRO, C. J. S.; SANTOS, L. O. B.; SANTOS, P. X. GO FAIR e os princípios FAIR: o que representam para a expansão dos dados de pesquisa no âmbito da Ciência Aberta. **Em Questão**, v. 25, n. 2, p. 389-412, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245252.389-412>. Acesso em: 20 out. 2020.

HIGGINS, S. The DCC curation lifecycle model. **The International Journal of Digital Curation**, v. 3, n. 1, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/4GFJRj>. Acesso em: 15 fev. 2019.

HIRANO, L. F. K. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, L. F. K.; ACUÑA, M.; MACHADO, B. F. (Org.). **Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019. (Coleção Diferenças). Disponível em: <https://bit.ly/2XNJgkU>. Acesso em: 09 jun. 2020.

HJØRLAND, B.; ANDERSEN, J.; SØNDERGAARD, T. F. UNISIST model and knowledge domains. *In: DRAKE, M. A. (ed.). Encyclopedia of library and information science: first update supplement.* New York: Taylor & Francis, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2RokKAI>. Acesso em: 30 jan. 2019.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça:** interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo soc.*, v. 26, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://ref.scielo.org/mgzki5>. Acesso em: 22 mar. 2020.

IANNI, O. **A Era do globalismo.** 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

INFOPÉDIA. **Costume.** [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://bit.ly/2TbQjAz>. Acesso em: 13 mar. 2020.

INFOPÉDIA. **Nacionalidade.** [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://bit.ly/2Ho4jo2>. Acesso em: 13 mar. 2020.

INFOPÉDIA. **Nacionalismo.** [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://bit.ly/3dGpVZ6>. Acesso em: 13 mar. 2020.

INFOPÉDIA. **Terceira idade.** [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://bit.ly/34eFUu5>. Acesso em: 13 mar. 2020.

JENSEN, R. The myth of the neutral professional. *Progressive librarian*, n. 24, p. 28-34, 2004/2005.

JENKINS, H. **Cultura da convergência.** Tradução de Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KOBASHI, N. Y.; FRANCELIN, M. M. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 16 n. 3, p. 1 - 24, jan./ jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2HgQeG9>. Acesso em: 21 jan. 2019.

KONDER, L. **O Que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos, 23).

KUHN, T. **A Estrutura das revoluções científicas.** Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. (Debates, 115).

KUZ, A.; FALCO, M.; GIANDINI, R. Análisis de redes sociales: un caso práctico. *Comp. y Sist.*, v.20, n.1, p. 89-106, 2016. Disponível em: <http://ref.scielo.org/z9kzyt>. Acesso em: 02 abr. 2020.

LAHIRE, B. **Campo.** *In: CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A.; HEY, A. P.; MEDEIROS, C. C. (org.). Vocabulário Bourdieu.* Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LARA, M. L. G. Problemas da organização do conhecimento na contemporaneidade. *In:*

CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2ttp8oc>. Acesso em: 19 fev. 2019.

LARA, M. L. G.; MENDES, L. C. Referências socioculturais na organização do conhecimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 4., 2017, Recife. **Anais [...]**. Recife: ISKO-Brasil, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2ttp8oc>. Acesso em: 11 mar. 2019.

LAS CASAS, R. **Buraco negro**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2W6FbWV>. Acesso em: 27 abr. 2020.

LEMOS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 8. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. (Coleção Cibercultura).

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: 34, 2014. (Coleção Trans).

LIMA, E.G. S.; LEITE, D. Conhecimento social emergente e conhecimento glocal. **Educ. rev.**, v. 35, n. 75, p. 61-79, maio 2019. Disponível em: <http://ref.scielo.org/yxym27>. Acesso em: 02 abr. 2020.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012.

LLORENTE, M. L. Desclassificados. **Revista Científica de Información y Comunicación**, v. 5, p. 514-517, 2008. Resenha. Disponível em: <https://bit.ly/2ys9peK>. Acesso em: 01 abr. 2020.

LÓPEZ-HUERTAZ, M. J. Panorama da pesquisa em OC em sua dimensão social, cultural e política (formação profissional, ética, cultural e identidade, contextos, sustentabilidade). In: CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2ttp8oc>. Acesso em: 19 fev. 2019.

LOWY, M. **Método dialético e teoria política**. Tradução de Reginaldo Di Piero. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico, v. 5).

MAIA, M. S. F. A Sociologia do conhecimento como método para elaboração de pesquisas sobre o campo jurídico nacional. In: MAIA, M. S. F. **Humanismo, existencialismo e fenomenologia no campo jurídico: um estudo de sociologia do conhecimento no âmbito institucional da Faculdade de Direito do Recife**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. cap. 1.

MANNHEIM, K. **Essays on the sociology of knowledge**. New York: Oxford University, 1952.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARCONDES, C. H. Publicando e interligando acervos digitais na Web através das tecnologias de dados abertos interligados. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3m8lhFf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MARCONDES, C. H.; SOUZA, É. M. Vocabulários e acesso integrado a acervos digitais em memória e cultura. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS*. 9., 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/34d9jVO>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MARTINS, G. K.; CÔRTEZ, A. Representação da informação e do conhecimento e as representações sociais: intersecções e limites. *In: ALBUQUERQUE, M. E. B. C. MARTINS, G. K. MOTA, D. A. R. (org). Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções teórico-sociais*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

MEIRA, C. S.; AMORIM, C. D. Conservação das culturas de matrizes africanas e afro-brasileiras no contexto do capitalismo verde. **Revista Informação em Cultura**, Mossoró, v. 1, n. 1, p. 10-29, 11 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3fBYYGq>. Acesso em: 12 maio 2020.

MICHAELIS. **Cultura**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://bit.ly/2HiluYi>. Acesso em: 13 mar. 2020.

MICHAELIS. **Identidade**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://bit.ly/2HllnLZ>. Acesso em: 14 mar. 2020.

MICHAELIS. **Preconceito**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://bit.ly/35d2S4e>. Acesso em: 13 mar. 2020.

MICHAELIS. **Sexo**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://bit.ly/2T9aPlm>. Acesso em: 14 mar. 2020.

MIGUEL, J. C. H. Sociologia do conhecimento em Mannheim, Bloor e Bourdieu: alguns princípios teóricos e metodológicos, **Sinais**, v. 21, n. 1, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Y7G4hM>. Acesso em: 17 mar. 2019.

MORA, R. P.; ARIAS, B. L. I. La organización del conocimiento como proceso: la movilización del conocimiento. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 199-212, novembro 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2F10HZ>. Acesso em: 14 mar. 2019.

MORAES, A. F.; ARCELLO, E. N. O Conhecimento e sua representação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 10, n. 2, jan. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2Vfnvc9>. Acesso em: 16 abr. 2020.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MOYA, T. S. Desigualdade e diferença: um desafio teórico e político sobre a reconfiguração da nação brasileira. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 34., 2010, Caxambu, MG. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ANPOCS, 2010. ST 06 - Desigualdades: desafios teóricos e novas configurações. Disponível em: <https://bit.ly/2Jkw1jC>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MOURA, M. A. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 118-135, novembro 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2HwhKjX>. Acesso em: 14 mar. 2019.

MUELLER, S. P. M. (org.). **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. (Série Ciência da Informação e da Comunicação).

NASCIMENTO, D. M. A Abordagem sócio-cultural da informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 25-35, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2Hvedm8>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SILVA, J. M. Técnicas do cordel. *In: VIANA, A. (Org.). **Acorda cordel na sala de aula: a literatura popular como ferramenta auxiliar na educação***. 2. ed. Fortaleza: Encaixe, 2010.

NEIRA, M. G.; LIPPI, B. G. Tecendo a colcha de Retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 607-625, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://ref.scielo.org/n6tqnr>. Acesso em: 19 fev. 2019.

OLIVEIRA, D. A.; FERRARI, A. Interseccionalidade, gênero, sexualidade e raça: os desafios e as potencialidades na invenção de outros currículos. **Revista Diversidade e Educação**, v. 6, n. 1, jan./jun., p. 21-29, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/39kOjf8>. Acesso em: 26 mar. 2020.

OLIVEIRA, ÉRICA C. S.; FIDÉLIS, C. R.; COSTA JÚNIOR, E. O.; SILVA, U. S.; LUNA, K. P. O. Rezadeiras da Paraíba: etnografia de uma crença enraizada. **Revista Informação em Cultura**, v. 1, n. 2, p. 11-26, 31 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3crqmVP>. Acesso em: 12 maio 2020.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OLSON, H. Entrevista. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 491-494, nov. 2018. Entrevista realizada por Daniel Martinez-Ávila, Rosali Fernandez de Souza, Gustavo Silva Saldanha e Luana Sales em 31 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2FfNgRX>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ORTIZ, R. A Escola de Frankfurt e a questão da cultura. **Revista Sociologia em Rede**, v. 6, n. 6, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3dz8qsX>. Acesso em: 04 jun. 2020.

PELÚCIO, L. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.20, n.1, p.76-85, 2011. Disponível em:

<http://ref.scielo.org/dgff54>. Acesso em: 17 jan. 2019.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul/dez. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2U3tpwE>. Acesso em: 19 mar. 2020.

PIZA, S. O.; PANSARELLI, D. Sobre a descolonização do conhecimento: a invenção de outras epistemologias. **Estudos de Religião**, v. 26, n. 43, p. 25-35, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2BgoiC4>. Acesso em: 16 jun. 2020.

PRADO JÚNIOR, C. **Dialética do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PRIBERAM. **Afrodescendente**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/afrodescendente>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PRIBERAM. **Feminilidade**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/feminilidade>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PRIBERAM. **Feminismo**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/feminismo>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PRIBERAM. **Linguagem**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/linguagem>. Acesso em: 14 mar. 2020.

PRIBERAM. **Religiosidade**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/religiosidade>. Acesso em: 14 mar. 2020.

PRIMO, A. (Org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2016. (Coleção Cibercultura).

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. (org.). **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

RAGOUET, P. Campo científico. In: CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A.; HEY, A. P.; MEDEIROS, C. C. (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

RAMPAZO, A. V.; ICHIKAWA, E. Y. Bricolage: a busca pela compreensão de novas perspectivas em pesquisa social. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (ENEPQ), 2., 2009, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: ANPAD, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2TNKsE8>. Acesso em: 19 fev. 2019.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2014. (Coleção Cibercultura).

RECUERO, R. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. In: SOSTER, D. A.; FIRMINO, F. (org.). **Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/1zS5yuH>. Acesso em: 20 mar. 2019.

RECUERO, R.; BASTOS, M.; ZAGO, G. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015. (Coleção Cibercultura).

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos plurais). E-book Kindle.

RIBEIRO, D. **As diversas ondas do feminismo acadêmico**. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2AHn0QL>. Acesso em: 16 jun. 2020.

RODRIGUES, C. S. D.; THERRIEN, J.; FALCAO, G. M. B.; GRANGEIRO, M. F. Pesquisa em educação e bricolagem científica: rigor, multirreferencialidade e interdisciplinaridade. **Cad. Pesqui.**, v. 46, n. 162, p. 966-982, 2016. Disponível em: <http://ref.scielo.org/fv7jw9>. Acesso em: 19 fev. 2019.

SALDANHA, G. S.; SOUZA, R. F. Teoria barroca da organização do conhecimento: Emanuele Tesauro e o espelho turvo das tensões entre epistemologia, metodologia e sociedade. **Inf. Inf.**, v. 22, n. 2, p. 11 - 32, maio/ago., 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2ChHL3d>. Acesso em: 14 mar. 2019.

SALDANHA, G. S.; SOUZA, R. F.; SALES, L.; Questionar tudo: caminhos para uma teoria sociocrítica da organização do conhecimento. **Liinc em Revista**, v.14, n.2, p. 105-108, nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2NaxpGB>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SALES, R. de. Devir-rizoma: tumulto na organização e representação do conhecimento. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 259-275, nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2TAKLCm>. Acesso em: 14 mar. 2019.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTIS, R.; SOUZA, R. F. Uma proposta de diálogo entre o conhecimento praxiológico de Bourdieu e a organização do conhecimento. In: MARTELETO, R. M.; PIMENTA, R. M. (org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/LZvv34>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 8.ed. rev. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

SANTOS, B. S. **Conocer desde el Sur: para una cultura política emancipatória**. Lima, Peru: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3fzKUwu>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SANTOS, B. S. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Trilce: Montevideo, Uruguay, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/37HUZ7N>. Acesso em: 18 jun. 2020.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018a.

SANTOS, B. S. **Construindo as Epistemologias do Sul**: para um pensamento alternativo de alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2018b. (Coleção Antologias do Pensamento Social Latino-americano e Caribenho, v. 1). Disponível em: <https://bit.ly/2Y5m6qe>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SANTOS, B. S. **Construindo as Epistemologias do Sul**: para um pensamento alternativo de alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2018c. (Coleção Antologias do Pensamento Social Latino-americano e Caribenho, v. 2). Disponível em: <https://bit.ly/2zDQ9vD>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SANTOS, B. S. **Os três Ds de Boaventura**: Descolonizar, Desmercantilizar e Democratizar. São Paulo: Diplomatique, 2018d. Entrevista realizada por Guilherme Henrique e Cristiano Navarro em 14 de set. de 2018. Disponível em: <https://youtu.be/9MhE-OaBBss>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SANTOS, J. A.; PARRA FILHO, D. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SANTOS, R. F. **Modelos colaborativos de indexação social e a sua aplicabilidade na base de dados referencial de artigos de periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)**. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17218>. Acesso em: 19 out. 2020.

SAPIRO, G. Conhecimento praxiológico. *In*: CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A.; HEY, A. P.; MEDEIROS, C. C. (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SARDENBERG, C. M. B. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações*, v. 20, n. 2, p. 56-96, jul./dez. 2015. Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades. Disponível em: <https://bit.ly/2WSutoC>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SCHMAUS, Warren. O conceito de posição social na sociologia do conhecimento. **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 39-56, dez. 2014. Disponível em: <http://ref.scielo.org/qn56y4>. Acesso em: 16 abr. 2020.

SIGNIFICADOS BR. **Igualdade social**. [S.l.:s.n.], 2020. Verbete. Disponível em: <https://www.significadosbr.com.br/igualdade>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SILVA, F. M. O.; SIEBRA, S. A. Análise de modelos de ciclos de vida para curadoria de objetos digitais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília, SP. **Anais [...]**. Marília, SP: ANCIB, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2EbF9Fo>. Acesso: 15 fev. 2019.

SILVA, G. F. Principais modalidades do cordel. *In*: VIANA, A. (Org.). **Acorda cordel na sala de**

aula: a literatura popular como ferramenta auxiliar na educação. 2. ed. Fortaleza: Encaixe, 2010.

SILVA, J. L. C. Pós-Verdade e Informação: múltiplas concepções e configurações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina, PR: ANCIB, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2TG3Caf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

SILVA, L. F.; CÔRTEZ, G. R. Práticas informacionais: o perfil de mulheres transexuais e travestis do Espaço LGBT. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina, PR. **Anais** [...]. Londrina, PR: ANCIB, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2T1lWdN>. Acesso: 12 mar. 2020.

SILVA, L. K. R.; AQUINO, M. A. Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 1-10, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3bhfd9l>. Acesso em: Acesso: 16 abr. 2020.

SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicol. Soc.**, v. 26, p. 14-24. Disponível em: <http://ref.scielo.org/tvn8v2>. Acesso em: 22 mar. 2020.

SOUSA, P. S.; TOLENTINO, V. S. Aspectos machistas na Organização do Conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 166 – 207, maio/ago., 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3eIFDc5>. Acesso: 16 abr. 2020.

SOUSA, D. L. B. de. Ciber-Cordel: uma expressão contemporânea da dinâmica da Literatura Popular em verso. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 12., 2007, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: [s.n.], 2007.

SOUZA, E. D. **A Ciência da informação:** fundamentos epistêmico-discursivos do campo científico e do objeto de estudo. Maceió: EdUFAL, 2015.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa:** técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Tradução de Luciane de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SUASSUNA, A. **Auto da compadecida.** 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

TABOSA, H. R.; TAVARES, D. W. S.; NUNES, J. V. História e epistemologia da Ciência da Informação: abordagem social em foco. **Rev. Interam. Bibliot. Medellín**, v. 39, n. 3, pp. 289-300, sep./dic. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2NWJDCQ>. Acesso em: 12 mar. 2019.

TAVARES, C. **O Verso e o briefing:** a publicidade na literature de cordel. Natal: Jovens Escribas, 2011.

THIBODEAU, K. Overview of technological approaches to digital preservation and challenges in coming years. In: CONFERENCE THE STATE OF DIGITAL PRESERVATION: AN INTERNATIONAL

PERSPECTIVE, 2002, Washington. **Proceedings** [...]. Washington: Council on Library and Information Resources, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2Ebq46y>. Acesso em: 15 fev. 2019.

TOLDY, T. M.; SANTOS, A. C. Religião, gênero e cidadania sexual: uma introdução. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 110, p. 43-50, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/33UxYfV>. Acesso em: 26 mar. 2020.

TRIVELATO, R. M. S.; MOURA, M. A. A Diversidade cultural e os sistemas de representação da informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 2., 2017, Recife. **Anais** [...]. Recife: ISKO-Brasil, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2gJmTd6>. Acesso em: 12 mar. 2019.

VARELA, A.; BARBOSA, M. L. A. A Dimensão social e cognitiva na organização e representação do conhecimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 1., 2012, Marília, SP. **Anais** [...]. Marília, SP: ISKO-Brasil, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2ttp8oc>. Acesso em: 19 fev. 2019.

VARELA, A.; BARBOSA, M. L. A. O caráter técnico, social e mediador da organização do conhecimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2ttp8oc>. Acesso em: 19 fev. 2019.

VASCONCELOS, P. **O que é Gamificação**: conheça a ciência que traz os jogos para o cotidiano. Rio de Janeiro: TechTudo, 2016. Disponível em: <https://glo.bo/3cDbCTy>. Acesso em: 12 maio 2020.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Unesp, 2011.

YAMAOKA, E. J.; GAUTHIER, F. O. Objetos digitais: em busca da precisão conceitual. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 77 – 97, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2GL3004>. Acesso em: 15 fev. 2019.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.